

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

CELSO RAMOS FIGUEIREDO FILHO

**A TORTURA AOS PRESOS POLÍTICOS DURANTE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA**

**São Paulo
2009**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

CELSO RAMOS FIGUEIREDO FILHO

**A TORTURA AOS PRESOS POLÍTICOS DURANTE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM PSICANALÍTICA**

Tese de Doutorado em Psicologia Social,
apresentada ao Programa de Estudos Pós-
Graduados em Psicologia Social, da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo — PUC.

Orientador: Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho

**São Paulo
2009**

Banca Examinadora

Deni, Lúcio e Lucas,
minhas luzes.

Agradecimentos

O resultado final desta tese é de minha inteira responsabilidade, mas ela só pôde ser concluída porque contei com o auxílio de muitas pessoas, para as quais registro minha gratidão. Contudo, de algumas delas, a colaboração foi especialmente importante. Tenho dúvidas se teria chegado ao final desse processo sem a colaboração das pessoas que cito nominalmente para deixar público minha dívida moral.

Primeiramente, a meu orientador, Professor Doutor Raul Albino Pacheco Filho. Desde nosso primeiro contato, demonstrou confiança no projeto, que só se tornou exequível graças ao rigor teórico que ele lhe imprimiu. Nesses anos de convivência, tornou-se um modelo de disciplina intelectual e de abertura para novas idéias. Valeu Raul!

Em segundo lugar, quero agradecer nominalmente aos professores Caterina Koltai e Conrado Ramos, membros da minha banca de qualificação. O zelo com que leram meu relatório fez-me experimentar, literalmente, o significado da “qualificação” de uma tese universitária.

Quero agradecer também ao professor Fernando Megale que, durante mais de um ano, teve paciência de ensinar um pouco de Lacan. Espero que seu esforço tenha sido recompensado.

Os colegas do Núcleo de Pesquisa em “Psicanálise e Sociedade”, da PUC-SP, foram meus mais diretos e importantes interlocutores desde o segundo semestre de 2004. Registro meus agradecimentos a todos, especialmente à Graciela, ao Geison, ao Vinícius, ao Gilberto, à Margarete, ao Fuad, à Cínara, à Carla, à Maria Eduarda, à Paula, ao Anderson, à Brenda, à Roberta e à Isabella.

Agradeço, também, à Dona Ivone, que me proporcionou a necessária tranquilidade para que eu pudesse me ausentar de casa e dedicar-me a presente pesquisa.

E, finalmente, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos, sem o que eu não teria condições materiais para a realização deste trabalho.

Celso Ramos Figueiredo Filho

Ó divino éter! ó sopro alado dos ventos! Regatos e rios, ondas inumeráveis, que agitaís a superfície dos mares! Ó Terra, mãe de todos os viventes, e tu, ó Sol, cujos olhares aquecem a natureza! Eu vos invoco!... Vede que sofrimento recebe um deus dos outros deuses! Vede a que suplício ficarei sujeito durante milhares de anos! E que hediondas cadeias o novo senhor dos imortais mandou forjar para mim! Oh! eis-me a gemer pelos males presentes, e pelos males futuros! Quando virá o termo de meu suplício? Mas... que digo eu? O futuro não tem segredos para mim; nenhuma desgraça imprevista me pode acontecer. A sorte que me coube em partilha, é preciso que eu a suporte com resignação. Não sei eu, por acaso, que é inútil lutar contra a força da fatalidade? Não me posso calar, nem protestar contra a sorte que me esmaga! Ai de mim! Os benefícios que fiz aos mortais atraíram-me este rigor. Apoderei-me do fogo, em sua fonte primitiva; oculteí-o no cabo de uma férula, e ele tornou-se para os homens a fonte de todas as artes e um recurso fecundo... Eis o crime para cuja expiação fui acorrentado a este penedo, onde estou exposto a todas as injúrias! Oh! Ai de mim!

“Prometeu Acorrentado”
Ésquilo (555 a.C)

Resumo

A tortura foi largamente utilizada pela ditadura militar (1964-1985) na repressão a seus opositores políticos, sobretudo para rápida obtenção de informações sobre as ações das organizações clandestinas. No cenário de horror em que ela se constitui, sobressai a figura do torturador. Quem é esse homem? Por que ele tortura?

As Ciências Sociais em geral muito contribuíram para o entendimento desse fenômeno. Contudo, por suas próprias características epistemológicas, não abordam a dimensão subjetiva da tortura. Evidentemente, não ignoramos que o homem é um ser social. Aliás, partimos da premissa de que a natureza humana é a sua “excentração social”, refutando assim os trabalhos que psicologizam eventos sociais. A Psicanálise, que utilizamos, parte dessa mesma premissa e procura compreender a relação, muitas vezes, conflituosa entre o sujeito e a coletividade. Ela não ignora, pois, o social, nem tampouco o sujeito.

Os torturadores identificavam-se entre si tal como a descrição de Freud (1921), colocando o mesmo objeto no lugar de ideal de “eu”. Esse objeto poderia ser o general comandante, a idéia de “salvação da Pátria”, os valores típicos do capitalismo, como *status*, e benefícios materiais. Ao mesmo tempo, o ideal de “eu” poderia ser o próprio grupo, o simples pertencimento à fratria.

Essas identificações sustentavam uma montagem social, na qual os neuróticos compartilhavam a ilusão de possuírem um único Outro. Em troca dessa alienação à montagem, dessa submissão a esse suposto Outro, o neurótico obtinha um gozo que, sozinho, na banalidade dos seus sintomas, não obteria.

Mas, como cada sujeito se remete ao seu próprio Outro, cada um aparelha seu gozo através de diferentes posições discursivas, todas pertencentes à mesma montagem. Por isso, os torturadores oscilavam, conforme a teoria lacaniana dos “Quatro Discursos” (1969-1970), entre o Discurso do Mestre, aquele que “apenas quer que as coisas funcionem”, quer dizer, a posição de mandatário, e o Discurso Universitário. Nessa posição, os militares falavam a partir da “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (DSN), ou seja, de uma posição que se pretendia acima das particularidades de cada sujeito, portanto, se arvorava numa falsa “neutralidade”.

A DSN deu sustentação ideológica ao Regime. Nela ressaltavam os elementos de uma concepção de positivismo particular ao Exército Brasileiro, dos pensadores autoritários nacionais e do doutrinismo do general Góes Monteiro, além dos elementos da ideologia da guerra fria. Para a Psicanálise, a ideologia pode ser entendida como uma “fantasia social”, que funciona como uma barreira ao Real, no caso, a luta de classes, ao mesmo tempo em que acena com uma promessa de gozo coletivo. Assim, movido pela fantasia da “guerra revolucionária” e do “inimigo subversivo”, o sujeito vinculava-se à montagem e se permitia torturar e matar.

Assim, o sujeito típico do capitalismo, com o seu gozo administrado, assujeitado à montagem, identificado com os significantes da fantasia ideológica burguesa, tais como o individualismo e o materialismo, não titubeava em objetificar o outro, o “estranho” ameaçador. Esse, por ter um gozo diferente, revelava a falha estrutural, o furo na cadeia significante. E, ante ao horror da verdade, projeta esse horror no outro, atribuindo-lhe uma maldade que permitiu torturá-lo, matá-lo. O gozo sádico da tortura é, paradoxalmente, o que lhe restou de humanidade no torturador, após a sua total alienação.

Palavras-Chave: Tortura Psicanálise, Ditadura Militar, “Teoria dos Quatro Discursos”: Identificação.

Abstract

Torture was widely used by military dictatorship (1964-1985) to repress opposition politicians, mainly in order to obtain, in a short time, information about political underground organizations. In this scene of horror, the figure of the torturer stands out. Who is this man? Why does he torture?

Social sciences, in general, have much contributed to the understanding of such phenomenon, although, due to their epistemological limits, they do not approach the subjective scope of torture. Certainly we do not ignore that man is a social being. In fact we have started from the premise that human nature lies in its social "excentration" and so we refute the works that psychologize social events. The psychoanalysis used here starts from the same premise and attempts to understand the often conflicting relation between subject and collectivity. It does not ignore, then, neither social nor subject.

The torturers identified themselves exactly as in Freud's description (1921): by making the same object took the place of an ideal "I". This object could be either a General Commander, or the idea of "saving the country", or the usual values of capitalism, such as "status" and material benefits. At the same time, the ideal of "I" could be the group itself, that is, the mere fact of belonging to a fraternity.

A social arrangement in which neurotics shared the illusion of having a single "Other" was supported by that identification. In exchange for the alienation of that arrangement, that is, the submission to a supposed "Other", neurotics experienced a *jouissance* which they would not have by themselves in the banality of their symptoms.

As each subject refers to his own "Other", each one provides his own *jouissance* with different discourse positions, all of them belonging to the same arrangement. So, according to Lacan's theory of "The Four Discourses", torturers wavered between the "Discourse of the Master", the one that "only wants things to work", that is, the commanding position, and the "Discourse of the University". In that position, the military officers' speech was based on the "National Security and Development Doctrine" (Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento - DSN), a position intended to stand above each subject's particularity, thus standing on a false "neutrality".

DSN was the ideological sustentaion for the regime. Its outstanding elements were a Brazilian Army's particular concept of Positivism, that of national authoritarian thinkers and General Góes Monteiro's doctrinarism, as well as elements of cold war ideology. Psychoanalysis considers ideology as a "social fantasy", that works as a barrier to "Real", in this case, class struggles, while it signs as a promise of collective *jouissance*. Thus, a subject, driven by the fantasy of a "revolutionary war" and a "subversive enemy", joins the setting and gives himself permission to torture and to kill.

So, the typical capitalism subject, with his controlled *jouissance*, subjected to the setting and identified with signifiers of bourgeois ideology fantasy, such as individualism and materialism, did not hesitate about turning the other into an object: the threatening "strange". This one, having a different *jouissance*, revealed a structural failure, a hole in the chain of signifiers. And, in face of the horror of truth, he projected that horror on to the other, and attributed to the other an evil that allowed him to torture and to kill the other. The sadic *jouissance* of torture is, paradoxically, the only trace of humanity that remains in the torturer after his total alienation.

Key-words: Torture, Psychoanalysis, Military Dictatorship, "Theory of The Four Discourses", Identification.

Résumé

La torture a été largement employée par la dictature militaire au Brésil (1964-1985) comme un moyen de répression à ceux qui s'y opposaient politiquement, afin d'en obtenir promptement des informations sur les actions des organisations clandestines. Dans cette scène d'horreur, se dégage la figure du tortureur. Qui est-ce cet homme ? Pourquoi torture-t-il ?

Les sciences sociales ont en général beaucoup contribué pour la compréhension de ce phénomène. Cependant, en raison de leurs caractéristiques épistémologiques, elles ne peuvent aborder la dimension subjective de la torture. Évidemment, on n'ignore pas que l'homme est un être social ; d'ailleurs, on part même de la prémisse selon laquelle la nature humaine consiste dans son « excentration sociale », en refusant pour cela les approches qui psychologisent les événements sociaux. La psychanalyse qu'on emploie en ce cas part de cette même prémisse et cherche à comprendre la relation, souvent marquée par des conflits, entre le sujet et la collectivité. Elle n'ignore pas donc le côté social, ni le côté subjectif.

Les tortureurs s'identifiaient entre eux, telle que la description de Freud (1921), en reconnaissant le même objet à la place de l'idéal du moi. En l'espèce, cet objet pourrait être le général d'armée (chef), l'idée de « salut de la patrie », ou encore les valeurs particulières du capitalisme, telles que « status » et bénéfices matériels. Par ailleurs, l'idéal du moi pourrait être aussi le groupe lui-même : le fait de tout simplement appartenir à la fratrie.

Ces identifications soutenaient tout un assemblage social dans lequel les névrosés partageaient l'illusion de posséder un seul Autre. Comme récompense de cette aliénation à l'assemblage, de l'assujettissement à ce soi-disant Autre, le névrosé éprouvait une jouissance qu'il n'était pas en mesure d'en éprouver tout seul dans la banalité de ses symptômes.

Pourtant, dans la mesure où chaque sujet renvoie à son propre Autre, chacun appareille sa jouissance au moyen de différentes positions discursives qui appartiennent toutefois au même assemblage. C'est pourquoi les tortureurs, selon la théorie lacanienne des « Quatre discours » (1969-1970), oscillaient d'une part entre le Discours du Maître, celui qui « veut seulement que tout fonctionne », c'est-à-dire, la position du mandataire ; et d'autre part le Discours Universitaire, position dans laquelle les militaires parlaient de la perspective de la « doctrine de Sécurité Nationale et Développement » (DSN), c'est-à-dire, d'une position qui avait la prétention d'être par-delà les particularités de chaque sujet, en établissant donc une fausse « neutralité ».

La DSN a fourni un soutien idéologique au régime. S'y dégageaient les éléments d'une conception toute particulière du positivisme de la part de l'armée brésilienne ; de plus, s'y dégageaient également des penseurs qui représentaient l'autoritarisme national et le doctrinarisme du général Góes Monteiro, ainsi que des éléments de l'idéologie de la Guerre Froide. D'après la psychanalyse, l'idéologie se comprend comme un « fantasme social » qui fonctionne comme un obstacle au Réel, en l'occurrence, à la lutte de classes, et promet à la fois une espèce de jouissance collective. Le lien entre le sujet et l'assemblage permettait ainsi à celui-là de torturer et tuer, poussé par le fantasme de la « guerre révolutionnaire » et de l'« ennemi subversif ».

Ainsi, le sujet typique du capitalisme, à une jouissance bien gérée, assujetti à l'assemblage, identifié aux signifiants du fantasme idéologique bourgeois, tels que l'individualisme et le matérialisme, n'hésitait pas à objectifier l'autre, « l'étrange » qui menace. Celui-ci, vu qu'il éprouve une jouissance différente, révélait la faute structurale, la lacune dans la chaîne signifiante. Et vis-à-vis de l'horreur de la vérité, on projette cette horreur sur l'autre, on lui accorde une méchanceté qui justifie en quelque sorte qu'on puisse le torturer et le tuer. La jouissance sadique de la torture est paradoxalement ce qui est resté d'humanité au tortureur après sa complète aliénation.

Mots-clé: Torture; psychanalyse; Dictature Militaire; Théorie des Quatres Discours; identification.

Siglas

AI	- Ato Institucional
ALN	- Ação Libertadora Nacional
ANL	- Aliança Nacional Libertadora
BNM	- Brasil: Nunca Mais
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR	- Centro de Informações da Marinha
CIA	- <i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência)
CIEx	- Centro de Informações do Exército
CISA	- Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
DEOPS	- Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI-CODI	- Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	- Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
EMFA	- Estado Maior das Forças Armadas
MNR	- Movimento Nacionalista Revolucionário
OBAN	- Operação Bandeirantes
ONU	- Organização das Nações Unidas
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PE	- Polícia do Exército
PM	- Polícia Militar
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
ROTA	- Rondas Ostensivas “Tobias de Aguiar”
USFCar	- Universidade Federal de São Carlos
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

1	Introdução	13
1.1	A tortura a opção pela luta armada	14
1.2	A pesquisa	16
1.3	Metodologia e Fontes	19
2	Psicanálise, História e Tortura	22
2.1	Preparando o terreno: sujeito ou indivíduo?	22
2.2	História e Psicanálise: Ciências Afins?	24
2.2.1	A “psico-história” de Peter Gay e Saul Friedlander	27
2.2.2	Anne Levallois e os “testemunhos”	29
2.2.3	Michel Plon e a “clínica da política” de Maquiavel	30
2.2.4	A crítica de Michel de Certeau ao Freud “historiador”	31
2.2.5	A Psicanálise Lacaniana e a História	32
2.3	Psicanálise da tortura	35
3	Tortura: um apanhado no mundo e no Brasil	39
3.1	O Brasil e a violência da classe dominante	43
3.2	A militarização definitiva da ditadura e o “golpe dentro do golpe”	47
3.3	Os “Operários da Violência”	49
4	A Identificação e seu Averso	51
4.1	A Identificação	51
4.1.1	Um pouco da metapsicologia da identificação	53
4.1.2	A identificação entre os militares (Forças Armadas e Polícia Militar)	56
4.1.3	A Polícia Civil	61
4.1.4	Manutenção da identificação	64
4.2	O Averso: a Segregação do Estranho	68
4.2.1	O estranho	68
4.2.2	O estrangeiro	71
4.2.3	O gozo	76
4.3	À Guisa de Conclusão	78
5	Os Laços Sociais da Ditadura	81
5.1	A Ditadura na Teoria dos Quatro Discursos	81
5.1.1	A Ditadura na posição do Mestre	84
5.1.2	A “Doutrina de Segurança Nacional” e o Discurso Universitário	89
5.2	A Montagem Perversa	91

5.3	A Inércia Totalitária	95
6	Ideologia e a “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”	98
6.1	As Origens Intelectuais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN)	98
6.1.1	O positivismo de Augusto Comte	99
6.1.2	Os positivismos brasileiros	102
6.1.3	Benjamin Constant e o positivismo no Exército	103
6.1.4	O general Góes Monteiro e o início da doutrinação do Exército	108
6.2	A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN)	111
6.3	Ideologia e Psicanálise	116
6.3.1	A DSN e a tortura: “sintoma social” ou “fantasia ideológica”?	121
7	O sujeito e a Ética da Psicanálise na Dimensão da Tortura	126
7.1	A Ética	128
7.2	A Ética da Psicanálise	132
7.3	O Sujeito e sua Responsabilidade	136
7.3.1	O ato analítico	139
7.3.2	O ato político	140
8	Considerações Finais	143
	Referências	149

Apresentação

A tortura é um cenário de horror. É o Real escancarado a golpes de cassetetes. Sabemos da impossibilidade efetiva do simbólico de narrar o inominável do Real, ainda mais numa linguagem acadêmica, dentro de moldes de uma tese universitária. Em diversos momentos de nossa pesquisa, virávamos o rosto desviando o olhar daquilo que víamos. Percebíamos a fragilidade de nossas palavras tentando descrever cenas que mal conseguíamos encarar. É possível que o academicismo de que talvez se ressinta nosso texto tenha sido uma defesa. Que o leitor não espere encontrar a reprodução dos relatos de tétricas cenas, muito menos fotos dos corpos de vítimas dos algozes da ditadura.

Ao mesmo tempo, tínhamos clareza de que certo fascínio pelo horror atraía esse mesmo olhar. Voyeurismo? Paixão pelo Real, da qual nos fala Zizek? Não o sabemos ao certo. Mas, quem o saberia? A certeza que temos é que tivemos que fazer ato ante a angústia provocada pelo reconhecimento do nosso próprio mal-estar. O ato se deu na forma de uma tese universitária.

Celso Ramos Figueiredo Filho

1 Introdução

No início de abril de 1964, o Governo Brasileiro, chefiado pelo presidente João Goulart, democraticamente eleito em outubro de 1960,¹ foi deposto por Golpe de Estado. Na trama golpista, cujo início remonta à renúncia de Jânio Quadros, em 1961, estavam envolvidos importantes setores das Forças Armadas, amplo segmento conservador da Igreja, bem como do empresariado, e parcelas significativas das camadas médias urbanas. Essa violência contra a ordem constitucional e democrática justificava-se, na ótica dos golpistas, pela “ameaça comunista” representada pelo governo deposto.

A alegada ameaça devia-se ao inusitado crescimento de movimentos populares, tais como o sindicalismo urbano e rural e o movimento estudantil, que tinham como bandeira comum de luta as chamadas “Reformas de Base”. A falência da política populista,² então em voga desde a década de trinta, aliada à baixa representatividade popular do partidos políticos, fazia com que as reivindicações dos grupos de interesses se dirigissem diretamente ao Governo Federal. Frente a essas pressões, João Goulart ensaiou algumas poucas reformas: a limitação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras para suas matrizes no exterior, a ampliação do direito de voto aos analfabetos e o início da reforma agrária.

Foi o suficiente para as elites sentirem-se ameaçadas nos seus seculares privilégios. As baterias contra o Governo foram assestadas: elites contra-atacaram, acusando esses movimentos de estarem sob a batuta do movimento comunista internacional, com o qual o governo de João Goulart era, no, mínimo, conivente. A deposição do Presidente passou a ser pauta do dia das elites conservadoras.

O Golpe teve início na madrugada de trinta e um de março de 1964, com a movimentação das tropas da IV Divisão de Infantaria, sediadas em Juiz de Fora, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro. Logo, outras tropas em todo o Brasil aderiam ao movimento, dificultando a tentativa de resistência armada por parte do Governo.

¹ A rigor, João Goulart foi eleito para o cargo de vice-presidente, pois pela legislação eleitoral da época, havia candidatos para a presidência e para a vice-presidência.

² Não há consenso entre os historiadores e cientistas políticos a esse respeito. Para alguns, como Caio Navarro de Toledo, o crescimento dos movimentos populares organizados à margem dos partidos tradicionais evidencia essa falência. Já para Francisco Weffort, o esgotamento dessa política deve-se às divergências internas à burguesia.

Na sucessão de acontecimentos dos primeiros dias de abril de 1964, antes mesmo da decretação do Ato Institucional, em nove de abril de 1964,³ verificaram-se inúmeros atos de violência “extraoficial”, tais como prisão e tortura de líderes sindicais e de militares simpatizantes do governo deposto, o empastelamento de jornais operários e o apedrejamento das sedes das entidades classistas. Somente na repressão às manifestações populares de repúdio ao Golpe, foi morta quase uma dezena de pessoas (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999). Com a promulgação do Ato, os golpistas deram amparo legal ao arbítrio. Através dele, sindicatos sofreram intervenção federal, políticos foram cassados, militares reformados, funcionários públicos afastados de seus cargos e os suspeitos de participarem de atividades “subversivas” foram indiciados através dos Inquéritos Policial-Militares – IPMs.

1.1 A Tortura a Opção pela Luta Armada

Ainda no ano de 1964, a tortura ganharia destaque nos órgãos da imprensa. No periódico carioca “Correio da Manhã”, o jornalista Márcio Moreira Alves foi incumbido de fazer investigação, *in loco*, das denúncias que chegavam à redação. O resultado dessa ampla investigação, contendo o depoimento de vários dos supliciados em unidades militares de diversos pontos do País, foi relatado em forma de um livro, publicado pelo jornalista com o título de “Torturas e torturados”.⁴ Essa obra acabou ganhando relevância, não apenas por ter sido a pioneira na temática da tortura durante o Regime Militar, mas por ter alertado a sociedade brasileira para o uso sistemático dessa prática cruel pelas Forças Armadas, com a anuência dos altos comandos militares.

A violência das camadas dominantes da sociedade brasileira contra as demais é fato recorrente na nossa história. Mas o inusitado no período em questão é a extrema intensidade da violência e o fato de ela ter se tornado instrumento extralegal, corriqueiro da ditadura. Não procede a tese de que essa violência foi praticada contra setores da sociedade até então poupados pela repressão a serviço das elites, pois nos momentos de acirramento das lutas de classe, a repressão burguesa não faz distinção de gênero, atividade profissional etc. Citamos, co-

³ Decretado antes mesmo do sucessor de Jango ter sido escolhido. Este Ato Institucional, de início, não recebeu número, pois não se aventava, pelos menos explicitamente, a edição de outros Atos. Seu instrumento legal foram os “Inquéritos Policial-Militares”, sempre chefiados por um coronel, e que tinha como função apurar as denúncias de corrupção e comunismo. Seu prazo de vigência foi estipulado para quinze de junho de 1964, considerado exíguo pelos golpistas mais radicais.

⁴ O exemplar ao qual tivemos acesso não indica a editora. Informa tratar-se de uma segunda edição, pois a primeira havia sido confiscada, na gráfica, por oficiais do I Exército, mesmo sem o país estar sob a vigência da censura prévia. A data dessa edição é de 1967.

mo exemplos, o assassinato de um jornalista republicano por um grupo monarquista, no final do Império (1889) e a repressão aos intelectuais suspeitos de simpatias pela Aliança Nacional Libertadora, opositora de Vargas, nas vésperas do Estado Novo (1937), que levou à prisão nomes como Graciliano Ramos, Monteiro Lobato e Caio Prado Júnior.

Sabidamente praticada pelo Regime desde os seus primeiros dias após o Golpe de Estado, como já dissemos, a tortura foi progressivamente aperfeiçoada no decorrer da década de sessenta, a ponto de, no seu final, ter sido extraoficialmente institucionalizada e utilizada pelos militares como um dos mais eficientes meios de atemorização a seus opositores políticos e de combate a grupos guerrilheiros. No final de 1968, a opção pelo enfrentamento armado aos militares havia se generalizado entre as organizações de esquerda, a ponto de Jacob Gorender identificar uma “imersão geral na luta armada” por parte desses grupos. A reação dos militares foi imediata: novas organizações repressivas foram criadas — OBAN⁵ e DOI-CODI⁶ —, por exemplo, as instalações e os métodos de interrogatório foram aprimorados e os agentes da repressão passaram a receber treinamento específico de tortura.

Desde a eclosão do Golpe, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, que até então congregava a maior parte da esquerda no Brasil, vinha recebendo duras críticas por não ter articulado oposição mais eficaz a ele e também por sequer tê-lo previsto. E mais, importantes setores do partido, nos anos imediatamente seguintes ao da implantação da Ditadura, passaram a discordar da manutenção da opção pela “via pacífica” por parte do Comitê Central.⁷ A partir de 1966, as dissidências tiveram início, provocando o êxodo de incontáveis militantes, que passaram a atuar em pequenas organizações, igualmente clandestinas, que se multiplicaram rapidamente, chegando à cifra de quase cinquenta. As diferenças de concepção de socialismo, ou de revolução, ou da forma de enfrentamento, com o Regime Militar, impediam que essas organizações se articulassem numa frente antiditadura. O resultado foi que, no mais das vezes, mantiveram-se isoladas e, portanto, débeis diante da tarefa à qual tinham se prontificado realizar: a deposição dos Militares por meio de guerrilha. Algumas delas, apesar

⁵ OBAN — Operação Bandeirantes —, criada em 1º. de julho de 1969, no âmbito do II Exército, ou seja, São Paulo, exatamente onde, no momento, ocorria o maior número das ações da esquerda armada. De caráter extralegal, não constava no organograma de nenhum aparelho de Estado. Suas verbas provinham do “caixa dois” de empresários anticomunistas e seu efetivo era composto por militares das três forças, além de policiais civis e militares.

⁶ Tiveram como precursora a OBAN, os Destacamentos de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna —, que foram criados em janeiro de 1970, no âmbito de cada um dos quatro Exércitos, que compunham a força terrestre nacional naquela época. Visavam a centralizar a repressão à guerrilha urbana nas mãos do Exército.

⁷ A “via pacífica” postulava a possibilidade de acesso ao socialismo sem a ocorrência de processo revolucionário violento. Essa opção foi difundida pelo Partido Comunista da União Soviética, durante o governo de Josef Stalin, e acatada pelos partidos comunistas de vários países, inclusive pelo Brasil.

de todo o ardor revolucionário de seus militantes, não chegou a ter pouco mais de algumas dezenas de membros e, portanto, tinham poder de fogo limitadíssimo ante ao das Forças Armadas.

O “Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964” contabiliza 184 mortes oficiais ocorridas durante o Regime, provocadas pela ação direta de agentes da repressão. A essas mortes, somam-se os 138 desaparecidos, incluindo aqueles que encontraram fim trágico nas matas do Araguaia (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999, p. 642-650). Estima-se em milhares as pessoas que, de alguma forma, foram torturadas durante o Regime Militar. Esses números falam por si. A conclusão é óbvia: o Regime Militar fez da tortura um eficaz instrumento de poder.

1.2 A pesquisa

Tendo formação de historiador, o interesse pelo tema surgiu no decorrer de nosso mestrado, quando pesquisamos as afinidades políticas entre os setores autoritários e liberais da sociedade brasileira no final do governo de João Goulart e no início do Regime Militar (FIGUEIREDO FILHO, 2001). Durante as leituras realizadas para a elaboração dessa pesquisa, deparamo-nos com relatos de torturas praticadas pelos agentes da repressão contra presos políticos. Partimos, então, em busca de bibliografia específica sobre essa prática, quando, surpresos, percebemos que a tortura aos presos políticos durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985) tem recebido tratamento quase que marginal por parte dos estudos acadêmicos. E, nas poucas referências feitas a ela nas obras dessa natureza, sobretudo naquelas da lavra de historiadores e de cientistas políticos, as explicações são lacunares e circunstanciais, via de regra, visando a realçar o caráter autoritário e violento do Regime. Excetuando-se, pois, as obras de cunho memorialístico e as organizadas por entidades de defesa dos direitos humanos, a tortura figura ainda como tema a ser explorado pelas diferentes áreas do conhecimento.⁸

No entanto, a complexidade desse fenômeno transcende às usuais explicações apresentadas pela historiografia e pela ciência política. As explicações trazidas por essas ciências não são suficientes para explicar o ato da tortura em si. Pautadas pela busca da objetividade dos fatos e das interpretações a eles dadas, pois pressupõem uma “unidade do sujeito”, essas ciên-

⁸ Citamos, como exceções, o trabalho da psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, “Pacto revelado: psicanálise e clandestinidade política”, 2.ed. São Paulo: Escuta, 1999, e a pesquisa do professor da PUC-SP e também psicanalista Alfredo Naffah Neto “Poder, vida e morte na situação de tortura”, São Paulo: Hucitec, 1985.

cias deixam de fora toda a dimensão subjetiva, inconsciente mesmo da ação humana. Por isso, elas são incapazes de responder o teria levado aquele militar, ou agente policial, a torturar, enquanto outros não o fizeram, uma vez que lhes era dada a opção de não pertencer às equipes responsáveis pelos interrogatórios dos presos.

Perguntávamo-nos quais seriam as motivações subjetivas do militar encarregado do interrogatório do preso político. Será que coincidiam com aquelas do general presidente? E quais eram essas motivações? O que levava um oficial das Forças Armadas ou da Polícia, custosamente preparado pela sociedade durante anos e com uma carreira socialmente valorizada, a agir de forma tão hedionda? A tentativa de compreensão da ação do torturador, bem como dos laços sociais que a sustentavam, fez com que nos aproximássemos da Psicanálise.

Em termos racionais, no plano consciente, esses homens alegavam agir “em defesa da Pátria” contra o “perigo vermelho”. Acreditavam estar travando “guerra”, promovida por um “inimigo insidioso, infiltrado nas instituições e na sociedade brasileira”. Boa parte desse ideário era fornecida pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento —DSN— elaborada pela Escola Superior de Guerra durante os anos cinquenta e sessenta. Conforme a DSN, o modelo político e econômico a ser seguido pelo Brasil era o norte-americano, mas para que o País suplantasse o subdesenvolvimento, o Estado Brasileiro deveria ser forte e intervencionista em quase todas as esferas da vida nacional. O cenário internacional da guerra fria também contribuía para acirrar o conservadorismo e o anticomunismo das elites e dos militares brasileiros.

Aliados a isso, setores das Forças Armadas Brasileiras desenvolveram uma tradição de intervencionismo na esfera político-institucional. Desde o advento da República, fruto de um golpe de Estado, levado a cabo pelo Exército, a história política nacional recente é pontilhada por interferências militares. Muitos oficiais dos altos que participaram ativamente da conspiração contra Goulart e dos primeiros governos militares formaram-se nessa tradição.⁹ Esse é um dos motivos que levaram os militares brasileiros a desenvolver sentimento de superioridade, em termos de “patriotismo”, com relação aos políticos civis, a quem consideravam “interesseiros e mesquinhos”. Esse aspecto é fundamental na DSN, pois traduz, em termos pseudo-científicos, subtraídos da sociologia positivista, pretensa superioridade e imparcialidade classista e partidária dos militares.

⁹ É o caso, por exemplo, dos generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias, ambos tenentistas; é também o caso dos irmãos Orlando e Ernesto Geisel, que lutaram na Revolução de 30 e contra os paulistas em 32. Todos estes militares ocuparam cargos vitais em diferentes momentos do regime militar.

Essas são algumas das mais importantes justificativas utilizadas por eles para o arbítrio e a violência praticadas durante o Regime Militar. Porém, a dinâmica da tortura não se explica apenas por fatores, políticos, históricos e culturais. Esses são fundamentalmente determinantes nas formas que a agressividade encontra para expressar-se, mas em todos os aspectos da vida humana, os fatores subjetivos são decisivos, mantendo com a dimensão objetiva da vida social e individual, uma relação que pode ser tensa, dialética mesmo ou, noutros casos, perfeitamente ajustada aos imperativos da classe social hegemônica. É possível que muitos dos agentes torturadores estivessem em conformidade a este último caso. Porém, concordando com uma sugestão de Conrado Ramos (2008b, p. 2), e que pode soar paradoxal para o leitor pouco afeito à Psicanálise, a tortura podia, também, ser a forma como o torturador manifestava “seu ódio à totalidade que o oprimia, dirigindo sua agressividade aos adversários dessa totalidade”.¹⁰

Mas, afinal, o que a Psicanálise tem a dizer sobre a tortura?

Contrariamente às demais ciências que, na busca pela objetividade, pelo comum, acabam por anular o sujeito na sua singularidade, a Psicanálise o coloca como o ponto central de seu saber, numa relação de mútua dependência com a sociedade. Segundo Jacques Lacan, é a Psicanálise que nos põe “na perspectiva do Juízo Final, quero dizer de escolher como padrão de revisão ética, à qual a Psicanálise nos leva, a relação da ação com o desejo que a habita”. (1959-1960/1988, p. 375) Isso significa que, ao lado de eventuais ganhos materiais e de prestígio, o torturador também obtinha ganhos de natureza libidinal — ele gozava com seu ato. Mesmo sem ser necessariamente um sujeito de estrutura psíquica perversa, o perpetrador auferia gozo na tortura.

Em trabalho anterior, de pretensões bem mais modestas, ensaiamos algumas hipóteses psicanalíticas sobre a causa desse fenômeno. Naquele momento de nossa trajetória intelectual, noviciávamos na ciência freudiana, de modo que ignorávamos a opção lacaniana e, por isso, construimos nossas hipóteses a partir de outras premissas teóricas que acabam por psicologizar processos sociais. (FIGUEIREDO FILHO, 2004) Na ocasião, defendemos a idéia de que os torturadores eram, de maneira geral, perverso-sádicos, que encontraram na polícia política o espaço institucionalizado pelo Regime e sancionado por boa parte da sociedade para dar vazão às suas pulsões destrutivas.

¹⁰ Essa idéia pode soar contraditória aos leitores pouco familiarizados com a Psicanálise. Nesse caso, vale a ressalva de que o inconsciente não é regido pela lógica cartesiana, e que o sujeito da psicanálise, como veremos ao longo de todo este trabalho, é premido por desejos dos quais têm pouquíssimo conhecimento.

Efetivamente, o Regime Militar fez uso deliberado de uma instituição secular no Brasil, que é a tortura daqueles que, em qualquer ocasião, possam vir a ameaçar a ordem constituída. E o fez com o aval, ou no mínimo, a omissão, de amplos setores da nossa sociedade. Isso aponta para o estabelecimento de laços sociais perversos e não para a existência de sádicos em larga escala.

O objetivo desse trabalho é, pois, narrar um capítulo sobre aquilo que os filósofos frankfurteanos denominaram de “introversão do sacrifício”, manifestado na submissão a uma montagem perversa e fazendo uso politicamente administrado do gozo decorrente dessa servidão voluntária. Noutros termos, pretendemos mostrar que a tortura, para muito além da ação de sujeitos de estrutura psíquica perversa, foi um eficaz instrumento de poder e, portanto de luta de classes. E, os sujeitos que a praticavam, o fizeram muito mais movidos pelos tipos de laços sociais estabelecidos, com os quais obtinham satisfações gozosas.

1.3 Metodologia e Fontes

As fontes privilegiadas de pesquisa foram os depoimentos de ex-torturadores, disponíveis na grande imprensa e na bibliografia. Confrontamos esses depoimentos com os de suas vítimas, reproduzidos nos autos dos processos que tramitaram nos tribunais militares, ocasião em que os presos denunciavam as torturas. Também usamos os testemunhos contidos nas obras memorialísticas. Cremos que, dessa maneira, estamos procedendo tal como Freud propôs no “Construções em Análise” (1937):

O analista não experimentou nem reprimiu nada do material em consideração; sua tarefa não pode ser recordar algo. Qual é então sua tarefa? Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou [o analisando] atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo. (1996, p. 276)

Comparando o trabalho do analista ao do arqueólogo, Freud sentenciou que “ambos possuem o direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram”. (1996, 277) Não se trata, porém, de forçar uma interpretação que satisfaça as hipóteses previamente elaboradas, mas de adequar essa interpretação em face de evidências trazidas pelo social, pelo comum dos discursos, verificando o quanto eles equivaliam a significantes-mestres socialmente difundidos e como os sujeitos, numa sociedade administrada, acabam por se identificar com esses significantes.

Ainda, dentro da metodologia do trabalho, é de vital importância deixar claro que não nos ocupamos de psicanalisar nenhum sujeito em particular, afinal de contas, não os escuta-

mos pessoalmente. Nossa pesquisa é, declaradamente, de “psicanálise em extensão”.¹¹ Por isso, os diversos exemplos que trouxemos, antes de revelarem posições pessoais, permitem-nos ilustrar laços sociais, manifestados por esses sujeitos na sua singularidade, e as formas socialmente difundidas de gozo. A possibilidade de ouvirmos algum dos perpetradores chegou a ser cogitada nos momentos iniciais da pesquisa, porém todas as tentativas de contatos mostraram-se infrutíferas. Mas, em face dos objetivos propostos desde o início do trabalho, ainda na sua fase de elaboração de projeto de pesquisa, as eventuais entrevistas que porventura fossem realizadas com um agente policial não substituiriam o trabalho com as demais fontes.

E, para alcançarmos esses objetivos, além do capítulo introdutório, nosso texto apresenta mais seis capítulos.

Os capítulos dois e três são introdutórios. Nesses fizemos uma avaliação sintética a título de exercício de hipóteses, das relações possíveis e também das impossíveis entre a história e a Psicanálise. Essa discussão é apoiada em vários autores que se ocuparam da “psicanálise em extensão”, cujos trabalhos, feitas as devidas críticas, nos serviram de balizas teórico-metodológicas. Por fim, ainda nesse capítulo, para realçar as diferenças teóricas entre a nossa e a de alguns trabalhos da lavra de psicanalistas que abordaram a tortura também pelo enfoque do torturador, fizemos a leitura crítica de dois deles.

Em seguida, em ampla digressão, no quarto capítulo, discorreremos sobre a natureza da tortura, sua histórica reincidência em escala global e a permanência na sociedade brasileira. Nesse tópico, inserimos um breve histórico da montagem do aparato repressivo no Brasil da ditadura. Esse é o nosso quarto capítulo.

No quinto, abordamos a construção da identidade policial-militar através da lógica das identificações tal como Sigmund Freud apresentou no “Psicologia das Massas e Análise do Eu”,¹² texto de 1921, no qual o autor vasculha a gênese psíquica dos movimentos de massa típicos do fascismo. Já dissemos que ação dos torturadores foi orientada, doutrinariamente, pelos elementos do pensamento autoritário brasileiro, acrescido de componentes ideológicos da guerra fria. Todos esses ingredientes foram sistematizados na DSN. Mas, fundamentalmente, havia intensos vínculos identificatórios entre os perpetradores e seus comandantes, o que

¹¹ Psicanálise em intenção e psicanálise em extensão. A primeira diz respeito ao âmbito clínico, em que, através de uma relação transferencial, o analista será posto na posição de “sujeito suposto saber” pelo analisando, conduzindo-o à cura. Quanto à segunda, procura compreender as posições assumidas pelos sujeitos desejantes inseridos numa determinada conjuntura histórica e social, ou seja, interpretar os sintomas sociais de uma época dada.

¹² Sabidamente, Freud não utilizou termos latinos, por isso, optamos por grafar seus termos no equivalente em português. O mesmo fizemos para os conceitos traduzidos ambigualmente do alemão para o inglês, e que carregam essa ambigüidade, inexistente nos textos originais, quando vertidos para o português, conforme edições da Imago.

nos permite aventar a hipótese de que havia uma comunhão de ideal de *eu* entre eles. Concluímos esse capítulo explorando outra face da identificação, ou seja, a segregação. E, para isso, partimos do texto “O Estranho” (1919), também de Freud. No caso, a hipótese que defendemos é a de que os comunistas foram elevados à categoria de “estranhos” pela ditadura.

Para mantermos a coerência teórica relativamente à Psicanálise que optamos por usar nesta pesquisa, no sexto capítulo, discutimos as formas de laços sociais que foram estabelecidas pelo Regime Militar entre os seus membros e com o restante da sociedade. Baseamo-nos na tese de Contardo Calligaris (1986;1991), que considera a perversão o tipo de laço usual estabelecido entre sujeitos neuróticos e não, no “desvio” da sexualidade genital. Com efeito, nesse capítulo, também discutimos as estruturas discursivas nas quais os militares e policiais estabeleciam seus laços com o restante da sociedade. A rigor, havia uma oscilação entre os discursos do Mestre, quando os militares “mandavam fazer”, e o discurso do Universitário, que entrava em cena quando se apelava para a DSN nas justificativas de suas ações. Fundamentamos-nos principalmente no “Seminário 17; o avesso da psicanálise”, de J. Lacan, e nos ensaios de Contardo Calligaris.

No sétimo capítulo, buscamos nos depoimentos dos torturadores elementos que pudessem nos apontar para a sua própria responsabilização. Afinal, cada sujeito tem que se haver com suas próprias demandas e desejos. Desse modo, como o torturador se posiciona ante a violência da sua atividade? Como ele lida com o seu próprio gozo? Nessa análise, recorremos ao “Seminário 7” (1959 – 1960) de Lacan, exatamente aquele que discute a ética da psicanálise. Nos remetemos também às considerações de Alain Badiou sobre a ética (1995) e o ato político (1999), perguntando-nos se a sujeição ao Outro é absolutamente inevitável e inescapável.

Em Considerações Finais, apontamos, cotejando o homem em face às condições histórico-sociais autoritárias do período analisado com os pressupostos teóricos definidos para a presente pesquisas, as decorrências dessa relação para o próprio homem. Após isso, em Referências, elencamos as fontes que fundamentaram a tese aqui exposta.

2 Psicanálise, História e Tortura

A exploração do nosso objeto de pesquisa nos remeteu, de pronto, para duas questões de ordem epistemológica.

A primeira, que se impôs ato contínuo à problematização do tema, consistiu em verificar o que a Psicanálise tem a dizer sobre a tortura. Uma vez que essa é uma prática, quase sempre, a serviço dos poderes constituídos, sejam eles temporais ou mundanos, então a tortura nos coloca, de imediato, na esfera da política. E esta, por seu turno, só pode ser satisfatoriamente compreendida através de uma abordagem historiográfica. Em resumo, o tema da tortura é político, portanto histórico.

Aqui se impõe a segunda questão, cuja formulação tomamos emprestada de Roland Chemama: “o sujeito de que trata a psicanálise é historicamente determinado?” (1997, p. 23)

Contudo, a busca pela resposta nos trouxe ainda outras questões. De qual psicanálise estamos falando? E, idem, de qual história? E também, por que adotamos a categoria de sujeito, ao invés de indivíduo?

Este capítulo tem, portanto, um caráter, no mínimo eclético. As perguntas que se impuseram, por si só, mereceriam ser respondidas, cada uma, com uma tese de doutorado. Preferimos assumir o risco de sermos lacunares, insuficientes talvez, ante a alternativa cômoda de ignorarmos essas questões.

Enfim, o capítulo trata das possibilidades e das impossibilidades do uso da Psicanálise pela história, assim como da pertinência do conhecimento historiográfico no tocante ao trabalho analítico, pois não há sujeito sem história, assim como não há sujeito sem inconsciente. Essa discussão já foi promovida anteriormente por estudiosos — psicanalistas ou historiadores — das mais diversas correntes teóricas. Faremos aqui uma síntese das contribuições que julgamos mais fecundas para o nosso trabalho.

2.1 Preparando o Terreno: sujeito ou indivíduo?

Adotamos a categoria de sujeito, em lugar de indivíduo, pois esta concebe um ser humano autocentrado, senhor de si e dos seus atos, enfim, um ser indiviso. Essa categoria foi cunhada ao longo da ascensão do capitalismo, refletindo o eu-ideal do homem burguês e, portanto, trazendo em seu bojo uma carga ideológica irrefutável. Exemplo disso é a oposição ou,

no mínimo, separação entre o indivíduo e a sociedade. Eles são tratados como se fossem duas entidades estanques, com alguns pontos de contato, o que pode levar ao entendimento de que o indivíduo sobrevive sem a sociedade. E, além disso, a categoria de indivíduo pressupõe uma realidade objetiva, concreta, dessubjetivada, passível de ser apreendida pela ciência de cunho positivista.

Contrariamente, o sujeito da Psicanálise é “excentrado”, quer dizer, ele é ao mesmo tempo a sua singularidade subjetiva e também a cultura em que está inserido. Ele é “dentro e fora” simultaneamente. Por isso, Lacan distinguiu o sujeito do inconsciente *je* (eu), do pretensso indivíduo da consciência *moi* (mim), utilizando-se desses diferentes pronomes. Desse modo, se o *je*, o “eu” é o sujeito do desejo, atravessado pela linguagem e que se manifesta, dentre outras maneiras, na forma de sintomas, o *moi* é um precipitado de identificações, que forjou uma autoimagem fantasiosa, constituindo o eu-ideal do sujeito.

Lacan foi muito, injusta e erroneamente, criticado por ter concebido um sujeito tido por muitos como sendo a-histórico e, portanto, uma aberração. Isso porque, ao concebê-lo estruturalmente, Lacan traduziu essa estrutura, universal a todos os sujeitos humanos, em quatro letras: o S1, significante mestre, que assinala o ingresso na linguagem quer dizer, na cultura; o S2, que representa a cadeia significante, singular a cada sujeito; “a”, o objeto causa do desejo; e o \$, o próprio sujeito.¹ Essas letras se combinam em estruturas discursivas, que correspondem às maneiras que os sujeitos encontram para estabelecer liames sociais e, desse modo, viabilizar o gozo de uma forma socialmente admitida.

Contudo, o próprio Lacan se defendeu dessas críticas. Numa entrevista ao “Magazine Littéraire”, afirmou:

As pessoas fazem uma oposição grosseira entre a estrutura, que seria sincrônica, portanto fora da história, e a dialética, que seria diacrônica, mergulhada no tempo. É inexato. Voltem ao meu texto [“Função e campo da palavra”, 1953] e perceberão a importância que dou à história, a ponto de ela me parecer coextensiva ao registro do inconsciente. O inconsciente é história. O vivido é marcado pela historicidade primeira (apud KOLTAI, 2000, p. 137).

Portanto, ainda que o sujeito lacaniano se defina por essas quatro letrinhas, às quais voltaremos com mais vagar em nosso quarto capítulo, a história da sociedade atravessa o sujeito através da linguagem, que irá habitá-lo definitivamente. E, além disso, os conteúdos dos laços sociais também são determinados historicamente.

¹ Essa teorização foi feita por Lacan no seu “Seminário 17: o avesso da psicanálise”, de 1969-1970. Diante da sua pertinência para a análise dos tipos de vínculos que unem os sujeitos de uma dada sociedade, ocupa boa parte do nosso quinto capítulo.

2.2 História e Psicanálise: Ciências Afins? ²

As possíveis relações entre esses dois campos do saber, a História e a Psicanálise, já foram alvo de conjecturas de diversos autores, a começar pelo próprio Freud. Aliás, desde os seus primórdios, a Psicanálise, ainda que seja uma “experiência do particular” (LACAN, 1986, p. 31), buscou estabelecer e compreender os nexos entre o singular e o coletivo, tentando contribuir para a compreensão da sociedade a partir dos elementos obtidos na clínica e, inversamente, tentando aprimorar seu entendimento do singular estabelecendo as injunções deste com o geral.

Obras capitais da lavra freudiana foram escritas nesse sentido e, apenas a título de exemplo, citamos o “Psicopatologia da vida cotidiana” (1901), o “Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna” (1908), e “Totem e tabu” (1913).

No seu opúsculo, “O interesse científico da psicanálise” (1913), Freud aludiu textualmente à História. No tópico, “O interesse da Psicanálise do ponto de vista da história da civilização”³ expôs um pequeno rol de campos de pesquisa aberto ao historiador de formação psicanalítica, tais como os mitos e as fábulas, em que, diz Freud, “há muito tempo se sentia a necessidade de interpretar essas produções; suspeitava-se existir algum ‘sentido secreto’ por detrás delas [...]”. (FREUD, 1913, p. 220) Para desvendar esse “sentido secreto”, Freud propôs “uma aplicação semelhante de seus pontos de vista (da Psicanálise), suas hipóteses e suas descobertas” (1913). Em suma, considerava que os conhecimentos obtidos sobre o sujeito humano na clínica psicanalítica podiam oferecer elementos úteis à reflexão sobre a sociedade e a cultura, conforme podemos depreender das palavras do próprio Freud:

Nosso conhecimento das doenças neuróticas dos indivíduos foi de grande auxílio para a compreensão das grandes instituições sociais, porque as neuroses mostraram ser tentativas de encontrar soluções *individuais* para o problema de compensar os desejos insatisfeitos, enquanto que as instituições buscam proporcionar soluções *sociais* para esses mesmos problemas (1993, p. 222).

Esse chamamento de Freud foi atendido tanto por psicanalistas quanto por historiadores, que acabaram, muito genericamente, produzindo aquilo que alguns denominariam ambigualmente de “psico-história”, e outros de “psicanálise aplicada”. Denominações à parte, es-

² Essas reflexões foram apresentadas originalmente, numa versão oral, no Colóquio “Patologia do Social: interface entre a Teoria Social, Filosofia e Psicanálise”, organizado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, com a colaboração do Instituto de Psicologia dessa mesma universidade, e realizado entre 12 e 14/11/2007. Agradeço as sugestões e retificações teóricas propostas por Raul Albino Pacheco Filho, Conrado Ramos, Nadir Lara Júnior e os demais membros do Núcleo de Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP.

³ FREUD, S. O interesse científico da psicanálise (1913b). In: **ESB**. V. XIII, p. 220-222.

forços no sentido de produzir uma historiografia de orientação psicanalítica, com maior ou menor qualidade, foram feitos por autores como Edward Dodds,⁴ Alain Besançon,⁵ Benjamin Wolman,⁶ e Erick Erickson,⁷ por exemplo.

Contudo, restringiremos nossos comentários a quatro outros autores, todos igualmente notórios, de cujas obras a qualidade os credencia a tomá-los como exemplos, ainda que alguns deles estejam em campos teóricos um pouco diferentes daquele por nós escolhido. São eles, respectivamente, Peter Gay, Saul Friedlander, Anne Levalois e Michel de Certeau.

Mas, antes de lhes darmos a palavra, penso que cabe aqui uma pequena digressão, uma espécie de “apresentar armas”.

A busca por afinidades possíveis entre dois campos do saber exige muita cautela, para que se evite a anulação das especificidades em nome do realce das semelhanças. No caso específico das duas ciências em pauta, a ausência desse cuidado levou a generalizações grosseiras por parte de alguns historiadores apressados, como, por um lado, a invenção de um “inconsciente coletivo” ou, por outro lado, a redução da obra de toda uma vida ao conflito edípico do sujeito. E, o que é ainda pior, essas psicologizações do social permitiram a irrupção de preconceitos contra a Psicanálise, que passou a ser vista — e, nesses casos, não sem razão — como uma ciência burguesa.

A própria expressão “psicanálise aplicada” foi rejeitado por Lacan, para quem a “Psicanálise só se aplica, em sentido próprio, ao tratamento, e, portanto, a um sujeito que fala e ouve.” (1958;1998, p. 758) Por isso, a utilização do instrumental conceitual analítico de forma descontextualizada e apressada pode levar àquilo que o próprio Freud chamou de “psicanálise selvagem”. Essa consiste na interpretação do material trazido pelo paciente sem a devida cautela e sem a fundamentação clínica necessária. O mesmo se aplica a tentativas desastradas de se analisar eventos culturais ou históricos sem o devido lastro teórico. Apesar de Freud ter se dedicado, em inúmeras de suas obras, a temas exteriores à clínica, nem por isso ele deixou de ser reticente em relação aos usos da “psicanálise aplicada”.

A escola francesa prefere utilizar as expressões “psicanálise em intensão”,⁸ referindo-se à clínica, e “psicanálise em extensão”, quando se pretende compreender eventos sociais através da análise.

⁴ DODDS, Edward . **The Greeks and the Irrational**. Berkeley: University of California Press, 1951.

⁵ BESANÇON, Alian. **Histoire et Expérience du moi**. Paris: Flammarion, 1971.

⁶ WOLMAN, Benjamin. **The Psychoanalytic Interpretation of History**. New York: Basic Books, 1971.

⁷ ERIKSON, Erik. **The Young Man Luther: a Study in Psychoanalysis and History**. New York: Norton, 1962.

⁸ Intensão, e não, intenção. Lacan grafou dessa maneira para indicar não apenas a vontade, a intencionalidade, mas também, e principalmente, a tensão interna à situação analítica.

E mais, de que história falamos? Nosso leitor tem, por certo, o conhecimento de que a mesma palavra, “história”, tem vários significados. Por exemplo, ela pode designar a vivência cotidiana de uma sociedade ou sujeito, como por exemplo, a minha história pessoal de vida, como também o campo do saber que procura compreender o presente à luz do passado e que, portanto, possui métodos próprios de pesquisa e teorias que a embasam na construção desse tipo de conhecimento. Penso que o primeiro sentido da palavra esteja razoavelmente livre de controvérsias muito sérias. Mas, o mesmo não pode ser dito em relação ao segundo. Assim como há várias psicologias e diferentes psicanálises, que disputam entre si o espaço institucional e a primazia epistemológica, também há várias concepções de história que, por partirem de diferentes premissas filosóficas, produzem, obviamente, diferentes interpretações do passado humano e de sua influência no presente. Exemplificando, se partirmos de premissas liberais, individualizantes, poderemos ter como resultado uma historiografia que valorizará os feitos dos grandes homens, e que entende a história enquanto sucessivas transformações, motivadas por esses homens heróicos, sempre rumo ao “progresso”. Aqui estamos no campo da historiografia positivista. Por outro lado, é possível alinhar-se a uma concepção de história que tenha por objetivo verificar como se constroem e se difundem os discursos e práticas que visam à hegemonia do poder. Exatamente esses que procuram, ideologicamente, individualizar os processos sociais e que, com esse fazer, provocam o desfacelamento de experiências particulares de cada sociedade e de cada sujeito, tomado na sua singularidade. Atualmente, vivemos num contexto em que o capital, na tentativa de perpetuar sua hegemonia, oferece o gozo fácil através do consumismo e do repúdio a tudo aquilo que não traz satisfação imediata.

Citemos Walter Benjamin, na sua tese de número seis, “Sobre o Conceito de História” (1940), para melhor explicitar essa concepção de história:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como o salvador; ele vem também como o Anti-cristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 1940; 1985, p. 226).

Na historiografia tradicional e no materialismo histórico, desviado dos seus propósitos revolucionários, o tempo é concebido de forma homogênea, um tempo “vazio”, despojado de

“experiências”, e predestinado ao “progresso”. Benjamin, ao contrário, concebe um tempo histórico recheado de “agoras”, em que cada experiência é única e irrepetível. Para ele, o historiador comprometido com o verdadeiro materialismo histórico não se surpreende com a barbárie contemporânea, pois está ciente de que o “estado de exceção em que vivemos é a regra geral”.

2.2.1 A “psico-história” de Peter Gay e Saul Friedlander

Começemos com Peter Gay. Trata-se de um célebre historiador da cultura, com importantes estudos sobre a época vitoriana na Inglaterra, e autor de uma igualmente célebre biografia de Freud.⁹ É um dos poucos a praticar contemporaneamente uma historiografia psicanaliticamente orientada e que tem, a nosso ver, o mérito de haver intentado ampla e sincera defesa do uso da psicanálise pelos artesões de Clio, na sua obra “Freud para historiadores”(1989). Contudo, sua opção teórica dentro da Psicanálise o leva a alguns impasses que acabam por psicologizar o processo histórico. Mesmo assim, a obra tem a virtude de propor aos historiadores que revejam aquilo que Gay considera o maior obstáculo ao uso da Psicanálise por eles: o preconceito. A ignorância desses em relação à teoria freudiana, aliada a uma concepção de ciência próxima daquela postulada pelo positivismo faz, conforme Gay, com que os historiadores desconfiem da cientificidade e da objetividade da Psicanálise. E mais, para Peter Gay, os historiadores consideram a sua ciência social, ao passo que a Psicanálise preocupa-se com o individual.

Efetivamente, como vimos acima, a Psicanálise não concebe o ser humano como indivíduo, mas como sujeito. E, mesmo contextualizando-o histórica e socialmente, isso não permite à Psicanálise se arvorar numa ciência do social. Ela é, e por certo a única, ciência do sujeito, ainda que muito do que ela apreende sobre ele traga contribuições para a compreensão da sociedade.

A mesma observação sobre a resistência dos historiadores à Psicanálise feita por Gay foi apresentada por Saul Friedlander (1975), psicanalista norte-americano que, nos anos sessenta e setenta, notabilizou-se ao aplicar a Psicanálise na compreensão do nazismo. Numa obra dedicada à avaliação e à síntese dos resultados obtidos nas tentativas de utilização pela história da Psicanálise, Friedlander ressaltou a estreita vinculação entre a “história das menta-

⁹ Trata-se da trilogia: “A Educação dos Sentidos”. “A experiência burguesa: da rainha Vitória até Freud, 1989”, “A Paixão Terna: a experiência burguesa: da rainha Vitória até Freud”, 1990; e “Guerras do Prazer: a experiência burguesa: da rainha Vitória até Freud”, 2001. E, na sua biografia, o criador da Psicanálise, chama-se, “Freud: uma vida para o nosso tempo”, 1995. Todos foram editados pela Companhia das Letras, de São Paulo.

lidades”, aquela da Escola dos Annales, (1975, p. 9) e a Psicanálise. E, por extensão, ele fez críticas ao que ele chamou de “história tradicional”, de cunho positivista, preocupada apenas em descrever os fatos, sem interpretá-los. (1975, p. 13) Além disso, chamou — para nós de forma bastante apropriada — a atenção para o fato de que a Psicanálise, enquanto ciência, não constrói seu conhecimento a partir dos mesmos métodos que as ciências positivistas, calcados na experimentação e na prova empírica (1975, p. 27-35). Quanto às críticas de Karl Popper à Psicanálise, Friedlander salientou que elas foram feitas a partir de critérios metodológicos positivistas, portanto, muito distantes do método próprio da Psicanálise e, conseqüentemente, inadequados (1975 p. 34).

Para Friedlander, os objetivos do historiador e do psicanalista são os mesmos, ou seja, descobrir as motivações humanas tanto do comportamento individual quanto do grupo. E demonstrou certa inquietação pelo fato de os historiadores, que necessariamente recorrem a tantas “ciências auxiliares”, ignorem a Psicanálise. Além disso, para ele, o método psicanalítico equivale ao da pesquisa historiográfica, pois ambos consideram como “documentos” qualquer vestígio do passado.

Contudo, divergimos da posição teórica do autor em relação à psicologia do ego, para ele, a mais indicada ao uso da psico-história. Segundo Friedlander,

Neste ponto de nossa caminhada, convém se perguntar qual o ramo do pensamento freudiano é melhor adaptável à investigação psico-histórica. É sem muita hesitação que optamos por aquele que se intitula, desde alguns anos, “psicologia do ego”. No contexto do pensamento freudiano ortodoxo, a psicologia do ego – da qual Freud mesmo pôs as primeiras balizas desde os anos vinte – traz menos interesse nas vicissitudes do instinto que na função adaptativa e estruturante do ego. Esse deslocamento de ênfase permite integrar uma boa parte das teses culturalistas e, de um modo geral, pela atenção que doravante passou a se dar aos mecanismos de interação entre o ego e a realidade ambiental, entre o ego e os outros, permite integrar a estrutura da personalidade e a estrutura social num contexto unificado, condição necessária a toda investigação psico-histórica cuidadosa em evitar um reducionismo extremo (tradução livre do autor, FRIEDLANDER, p. 35).

Nesse aspecto, discordamos desse autor porque entendemos história como transformação, como enfrentamento das condições sociais dadas. Sem a busca por mudanças nas condições de vida não há história. E, o homem, por ser desejoso, quer dizer, por definir-se como “falta-a-ser”, está buscando continuamente preencher essa lacuna. Por isso, são os “menos adaptados”, usando a terminologia da Psicanálise acima referenciada, aqueles que fazem ato, aqueles que propõem a antítese, que buscam construir o “verdadeiro estado de exceção”.

E, continuando sua argumentação, Friedlander explicou-se:

Essa escolha está condicionada pelos imperativos do nosso objeto de estudo e não resulta de nenhuma tomada de posição quanto à validade teórica ou e-

ficácia terapêutica das escolas freudianas contemporâneas. Assim, por mais importante que seja o acréscimo do pensamento lacaniano, a psico-história nos parecer requerer outros métodos de investigação. (tradução livre do autor, FRIEDLANDER, p. 36).

Os acréscimos teóricos propostos por Lacan, a exemplo da já mencionada Teoria dos Quatro Discursos e a concepção “excentrada” de homem, nos parecem indicar o contrário daquilo acima apontado por Friedlander. Eles permitem acentuar o que há de tensão entre o sujeito e a sociedade, ao contrário de destacar os pontos de acomodação. Em suma, reconhecemos que essa obra de Saul Friedlander trouxe importantes balizamentos para o estudioso que pretende utilizar a Psicanálise na compreensão da história, mas consideramos igualmente importante marcarmos nossa diferença teórica.

2.2.2 Anne Levalois e os “testemunhos”

A psicanalista Anne Levalois, trabalhando com testemunhos de sobreviventes dos campos nazistas, trouxe importantes considerações sobre, para ela promissora, a relação entre a Psicanálise e a história. Em seu ponto de vista, o uso dos testemunhos leva o sujeito a reconhecer sua responsabilidade pessoal no processo histórico-social por ele vivido, possibilitando com isso articular sua história pessoal à da sua coletividade. (2007, p. 161) Para a autora, essas duas dimensões históricas, a coletiva e a pessoal, são indissociáveis, de forma que “o processo psicanalítico [...] não pode abstrair dos diferentes modos pelos quais um indivíduo interiorizou, absorveu, a história coletiva.” (2007, p. 162)

O reconhecimento cada vez maior, por parte dos historiadores, da chamada “História Oral”, que permite aos sujeitos darem seu testemunho particular sobre o contexto histórico que se pretende analisar, parece-nos ser uma das possibilidades, dentro das perspectivas abertas por Anne Levalois, da exploração da história pela Psicanálise. Isso porque, segundo a autora, há semelhanças entre os testemunhos e o desenrolar de uma análise. Para ela, ao fazer uso da livre associação, o analisando também é “chamado a se lembrar, ou mais precisamente, a se fazer testemunha de sua própria história e a ser historiador [...]” (2007, p. 167) Certamente a autora tem em mente que uma análise não se limita a esse “relembrar”, como também ela tem clareza de que os objetivos de um historiador e os de um analista são diferentes, mas podem ser complementares. O historiador não pode mais ignorar a dimensão inconsciente das ações humanas, assim como o psicanalista não pode desprezar as ingerências do social na dimensão do desejo.

Em tempo, Alain Badiou também considerou o testemunho como uma forma de o homem vencer a morte e superar sua condição de vítima. E, ao fazer isso, ele se torna imortal (1999, p. 49).

2.2.3 Michel Plon e a “clínica da política” de Maquiavel

Desde Freud, há preocupação por parte dos psicanalistas em adequar a interpretação do material trazido pelo analisando ao momento correto. Esse momento — o “bom momento” de Freud — não é da ordem do cronológico, mas sim da subjetividade de cada sujeito em análise. E sua determinação depende, ainda segundo o próprio Freud, do “tato” do analista. Isso tudo nos coloca diante do que Lacan denominou de “tempo lógico”.

Michel Plon viu semelhanças entre esse instante, “lógico” da análise, e aqueles que, na política de uma sociedade, são decisivos no seu destino. Ao ler o Nicolau Maquiavel, Plon identificou paralelo possível entre a ação política dos príncipes italianos da Renascença e o tempo lógico da clínica psicanalítica. A rigor, trabalhando com o clássico “O Príncipe” e também com a correspondência de Maquiavel, que fora alto funcionário da corte dos Médici, em Florença, Plon conclui que o diplomata italiano realizou uma “clínica da ação política” (p. 170). Noutros termos, para Plon, Maquiavel se apercebeu de que o tempo da ação política não correspondia ao tempo cronológico e que, uma vez tendo deixado escapar o primeiro, o segundo, o que é imperdoável, não se permite o retorno da oportunidade (2002, p. 173). Por isso, esse momento que escapou, o do “não-acontecimento”, é irretornável. Portanto, a percepção do “bom momento” é fundamental tanto na política quanto na análise (2002, p. 176).

Plon não ignora que esses “momentos” resultam de determinadas conjunturas, únicas, igualmente irrepetíveis, capazes de provocar mal-estar de tal intensidade que o sujeito se vê em angústia. É o momento do ato político, ou analítico. Plon também não desconhece que o “mal-estar” é estrutural à cultura. Por isso, ele lembrou que o revolucionário de hoje pode ser o verdugo de amanhã:

A presença silenciosa de Thânatos, seguida de seu desencadeamento no registro da algazarra e do estrondo, é justamente aquilo que leva os revolucionários mais audaciosos a se transformarem nos piores conservadores, tomados pela vertigem da eliminação na tentativa de imobilizar sua revolução na rotina de uma ordem estabelecida que exige a qualquer preço o desaparecimento de tudo que se move (p. 185) .

Por isso, para Plon, apesar de Freud nunca ter explicitamente reivindicado o uso da Psicanálise pela política, a obra freudiana nunca ignorou essa dimensão da vida humana. De

que outro tema trata, por exemplo, o “Psicologia das Massas” senão da política? E, o “Por que a guerra?” Como vemos, Freud e a Psicanálise estão muito longe de serem apolíticos.

2.2.4 A crítica de Michel de Certeau ao Freud “historiador”

Finalmente, creio ser importante trazermos para o debate, sem a pretensão de esgotá-lo, algumas das idéias do psicanalista e historiador francês Michel de Certeau. Restringir-nos-emos ao seu artigo significativamente intitulado “O que Freud fez da História: ‘uma neurose demoníaca no século XVII’” (2007). Sem dúvida, trata-se de um texto polêmico de Certeau e bastante fecundo, pois discute diretamente o tratamento dado por Freud a um documento histórico do século XVII.

Michel de Certeau nos coloca diante de um Freud arbitrário e prepotente, que praticamente desprezando os conhecimentos históricos mais precisos sobre a época, manipulou os dramas pessoais do pintor Haitzmann e os valores culturais do século XVII para justificar seu diagnóstico. Exemplo disso é a interpretação que Freud deu à imagem pintada por Haitzmann do diabo com mamas, bastante divergente daquela comumente feita pelos historiadores (2007, p. 286).

Para Certeau, Freud procedeu dessa forma por conceber a história rigorosamente nos moldes de um homem do século XIX, ou seja, pautado no cientificismo e na noção hegeliana de progresso. No caso, o cientificismo outorgou a Freud fé inabalável no esclarecimento de que a ciência pode proceder da “Alfklarung”, da qual a Psicanálise é filha. Por isso, o “imperialismo” do seu diagnóstico, analisando as sucessivas transações do pintor com o diabo e, posteriormente, com os irmãos do mosteiro de Mariazell, como deslocamentos sintomáticos de uma neurose causada por conflitos edípicos. Assim, criticando Freud, Certeau considerou que,

Com muita rapidez ele [Freud] toma como realidade da história o que é apenas a coerência do seu discurso historiográfico, e por uma ordem na sucessão dos fatos o que é apenas a ordem postulada ou proposta pelo seu pensamento (p. 288).

Em relação à concepção “progressista” de história, Certeau baseou-se na afirmação de Freud de que no passado histórico as neuroses se manifestavam com maior clareza, pois a humanidade não teria desenvolvido sintomas mais sofisticados, decorrentes da sua própria sofisticação. (p. 287) Isso porque, com o avanço da civilização, as pressões da mesma sobre seus membros se tornaram cada vez mais fortes, levando-os a recalcar mais intensamente suas pulsões. Por isso, no passado, como é caso do pintor do século XVII, a neurose “mostra-se em

plena claridade”. Daí o uso por Freud, nesse artigo, da analogia da imagem da criança e do adulto: a humanidade passada seria como uma criança, cujas neuroses são mais visíveis, enquanto que as neuroses do adulto, mais ocultas, equivaleriam ao século XX (p. 287).

Michel de Certeau criticou essa concepção, segundo a qual, para ele, estão subentendidas a cultura e a história como uma segunda forma de “terapias” (p. 294). Se na Áustria do século XVII, o pintor encontrou na religião a forma de interromper seus delírios, deslocando para sintomas, “alhures ou em outros tempos”, no diz Certeau, “esta forma será científica, política, etc.” (p. 293).

Evidentemente, Freud não quis fazer história, mas a psicanálise de um sujeito singular, fundamentando-se para tal na documentação histórica produzida pelo próprio Christoph Haitzmann. Portanto, Freud preocupou-se primeiramente em apurar qual o sentido das diversas figuras paternas às quais o pintor sucessivamente (seu próprio pai, o diabo, Cristo) foi se identificando ao longo da sua vida. Coisa diversa, e aí Freud estaria no plano da “psicanálise em extensão”, teria sido ele buscar compreender o que essas mesmas figuras representam no âmbito do laço social mais amplo, ou para outros sujeitos. Uma coisa é analisar as formas de laço social ou de circulação dos discursos no plano da sociedade, outra é tomar cada sujeito em particular. Certamente, a Psicanálise sempre entra pela via do sujeito e sabe também que cada sujeito se remete ao seu próprio Outro, posto não haver relação intersubjetiva.

Por isso, a “psicanálise em extensão” não pode perder de seu horizonte a diferença existente entre ela e a “psicanálise em intensão”. E, nos parece que Freud tinha plena clareza dessa diferença, haja vista o artigo em pauta ser visivelmente diferente daqueles em que ele propriamente trabalha “em extensão”, a exemplo de “Totem e Tabu”, “Psicologia das Massas”, dentre vários outros.

2.2.5 A Psicanálise Lacaniana e a História

Trouxemos esses autores e respectivos textos pela sua exemplaridade, apesar de termos em relação a eles algumas divergências de natureza teórica. Devemos ter sempre a cautela de evitar a psicologização do processo histórico, que leva à mera transposição de dados clínicos para a sociedade, como se esta fosse uma clínica ampliada. Para nós, o maior perigo nesse tipo de instrumentalização da Psicanálise está na produção do conhecimento idealista da sociedade, que pode passar a ser entendida como o resultado da somatória dos inconscientes individuais.

Essa concepção de Psicanálise coaduna com a de história de cunho positivista, bem ao gosto da ideologia liberal-burguesa, criticada por todos os autores acima citados. Não concordamos com esse entendimento da história, tanto quanto o da Psicanálise, e veremos a seguir que as críticas a esses entendimentos liberais dessas ciências podem ser feitas a partir de uma determinada concepção da própria Psicanálise.

Contrariamente a determinadas conclusões de alguns desses autores, consideramos, como Jacques Lacan, que o sujeito é fruto de uma cadeia de significantes, em cuja origem está a estrutura simbólica da sociedade — o grande Outro da cultura. Por isso, nos é impossível pensar o sujeito, o seu inconsciente, senão a partir de uma perspectiva que leve em conta sua absoluta imersão no simbólico da cultura, ou seja, que considere o “inconsciente estruturado como uma linguagem”.

Linguagem, símbolos, cultura: estamos no âmbito do coletivo, do social, do histórico. Portanto, vemos, sim, algumas possíveis afinidades entre essas duas ciências. O homem, em todas as suas dimensões, inclusive naquela mais cara à Psicanálise, ou seja, a singularidade de sua subjetividade, é um ser histórico. Ainda que o inconsciente não seja historicizável, os tipos de laço social o são, assim como o são as formas socialmente difundidas de gozo. E se, conforme Theodor Adorno e Max Horkheimer, a “história do homem é a história da introversão do sacrifício”, estamos nos referindo a modelos superegoicos socialmente disseminados e que objetivam administrar o gozo. É o “momento do perigo” apresentando-se ao “sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso” (BENJAMIN, 1985).

E mais, as duas ciências, Psicanálise e História, nas respectivas opções teóricas que ora utilizamos, constataam a ubiquidade dialética entre o passado e o presente, bem como a fragilidade do “eu” onipresente, cartesiano, protótipo do indivíduo liberal burguês. E, em lugar do *cogito ergo sum*, procuram as obscuras permanências de um passado recalcado que insiste em retornar, mesmo que seja na forma de um culto ao sacrifício, como aquele típico dos militares, conforme veremos a seguir.

Ora, e como o social é introjetado no sujeito? Através da dialética das identificações, cuja origem está no “estádio do espelho”, proposto por Jacques Lacan. É o momento fundante do sujeito e, ao mesmo tempo, da sua alienação no discurso do Outro. A ele voltamos com mais vagar no quarto capítulo. E, mesmo Freud, por diversas vezes, mostrou a fragilidade da fronteira entre o social e o individual e, citando o “Psicologia das massas” (1921):

Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos [...]. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais [...]. (p. 163) Temos que

concluir que a psicologia dos grupos é a mais antiga psicologia humana [...] (p.156).

Todavia, isso não significa reduzir o sujeito ao social. Ao contrário, é necessário mantê-los, nos lembra Slavoj Žižek (1992), a tensão entre o particular e o geral. Isso porque a Psicanálise é, necessariamente, a ciência do sujeito, mas do sujeito historicizado, socialmente contextualizado. E, portanto, a Psicanálise que pretendemos, reconhece a necessidade da subjetividade ser historicizada e, portanto, coletivizada, pois advoga que é no aparato psíquico que se dá o embate dialético entre o particular e o histórico (ROZITCHNER, 1989, p.27).

E uma das manifestações dessa referida tensão pode ser verificada no próprio culto ao sacrifício. Ou seja, paradoxalmente, esse pode ser compreendido como uma forma masoquista de reação à violência da opressão da sociedade administrada.

Feito isso, a questão que se coloca em seguida é determinar como os sujeitos da cultura se conectam à ordem da cultura e aos outros sujeitos. E a resposta a essa indagação pode ser encontrada na teoria lacaniana dos “quatro discursos”, à qual nos remeteremos no quinto capítulo desta tese.

Portanto, ficam aqui algumas críticas ao que se convencionou chamar de “psico-história” ou psicanálise aplicada à história. Um historiador atento ao mero plano do enunciado dos documentos por ele escolhidos busca reconstruir a objetividade dos eventos na sua suposta relação causal, ou então, o imaginário de uma dada sociedade. O psicanalista, contrariamente, subverte o sujeito autocentrado, desconstrói o imaginário e vislumbra uma ética do desejo como “motor” da história.

Essa pretensa objetividade do historiador positivista é atravessada pela “alienação” estrutural do sujeito, decorrente do seu ingresso na ordem do discurso e da dialética das identificações. Contudo, essa suposta objetividade não se aplica ao inconsciente nem tampouco às suas formações. E mais, a sucessão linear de acontecimentos vazios — a famosa “linha do tempo” da historiografia positivista — é esvaziada pela constatação da inexistência de contigüidade, no inconsciente, entre o passado e o presente e de relações intersubjetivas: cada sujeito se relaciona com o seu próprio grande Outro.

Por outro lado, cremos que cabe ao historiador, para além do meramente factual, descobrir nas batalhas cotidianas, os significantes mestres que circulam no âmbito da cultura de cada sociedade e levantar como eles interpelam os sujeitos dessa mesma cultura. Cabe também descobrir a fantasia social predominante e apurar como ela é assumida pelo coletivo. E, por fim, cremos que o historiador pode verificar o tipo de laço social mantido pelos sujeitos dentro das estruturas discursivas. E, ao fazer isso, ele pode mostrar que, a cada “momento de

um perigo”, seja na posição do Mestre, seja na posição do Universitário, ou ainda no discurso do capitalista, que o “perigo é sempre o mesmo”: entregar-se às classes dominantes como seu instrumento”, diríamos, “instrumento de gozo” e, o que é pior, ainda gozar com a sua própria instrumentalização.

2.3 Psicanálise da tortura

É notória a ausência de textos psicanalíticos sobre a tortura no Brasil durante o Regime Militar, que abordem do ponto de vista do torturador e ou mesmo sob o viés do supliciado: somam pouquíssimos títulos. Já a produção internacional sob os dois ângulos é um pouco mais significativa e vem sendo elaborada, sobretudo, naqueles países que vivenciaram experiências recentes de regimes autoritários, tais como a Argentina e a Espanha. Ao mesmo tempo, estudiosos franceses vêm tentando compreender a problemática da tortura, através da Psicanálise, ocorrida durante a guerra de independência da Argélia, quando ela foi larga e notoriamente utilizada pelas brigadas de paraquedistas, principalmente na Batalha de Argel. Igualmente, desde os anos cinquenta, psicanalistas de diferentes nacionalidades têm realizado esforços para compreender o nazismo e, em especial, as diversas formas de tortura ocorridas nos campos de concentração e de extermínio, entre 1933 e 1945. De todo esse conjunto de obras, faremos, a seguir, breves comentários daqueles títulos que julgamos mais ilustrativos face aos nossos objetivos.

Em 1982, no início da chamada “transição espanhola” do regime franquista para a monarquia parlamentar, intelectuais de diferentes áreas do conhecimento reuniram-se para o impacto da violência do regime, então em ocaso, sobre a sociedade hispânica. A ênfase foi dada à repressão política, com especial destaque para a tortura. Os separatistas bascos foram as maiores vítimas dos suplícios, justamente por realizarem dupla oposição ao franquismo: desejavam não apenas o final do regime, mas também a emancipação do Estado Basco. Por isso, ganhou especial destaque a contribuição do psicanalista basco, Joseba Atxotegi, que se entrevistou com diversos militantes bascos submetidos a torturas. No relato do autor, as semelhanças com o caso brasileiro se evidenciam: os torturadores eram sempre oficiais das Forças Armadas ou agentes policiais civis, preparados para a realização desse tipo de interrogatório; os interrogados eram suspeitos de participarem de organizações políticas clandestinas que propunham a luta armada como forma de consecução dos seus objetivos.

Na sua abordagem da tortura, Joseba Atxotegi fez ressalva de que os métodos e objetivos de sujeição do outro aos suplícios variam ao longo da história, mas sempre há a ocorrência simultânea de motivos de outra ordem, ou seja, psíquicos. (1982, p. 173) E para compreendê-los, Atxotegi recorre aos conceitos metapsicológicos freudianos de “pulsão de morte” e “sadismo”.

Segundo o autor, o componente sádico da personalidade do torturador “não tem porque ser predominante, nem sequer ostensivo”, (1982, p. 175), o que lhe permite levar uma vida social normal. Chega, inclusive, a propor que o torturador não é propriamente um sádico, mas um “funcionário com núcleos sádicos importantes” e sólidos o suficiente para, burocraticamente, realizar suas bárbaras funções. Vemos que o autor dá grande importância à estrutura organizacional e de comando, que controla toda a engrenagem repressiva e que culmina na tortura, sendo essa concebida como se fosse uma simples etapa de um processo produtivo. E aqui está uma de nossas questões fundamentais: um regime que se escora numa estrutura como essa só pode ensejar ações violentas da parte dos seus seguidores e torna-se campo para a busca de gozo perverso-sádicas, mesmo que seja por sujeitos de estrutura neurótica.

Outra obra paradigmática para o estudo psicanalítico da tortura é a coletânea de artigos organizada por Bruno Bettelheim, “Psicologia del Torturador” (1973). Merece destaque no âmbito desse projeto o artigo do próprio organizador do volume, “La tortura y el torturador”. Judeu alemão, psicanalista clínico, Bettelheim padeceu as agonias dos campos de concentração nazistas. O texto é, portanto, fruto das suas observações pessoais, mas nem por isso carece de objetividade analítica. Escrito anos após os acontecimentos, seu objetivo é comparar a ação dos guardas SS alemães, com os paraquedistas franceses na Argélia.

O autor classificou os alemães como “perversos anal-sádicos”. (1973, p. 14) Exibem esse comportamento os indivíduos com fixações anais, de acordo com a tipologia apresentada por Freud em “Três Ensaio sobre a Sexualidade” (1905). Conforme Bettelheim, os guardas nazistas, tanto homens quanto mulheres, frequentemente humilhavam os prisioneiros com insultos, os espancavam, obrigavam-nos a manipular as fezes, além de subalimentá-los e mantê-los sob permanente estado de tensão. (p.17) Não faziam distinção quanto ao sexo ou idade dos presos e as agressões quase nunca eram dirigidas aos órgãos genitais. Sua revolta contra a castração imposta pelo “Édipo” também se manifestava na obrigatoriedade de os judeus ortodoxos cortarem suas tranças — era como se eles estivessem, com esse ato, dizendo, “eu sou o castrador e não, o castrado” (BETTELHEIM, 1973, p. 17).

A culpa, que porventura os guardas poderiam sentir, era recalçada através de diferentes mecanismos. Dentre eles, o autor destacou a permanente presença de médicos nas sessões

de tortura e acompanhando as experiências nos corpos dos presos; e as mortes eram sempre atribuídas a causas naturais; o gás letal, Cyclon B, era sempre transportado para os campos em carros luxuosos e ostentando o símbolo da Cruz Vermelha (BETTELHEIM, 1973, p. 17).

Quanto aos paraquedistas franceses, Bettelheim os classifica de “perversos fálicos”. (p.18) Esses militares, na visão do autor, mostravam-se excessivamente autoconfiantes, aferiam-se aos símbolos visíveis de seu *status*, como a farda e as insígnias, eram inconstantes e imprevisíveis. Nas torturas, visavam à rápida obtenção de informações dos prisioneiros argelinos e, frequentemente, os agrediam nos órgãos sexuais, através de choques elétricos. Sublimavam as eventuais culpas praticando as sessões de tortura sempre em grupos de cinco ou seis militares (BETTELHEIM, 1973, p. 20-23).

Apesar do ineditismo da abordagem, as duas obras podem ser criticadas a partir do ponto de vista psicanalítico por nós adotado. Ambas são coincidentes na identificação da causa da tortura na economia psíquica dos torturadores e de seus comandantes. Para nós, essas explicações mostraram-se insuficientes, diríamos até, ideologizantes. Ainda que, dentre os agentes da repressão e de seus chefes, possa haver elementos perverso-sádicos, adotar unicamente essa chave explicativa equivale a individualizar e a psicologizar o processo histórico, que é, necessariamente, fruto das condições e contradições da sociedade como um todo.

Entrementes, vários estudiosos têm tido cautela, nas suas análises, de inverter o polo da abordagem, ou seja, conforme Rozitchner, “o aparato psíquico não é senão o último extremo da projeção e interiorização da estrutura social no subjetivo”. (1989, p.15) E, para Lucien Sève, a “essência humana” deve ser buscada no conjunto das relações sociais em que está imerso o sujeito, ou seja, a “excentração social” seria a essência do homem (p. 244). Diante disso, pensamos estar correta a proposição de Contardo Calligaris, que adotamos como premissa teórica para o presente trabalho, ou seja: o laço social usual dos neuróticos é perverso e ele se sustenta porque através dele os neuróticos conseguem sair do sofrimento neurótico banal. Decorre disso a “perversão como sendo essencialmente uma patologia social”, e não um “desvio” na conduta sexual (CALLIGARIS, 1991).

No entanto, é preciso evitar o erro inverso, por isso devemos “conservar, a qualquer preço, a tensão entre o social e o psíquico para evitar a ‘socialização’ demasiadamente rápida do inconsciente”, nos alerta Slavoj Žižek (1992, p.18). Evidentemente, não podemos desconsiderar a possibilidade de que, dentre os torturadores, houvesse indivíduos dotados de estrutura clínica perversa, que encontravam nas agências repressivas os locais, não apenas institucionalizados, mas desejados pelo “pai-Estado”, para a obtenção do seu gozo sádico. Com efeito, acreditamos ser possível recorrermos ao mesmo raciocínio utilizado por Freud nas suas “sé-

ries complementares”, conforme exposto nas “Conferências Introdutórias”.¹⁰ Assim, em um extremo da série que estamos propondo hipoteticamente, estariam os “funcionários exemplares” e, no outro, os perverso-sádicos. Dentre esses dois extremos se encontravam, cremos, a maioria dos membros das equipes de “interrogatórios”. Ao adotarmos essa perspectiva, fugimos de eventuais maniqueísmos, ou seja, de ignorarmos os fatores sócio-históricos e, o inverso, de desprezarmos a economia psíquica dos sujeitos.

Nesta tese, procuramos provar que a tortura aos presos políticos durante a ditadura militar foi, fundamentalmente, o resultado da ação de sujeitos neuróticos numa montagem social perversa, salientando que as montagens desse tipo são as usuais no capitalismo. Com efeito, isso significa que a ação dos perpetradores, por mais ímpia e cruel que possa parecer, não foi realizada, pelo menos na sua maioria, por sujeitos de estrutura psíquica perversa.

¹⁰ Conferências XXII e XXIII. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud**, V. XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

É claro que não estamos a premissa filogenética, tal como Freud o fez por diversas vezes em sua obra, inclusive nas “Conferências”.

3 Tortura: um Apanhado no Mundo e no Brasil

Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (1948). “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, Artigo V: Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

“Constituição da República Federativa do Brasil”, 1969. Artigo 153, parágrafo 14: Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário.

Em volume coletivo destinado a resgatar a memória dos mortos e desaparecidos políticos durante o Regime Militar, um célebre sociólogo, professor da USFCar, assim encerrou sua contribuição, feita através do artigo intitulado “A memória militar sobre a tortura”:

Quanto ao torturador, ou ao seu chefe imediato, como pretender que ele reconheça, na primeira pessoa, a tortura? Em qualquer tempo ou lugar esse tipo de sevícia é quase sempre inconfessável. Afinal, torturar é hediondo, irracional e degradante. Numa única expressão: é um ato desumano. (MARTINS FILHO, 2000, p. 115).

A sábia afirmação do douto professor faz eco à “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (1948) – onde, se lê, no artigo V: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Mas, perguntemo-nos: não sendo um ato humano, o que é a tortura então? Outro animal a pratica? Ou serão os ETs?

Irracional? Como, se era política de governo? Hediondez na tortura? Em que mais residiria sua eficácia político-repressiva justamente no terror que ela causa?

Penso que o notório sociólogo tanto quanto a indispensável assembléia da ONU prestaram um desserviço à causa que motivou suas palavras. Eles remeteram a tortura a um “limbo” indecifrável, um sem-lugar, onde, portanto, ninguém é responsável. Ou melhor, localiza-se algum celerado de plantão, atribui-lhe toda a culpa pelos “excessos ocasionais” e, uma vez afastado o doente, pronto, voltamos ao melhor dos mundos! Acabamos com os atos hediondos!

Igual condenação à tortura pode ser localizada no “Código de Ética” dos psiquiatras franceses, que serviu de mote para Alain Badiou desenvolver sua crítica à concepção burguesa da mesma, hegemônica no chamado mundo ocidental. Para ele, essa noção se baseia na caracterização do humano calcada em dupla negação, ou seja, “aquilo que não é inumano”. Isso leva ao entendimento vitimista de ética, o que nos faz pensar, diz Badiou, “que é somente entre a figura da vítima e a da compaixão pela vítima que se esboça a figura humana” (1999,

p. 49) . Portanto, por mais que a tortura nos cause repulsa, nos alertou Badiou, precisamos romper com essa dicotomia carrasco-vítima, não perdendo de vista que “a humanidade [...] é mortal e cruel”.

Conclui-se que, aparentemente, tortura é alvo de repúdio internacional em todas as latitudes. Quando da divulgação das ações do Exército dos Estados Unidos na prisão militar de Abu Ghraib (Iraque), em maio de 2004, vozes do mundo inteiro reagiram ao que foi sentido como uma abjeção. No Brasil, ainda mais recentemente, em 13 de dezembro de 2007, o garoto Carlos Rodrigues Júnior, de 15 anos, suspeito de ter furtado uma moto, foi morto pela PM paulista em sua própria casa, em Bauru, durante uma sessão de choques elétricos. Sua morte motivou noticiários indignados na tevê e na imprensa escrita.

Nessas vozes ressoam os protestos dos sábios da antiguidade, estarecidos com a crueldade dos suplícios. Ressoam também os apelos à razão, que os iluministas, pensadores do porte de um Cesare Beccaria (1738–1794) e de um Pietro Verri (1741-1816), cujas obras se tornaram escola na história jurídica, fizeram ao longo de todo o século XVIII.

Contudo, somos levados a convir que a longa persistência desses protestos atesta a vitalidade da tortura e reiteram sua inegável eficácia. E mais do que isso, esses protestos também revelam algo que se mostra como estrutural às sociedades e ao exercício do poder político, independentemente do período histórico. Talvez estejamos diante de um fenômeno que, *per si*, reatualize a inquietante indagação que Freud lançou ao seu leitor ao concluir o “O Mal-Estar na Civilização”(1929):

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. (p. 170)

No seu amplo histórico da tortura, Edward Peters constatou que sua prática esteve sempre atrelada aos poderes dominantes, sagrados ou mundanos, desde a mais remota antiguidade, até o mais revolucionário dos séculos, o século XX. Aliás, Peters também apurou que os regimes revolucionários, mesmo apregoando uma nova ordem, não se envergonham em recorrer a velhas práticas na coação de seus adversários. (PETERS, p.153) O exemplo do stalinismo nos parece suficientemente emblemático.

A tortura figurou como um importante instrumento jurídico durante toda a Idade Média e boa parte da Idade Moderna. A jurisprudência da época considerava a confissão do réu a “rainha das provas” do delito, daí o uso recorrente das torturas para a sua obtenção. Cabia ao juiz, em cada caso, a decisão da aplicação dos tormentos, bem como da sua modalidade e intensidade.

Dentre os juristas do período do Iluminismo (século XVIII), que mais sobressaíram na luta pela abolição de suplícios enquanto instrumentos do Direito, destacamos os já mencionados Cesare Beccaria, com o célebre “Dos delitos e das penas” (1764) e Pietro Verri, com o igualmente famoso “Observações sobre a tortura” (1770). Ambos autores partilhavam da ontologia iluminista, que vislumbrava em cada ser humano uma natureza boa, que deve ser estimulada e buscada em todos os homens. É a ontologia que fundou os direitos do cidadão e estabeleceu as prerrogativas de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens. Essa concepção de homem não coadunava com a prática de tormentos, por isso, os iluministas propunham em seu lugar a aplicação de medidas pedagógicas que objetivassem o afloramento da essência boa.

Cesare Beccaria apontava para o direito romano como a fonte de inspiração para a manutenção das torturas e, criticando-o como antiquado e violento, postulava sua superação baseando-se no princípio tipicamente iluminista da isonomia. Para ele, durante toda a história, as leis e as punições foram sempre “instrumento das paixões da minoria”, contrariando assim esse princípio legal (1995, p.12).

A estratégia adotada para obter a simpatia dos leitores para sua causa é simples: a descrição de violentas cenas de suplícios. Depois de chocar o leitor com um repertório macabro de tormentos, Beccaria lançou a questão fundamental de sua obra: “qual a origem das penas, [e] em que se funda o direito de punir?” (1995, p. 13) Sua resposta foi hobbesiana, ou seja, cada indivíduo concedeu ao Estado parte de sua liberdade para que este tenha o direito, em nome do bem comum, de punir. (1995, p. 15) Todavia, as modalidades de punição deveriam, necessariamente, estar previstas pela lei e não serem fruto do beneplácito ou da severidade do juiz, como acontecia com a aplicação de torturas, cuja decisão ficava a cargo do magistrado (1995, p. 21).

Segundo Beccaria, os suplícios tinham a finalidade política de difundir o medo dentre os cidadãos e, por conseguinte, inibir as práticas delituosas. Para ele, esse mesmo efeito poderia ser obtido a ampla publicidade das leis e das respectivas penas a quem as desobedecesse. Contudo, para que essas leis obtivessem o assentimento popular, elas deveriam refletir o “espírito” do povo, ou seja, terem sido criadas pelos seus representantes diretos e não, pelas minorias poderosas (1995, p. 14).

Pietro Verri adotou uma estratégia não muito diferente daquela empregada por seu colega poucos anos antes. Partindo da descrição do famoso caso do “processo dos untos”, ocorrido em Milão, em 1630, o autor também visava a indignar seu leitor em face da violência dos julgamentos que recorriam às provas penais obtidas através dos tormentos. Nesse caso,

três cidadãos milaneses foram condenados à fogueira, após confessarem, sob tortura, terem instilado a peste que assolava a cidade naquele ano e que chegou a vitimar quase setenta por cento da população.

Para Pietro Verri, a maioria dos juízes envolvida no caso foi movida pelo senso comum e pelo ódio popular, “foi se tornando gradualmente insensível às dores das torturas em razão de um respeitável princípio, qual seja, sacrificar o horror dos males de um homem em prol do bem geral de toda a sociedade” (1992, p. 6).

A tortura, ainda segundo P. Verri, além de agredir a humanidade na pessoa do supliciado, “fere a razão e a humanidade também de quem a aplica” (p. 77). Do ponto de vista jurídico, Verri questionava a veracidade das confissões obtidas com o uso de sevícias, alegando que, para livrar-se delas, o réu seria capaz de tudo (p. 86). O autor concluiu sua obra com um prognóstico otimista: para ele seria “impossível que o costume da tortura privadamente no cárcere para obter a verdade [pudesse] ainda se sustentar por muito tempo” (1992, p. 116). Infelizmente, ele se equivocou em sua previsão, vide o Brasil da ditadura.

Michel Foucault, por sua vez, no “Vigiar e Punir” (1975/1987), mostrou-nos como a punição que, até meados do século XVIII, exatamente o século Iluminista, focalizava o corpo, passou gradativamente, em toda a Europa, a visar à alma do condenado. Pressionados pela nova ontologia, juízes, magistrados, legisladores e governantes passaram a ter outra concepção acerca da punição. Se, outrora num passado não muito distante, ela objetivava reparar a ofensa do criminoso ao soberano, doravante ela passou a objetivar a sua reeducação, tendo em vista sua possibilidade de reintegração no meio social. Por isso, toda uma procissão de especialistas da alma foi incorporada aos ritos jurídicos e à aplicação das penas. O juiz não punia mais sozinho, ele passou a depender cada vez mais de laudos de técnicos de disciplinas como a Psicologia, a Psiquiatria, a Pedagogia e a Sociologia. Todos esses perscrutadores da alma humana foram convidados a comparecer aos tribunais e a frequentar cotidianamente as prisões.

Foucault vai além. Ele nos mostra que a sociedade contemporânea está muito mais interessada na criação de medidas disciplinadoras do que na aplicação de punições. Por esse prisma, as escolas, fábricas e oficinas passam a ser privilegiados centros disciplinares; corpos dóceis são mais facilmente administráveis, daí decorre todo o esforço para discipliná-los, tendo como modelo a disciplina das casernas.

Ainda, conforme Michel Foucault, a economia da punição está relacionada diretamente aos sistemas econômicos. A economia burguesa depende de corpos disciplinados e não, de corpos mutilados. Então, “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo

produtivo e corpo submisso”. (1987, p. 28) É por isso que, para ele, no decorrer da segunda metade do século XVIII e início do XIX, “a punição deixa o campo da percepção diária e entra no da consciência abstrata” (1987, p. 5). Essa nova consciência penal, influenciada pela moral Iluminista, tornou a punição algo de que a Justiça se envergonha, delegando essa atribuição para outros aparelhos de Estado. (1987, p.15) Dentro dessa moral, o corpo do condenado, mesmo daquele condenado à pena capital, deve permanecer intocado. Daí toda a engenharia da morte indolor (?), iniciada com o artefato de Monsieur Joseph Guillotin, até as injeções letais aplicadas no final do “corredor da morte” de vários estados norte-americanos.

3.1 O Brasil e a Violência da Classe Dominante

A história da polícia no Brasil revela sua mais absoluta subordinação aos interesses da classe hegemônica. As milícias, durante o período colonial, estavam a serviço da coroa e dos sesmeiros e visavam a coibir o contrabando, reprimir os quilombolas e disciplinar os escravos. No período republicano, as forças públicas estaduais, militarizadas, serviam como sustentáculo das oligarquias regionais frente a outras oligarquias e para o enfrentamento das “classes perigosas”—leiam-se os movimentos populares (PINHEIRO, 1982, p.63). Segundo o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, “a documentação histórica indica que os momentos de crise política sempre foram pretexto para o alargamento do poder de polícia e sua instrumentalização direta pelos grupos no poder”.

Pode-se dizer que o Brasil nasceu sob a égide da violência.¹ Desde os seus primórdios a relação entre os novos senhores, europeus recém-chegados, e os nativos nunca foi muito cordial. Colônia de exploração por definição, a possessão portuguesa da América do Sul deveria fornecer à Coroa os maiores rendimentos possíveis. Resultado: exploração massiva da mão de obra escrava, negra ou índia, e o extermínio dos povos autóctones, que se recusaram à servidão. Desses fatos notórios, que dispensam maiores comentários no âmbito desse trabalho, faremos apenas uma pequena digressão, a título de ilustração, do tratamento dado aos escravos durante o período colonial.

¹ Esta frase pode soar um tanto o quanto redundante num texto que se pretende psicanalítico, bastando para isso lembrar que a concepção freudiana da origem da civilização, vide “Totem e Tabu” (1913), se dá com o assassinato do pai da horda pelos próprios filhos. Mas, decidimos incluí-la no texto para realçar nossos argumentos que visam refutar a idéia que se pretende generalizar de que o Brasil é um país ordeiro e pacífico. E, essa idéia era muito forte na Doutrina de Segurança Nacional, que apontava para a subversão como sendo a responsável pelo rompimento da convivência “harmônica” entre as classes no Brasil.

Apesar da severidade ter sido uma característica intrínseca ao relacionamento entre o senhor de escravo e o cativo em todas as colônias modernas, os portugueses na América eram tidos como os mais “perversos” (GOULART, 1971, p. 21) . Desde o século XVII, a Coroa lusitana já recebia denúncias de abusos e tratamentos cruéis (GOULART, 1971, 23) . Apesar das sucessivas recomendações reais para o abrandamento das punições dos escravos pelos senhores, os maus-tratos atravessaram toda a colônia e adentraram o período imperial.

No século XIX, ante as pressões inglesas para a interrupção do tráfico negreiro e para a abolição efetiva da escravidão no Brasil, pressões essas cada vez mais fortes a partir de 1850, a oferta de braços foi diminuindo gradativamente. Isso levou o Império estabelecer legislação proibindo o senhor de matar o seu cativo, sob pena de prisão. (GOULART, 1971, p. 51) Isso quer dizer que, inversamente, antes dessa lei, não havia punição maior ao senhor de escravo que, por qualquer motivo, viesse a matar o seu escravo. Contudo, os senhores burlavam essa lei facilmente, apresentando para as autoridades falsos laudos *causa-mortis* obtidos facilmente com os médicos, muito mais interessados em se manter nas boas graças dos senhores do que em fazer justiça a um escravo, aliás, morto. Procedimento análogo foi adotado pela ditadura nos anos sessenta e setenta para ocultar suas vítimas.

As formas de castigo aplicadas aos escravos eram as mais diversas, variando de espancamentos e açoites, até marcas com ferro em brasa e a amputação de dedos e orelhas. O método predominante em todo o território era a chibata, com o escravo agrilhado ao tronco. O castigo tinha que ser exemplar, visando a desestimular fugas, indisciplina e “corpo mole”. Em suma, obedeciam à mesma lógica daqueles impingidos aos que atentavam contra o soberano, acima descritos. Por isso, os castigos eram cerimônias públicas, sempre anunciadas com antecedência e, por isso, o pelourinho ocupava lugar central na praça da cidade. Quando o castigado era um chefe quilombola, a pena aplicada era a de morte pelo açoite, que eram dados em diferentes bairros da cidade, até sua conclusão no pelourinho. (GOULART, 1971, p. 96) E, claro, essas cerimônias reuniam sempre um número considerável de espectadores, que se apraziam em apreciar a habilidade do verdugo (GOULART, 1971, p. 95).

Os escravos fujões e os acusados de roubo e furto, até o início do século XIX, eram condenados às galés. Com a gradativa escassez de braços, os senhores passaram a se opor a esse tipo de pena, cuja morte era certa após poucos anos nas embarcações. Em lugar das galés, os senhores passaram a propor a pena de prisão por tempo determinado.

Por todos esses motivos acima descritos, Maria Helena Patto (1999) fez restrições ao uso das teses foucaultianas relativas ao disciplinamento. Exemplificando sua argumentação com fatos do Brasil da Primeira República (1889–1930), a autora considera que,

numa sociedade na qual o medo da polícia era poderoso instrumento disciplinador, a barbárie, um fato, e a cidadania não estava nem mesmo no horizonte mais remoto, faz sentido perguntar se o disciplinamento dos pobres esteve por conta de médicos e educadores (PATTO, 1999, p. 177).

O regime republicano, salienta Patto, nasceu de uma cisão intraclasse dominante, sob o signo do “progressismo ordeiro” comteano e do evolucionismo social de Herbert Spencer (1820-1903) e não de movimentos propriamente populares. E, reforçando sua argumentação com exemplos históricos, a autora procurou provar que “todo esse período” — da República Velha — “foi marcado por um sem número de brutalidade repressiva” (PATTO, p.172). Além de crimes contra a “ordem política”, cujos suspeitos eram, sobretudo, os imigrantes italianos e espanhóis, responsáveis pela intensa mobilização operária, que se verificou nas duas primeiras décadas do século XX; também os “crimes sem vítimas”, como vadiagem, prostituição e embriaguez, eram severamente reprimidos (PATTO, p.172).

Aos exemplos arrolados por Maria Helena Patto, acrescentamos mais um outro, situado no final do século XIX, e que acena para o racismo de um Nina Rodrigues (1862-1906) e de Sílvio Romero (1851-1914), próceres do pensamento autoritário brasileiro do final do século XIX e início do XX, cujos vestígios podem ser localizados na DSN. O exemplo que trouxemos localiza-se na Guerra de Canudos, e nos foi contado pelo insuspeito Euclides da Cunha. Na ocasião, o escritor atuava como correspondente de guerra do jornal “O Estado de S. Paulo”, que no passado recente defendera a causa abolicionista e republicana. Está, portanto, acima de qualquer suspeita o relato descrito pelo próprio Euclides, sobre o destino dado aos conselheiristas capturados pelo Exército Brasileiro: a degola. Todos os homens capazes de carregar um fuzil ou um facão, que não conseguiram fugir, foram assassinados com a “gravata vermelha”, como os soldados da República chamavam a degola. Euclides não conteve seu estupor ante a violência:

aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. [...] essas covardias repugnantes [eram] tácitas e explicitamente sancionadas pelos chefes militares (CUNHA, 1946/1902, p. 564-569).

O conflito no sertão baiano encerrou-se após quatro anos, em 1897, com a destruição absoluta do arraial e o extermínio da sua população que, nos áureos tempos, contabilizou mais de vinte mil almas. Encerrados os últimos combates, travados em torno das ruínas da igreja do povoado, o exército reuniu os sobreviventes: cerca de 300 mulheres, crianças e idosos. Uma gente esquelética, faminta e maltrapilha, cercada pelos guardiões da república: foi o que restou da experiência milenarista do beato Antônio Conselheiro. Ele não viu, mas cumpriu-se sua profecia do “sertão virar mar”: um mar de sangue.

Como noutros tempos e lugares, a tortura cumpria muito bem a sua bastante precisa função política e social. Para Edward Peters,

a descoberta da Argélia completou uma lição que precisava, finalmente, ser aprendida pelo mundo do final do século XX: a de que a tortura não morrera com o legislativo e as reformas judiciais do Iluminismo, nem com sua visão otimista sobre a natureza humana. Aprendeu-se também que ela não constituía prática excêntrica exclusiva de governos desordenados e psicóticos (1989, p. 164).

Na Idade Média, o suplício equivalia à reafirmação da soberania do monarca sobre o corpo daquele que ousara desafiá-lo. Fazia parte do direito do “soberano de guerrear com seus inimigos”. (FOUCAULT, 1987, p. 45) Notamos que a tortura durante a ditadura obedece muito fielmente a essa lógica. Se, eventualmente, entendermos a chamada “guerra revolucionária” enquanto um sintoma social, ela evidencia a falha no saber do Outro, ameaçando a soberania desse Mestre, fonte desse suposto saber que se pretende onipresente. Assim sendo, ao submeter o guerrilheiro ao suplício, simbolicamente, restituía-se ao soberano o poder ofendido. E, como no passado, os tormentos, para auferir sua eficácia simbólica, tinham que ter publicidade, daí a manutenção das audiências públicas nas auditorias militares. Nelas, os familiares, advogados, companheiros, jornalistas, enfim toda uma gama de pessoas potencialmente dispostas a se opor ao regime ouvia a viva voz os relatos dos tormentos. Desse modo, o sofrimento do preso multiplicava-se na forma de pânico. É exatamente nos seus “excessos dos suplícios”, nas palavras de Foucault, que o poder do soberano concentra seu poder (1987, p. 35). No Brasil da ditadura, práticas pré-iluministas puderam conviver tranquilamente com os tribunais e o legislativo. Aliás, na lógica da ditadura, eles se completavam.

Dominação e corpo, poder e tortura: binômios com curiosa frequência, inseparáveis. A tortura é a marca mais profunda da dominação do corpo pelos detentores do poder. Paralelamente a todo o seu simbolismo, ela é da ordem do Real: do Real do corpo do supliciado, do Real do gozo do verdugo, do Real da opressão dos dominadores.

O frei dominicano Tito de Alencar, preso pelo DEOPS paulista na “onda de quedas” que sucederam ao sequestro do embaixador norte-americano, foi de tal forma torturado pelas equipes do delegado Sérgio Paranhos Fleury que,² mesmo exilado na França, não conseguindo fugir das sombras do verdugo, suicidou-se em agosto de 1974. Quando preso, Flávio Tavares presenciou a cena de um tenente que espancava freneticamente o rosto de um

² Delegado do DEOPS paulista. Um dos ícones da repressão, responsável pelo desbaratamento de várias das organizações da luta armada. Seus métodos de interrogatório primavam pela crueldade, de forma que são inúmeros os casos de presos políticos que morreram em suas mãos.

jovem, que havia sido preso pouco antes também por razões políticas. O tenente, também muito jovem, nada dizia, apenas batia, convulsivamente. Até que por fim, arfando, e sem dizer uma palavra sequer, nem mesmo um impropério, o jovem oficial, ofegante, parou, olhou ao redor e, encharcado de suor, saiu da cela. O general-presidente Ernesto Geisel, em seu depoimento ao CPDOC, afirmou textualmente que:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. [...] Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior (D'ARAUJO, 1997, p. 225).

Do poder do Estado aos seus agentes e destes ao corpo do suposto inimigo da ordem, o percurso é sempre o mesmo desde a antiguidade. As montagens perversas se sucedem no tempo. Muda-se a sua roupagem, mas o Mestre está sempre subsumido no laço.

3.2 A Militarização Definitiva da Ditadura e o “Golpe dentro do Golpe”

A militarização absoluta da ditadura pós-1964 se deu durante o governo do general Artur da Costa e Silva, que sucedeu ao general Castello Branco, de quem fora Ministro da Guerra, em quinze de março de 1967. Sua eleição indireta pelo Congresso Nacional, em três de outubro de 1966, ocorreu em meio a promessas de “humanização” do Regime. Essa foi a senha para que os movimentos populares, então em recuo desde o Golpe, se rearticulassem. O ano de 1968 se iniciou com intensa mobilização estudantil e operária que voltou às ruas em diversas cidades brasileiras.

A “linha dura”, da qual o Presidente era ícone, não se conteve. O resultado foi a decretação do AI-5, em treze e dezembro de 1968, e o absoluto fechamento do Regime.

Vale lembrar, a título de exemplo, o crescimento da hegemonia da “linha dura” no interior das Forças Armadas e do Governo, o chamado “golpe dentro do golpe”, ocorrido em trinta e um de agosto de 1969. Na ocasião, o impedimento, por motivo de saúde, do então presidente general Artur da Costa e Silva, levaria à presidência o seu vice-presidente, o sucessor constitucional, o político mineiro, udenista, membro da base civil aliada dos militares, Pedro Aleixo. Por decisão dos ministros militares, pressionados pela “linha dura” que não queria “devolver” o País aos civis, o Vice-Presidente foi afastado do cargo, e o País passou a ser governado por uma Junta Governativa,³ composta por esses mesmos ministros. A

³ Eram eles: general Aurélio de Lira Tavares (Exército), Almirante Augusto Rademaker Grunewald (Marinha) e Brigadeiro Márcio de Souza e Melo (Aeronáutica). Governou o País de 31/8 a 30/10/1969, data da posse do general Emílio Garrastazu Médici.

chamada “linha dura” entendia que o Governo era uma delegação das Forças Armadas, e que, portanto, a soberania era seu monopólio.

Esse processo de militarização e centralização do poder pela “linha dura”, contudo já se encontrava em franco processo de efetivação. Em primeiro de julho de 1969, foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirantes, que se tornaria a precursora dos DOI-CODIs. E mais, com o Decreto-Lei 667, de dois de julho de 1969, todas as polícias militares estaduais passaram a se reportar diretamente ao Exército. No Estado de São Paulo, palco do maior número de ações da guerrilha urbana, foi criada nessa mesma data, a “Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar” — ROTA —, braço da PM paulista, que tinha a incumbência de reprimir as “expropriações” — os assaltos a banco no vocabulário da guerrilha — que viviam um processo ascendente.

No Brasil da ditadura, para aumentar a eficácia da tortura, tal como numa operação burocrática de O&M (Organização & Métodos), os governos militares criaram novas agências repressivas paralelas ao organograma e à cadeia de comando. A todas elas, mesmo às já existentes, foi assegurado um grau elevado de autonomia em nome da agilidade operacional. Verbas secretas, “caixa-dois”, doações de empresários simpatizantes, provisionavam a repressão de recursos financeiros necessários e, muitas vezes, complementavam o salário dos agentes. Paralelamente, cursos de tortura se multiplicavam pelo País, que faziam fama continental, chegando a exportar esse *know-how* para regimes irmãos no Cone Sul. Os tribunais militares que julgavam os crimes contra a segurança nacional jamais deixaram de receber denúncias de torturas, sequestros, ocultação de cadáveres e outras violências praticadas pelos agentes da lei. Foi através dessas corajosas denúncias, feitas pelas próprias vítimas ou testemunhas diretas nas audiências, que a equipe do “Brasil: Nunca Mais” (BNM) conseguiu realizar sua imensa pesquisa, que revelou⁴ tal como numa radiografia a estrutura violenta mais íntima da ditadura. No entanto, os juízes faziam ouvidos moucos às denúncias. No mais das vezes, os governantes desqualificavam os depoentes, as táticas usadas e também em relação às acusações que provinham do exterior.

⁴ Mesmo a legislação autoritária da ditadura assegurava ao acusado de crimes contra a segurança nacional alguns direitos. Dentre eles, estava o de constituir advogado. Esse, por sua vez, tinha 24 horas para fazer a “vista dos autos” do processo de seu cliente. Nessas poucas horas, os pesquisadores do BNM copiavam o processo, reunindo com isso, um riquíssimo acervo documental sobre a ditadura vista a partir das suas próprias entranhas. A análise dos mais de setecentos processos que tramitaram nas auditorias militares foi reunida numa edição de 12 volumes, denominada “Projeto A”, da qual foram feitas 25 cópias, enviadas para centros de pesquisa e bibliotecas de importantes instituições no Brasil e no exterior. Em 2008, o “Projeto A” recebeu versão digitalizada, disponível nos sítios eletrônicos de entidades brasileiras de luta pelos direitos humanos. Os 12 volumes do “Projeto A” foram resumidos em um único volume, chamado de “Projeto B”, editado com características comerciais, e que contém uma síntese das conclusões da equipe do BNM. As cópias xerográficas dos processos encontram-se de posse do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP.

Os membros da linha dura poucas vezes ocuparam outros postos de destaque para o grande público na estrutura administrativa, além da Presidência da República. Isso porque, eles tinham clareza que, conforme palavras de um alto oficial adepto a ela:

era muito mais importante ter um comando de tropas, do que ocupar um cargo público, por mais visibilidade que ele trouxesse ao seu ocupante. Afinal, quantas tropas efetivamente têm um Ministro? O que ele comanda além da sua mesa?

Astúcia e senso estratégico. A linha dura preocupava-se muito mais em controlar os quartéis, especialmente o médio e baixo oficialato, além dos sargentos — níveis hierárquicos que estavam mais diretamente em contato com o grosso da tropa — do que fazer o jogo político em Brasília. Não que o desprezasse completamente, mas sabia que o poder de fogo dos canhões fazia pender o fiel da balança para quem o detivesse. Isso explica seu esforço em manter seus oficiais à frente de comandos dos Exércitos e das guarnições melhores equipadas e adestradas. E, nem é preciso dizer que os oficiais destacados para atuar e comandar as agências repressivas eram simpatizantes da linha dura.

A centralização do comando da repressão política pelo exército promoveu mudanças nos procedimentos de interrogatórios. Além dos novos equipamentos e técnicas utilizadas, frutos de um intenso intercâmbio com as agências de inteligência dos governos britânico e norte-americano, surgiu no cenário político brasileiro a figura do “desaparecido político”. Até 1969, para ocultar as mortes ocorridas durante os interrogatórios, os órgãos repressivos simulavam acidentes automobilísticos ou tiroteios. A OBAN inovou esse procedimento: em lugar de grotescos simulacros, a ocultação de cadáveres. Acobertada pelo governo e protegida pela censura, a repressão não se intimidou em promover o desaparecimento dos seus opositores. Depoimentos posteriores de ex-membros da repressão trouxeram à luz muitos desses procedimentos: esquartejamento dos corpos com os pedaços enterrados em diferentes locais, evitando assim futura e eventual identificação, ou simplesmente, arremessando o preso, de helicóptero, em alto-mar.

3.3 Os “Operários da Violência”

No decorrer da elaboração desta tese, foi editado pela editora da Universidade de Brasília um estudo coletivo, organizado pela socióloga norte-americana Marta Huggins,

pesquisadora da violência policial no Brasil, intitulado “Operários da Violência”,⁵ e que acabou se tornando de suma importância para o presente trabalho. Os autores partem de duas questões que são igualmente centrais em nossa tese.

A primeira delas foi verificar se os policiais que praticaram violência contra opositores políticos durante a ditadura eram “essencialmente diferentes” daqueles que não a praticaram. (HUGGINS, 2006, p. 28-29) A segunda questão dos autores do “Operários da Violência” foi apurar o “papel desempenhado pelo governo e funcionários de alto nível na promoção da violência”.

Os autores entrevistaram vinte e três ex-policiais, civis ou militares, cujas carreiras coincidiram, no todo ou em parte, com o período da ditadura e que participaram, de alguma forma, da repressão política. Por fim, concluíram que os policiais que, em nome da segurança nacional, praticaram algum tipo de violência, não eram essencialmente diferentes, do ponto de vista social e psicológico, daqueles que não o fizeram. Concluíram também que foram necessárias quatro condições psicossociais para a perpetração da violência: sigilo, isolamento ocupacional por meio da separação profissional e institucional, fragmentação organizacional pela divisão do trabalho para a execução da violência e isolamento pessoal. (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006 p. 39)

Respondendo à segunda questão, os autores consideraram que, mesmo nos países em que vigoram regimes democráticos solidamente estabelecidos, alguns fatores psicossociais facilitam a ocorrência da violência policial. Esses fatores surgem quando “uma unidade policial pequena ou de elite, frequentemente militarizada, tem paradoxal independência operacional, e com a aprovação tácita do governo” (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006 p 32). Esse é o retrato das agências repressivas no Brasil da ditadura: independência operacional, composição essencialmente militar com efetivos escolhidos “a dedo”, isolamento institucional e aprovação expressa do governo. Uma das nossas hipóteses de trabalho é que a maioria dos torturadores não era composta por sujeitos com estrutura psíquica perverso-sádica, mas sim por neuróticos numa montagem social perversa, impulsionados pela força inercial do laço social. Haveria, nesse caso, um excedente de gozo, um “mais-de-gozar”, resultante dessa paixão pela instrumentalização, dessa “servidão voluntária”, e dessa identificação grupal apontados pelos pesquisadores do “Operários da Violência”.

⁵ HUGGINS, Marta, HARITOS-FATOUROS, Mika e ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

4 A Identificação e seu Averso

4.1 A Identificação

Bacuri foi sequestrado pela repressão em 21 de agosto de 1970. O Brasil ordeiro e progressista ainda festejava o memorável e inédito título de Tri-Campeão Mundial de Futebol. A ginga do “escrete” canarinho provou, definitivamente, nos gramados mexicanos, que “com brasileiro, não há quem possa”. E a felicidade não poderia ser maior: o PIB nacional batia, pelo terceiro ano consecutivo, o recorde histórico de crescimento. O “milagre” finalmente acontecia, mostrando que o Brasil só se podia “amá-lo ou deixá-lo”. Mas quem, em sã consciência, optaria pela segunda alternativa e deixaria “um País que vai pra frente”?

Ao Eduardo Collen Leite, o Bacuri da ALN (Aliança Libertadora Nacional),¹ não foi dada a opção de escolha. Aliás, ela não foi dada a nenhum daqueles que em sã consciência ousaram desafiar a ordem dos generais. Aqueles poucos que conseguiram escapar das Górgonas o fizeram por vias deveras tortuosas. Assim, Bacuri foi preso por uma equipe do DEOPS paulista, chefiada pelo próprio delegado Fleury, ao sair de um cinema, no Rio de Janeiro, onde tinha ido para “cobrir um ponto”.² Seu espancamento teve início em ato contínuo à sua prisão e os suplícios duraram exatos 109 dias. Foi encontrado morto, aos 25 anos, às margens de uma rodovia, em Boracéia, no litoral de São Paulo, na noite de oito de dezembro de 1970. Seu corpo apresentava escoriações generalizadas, fraturas de membros e costelas, queimaduras, cortes profundos, dentes arrancados, olhos vazados e orelhas afundadas. Ao longo desses três meses e meio de agonia nas alcovas do “País do futebol” foi intercambiado por várias das agências repressivas do eixo Rio-São Paulo. Esteve, além do DEOPS e DOI-CODI paulistas, no CENIMAR e DOI-CODI cariocas. Ninguém sabe ao certo os motivos desse vai-e-vem, testemunhado por outros presos políticos em cada um dos calabouços por onde ele passou, nem o que lhe aconteceu durante todas essas semanas, afora as torturas. Sabe-se apenas que sua morte fora noticiada por vários jornais, no dia sete de dezembro, quando ele ainda estava vivo. Tratou-se, literalmente, de uma morte anunciada. Em tempo, nessa mesma data, fora sequestrado no Rio, por um comando da VPR — Vanguarda Popular Revolucionária —,³ o

¹ ALN, Aliança Libertadora Nacional, uma das quase 5 dezenas de organizações de esquerda que, ao longo do regime militar, se opuseram a ele. A ALN era liderada pelo lendário Carlos Marighela, e foi um dos mais atuantes agrupamentos guerrilheiros até o início dos anos setenta, quando a repressão praticamente a dizimou.

² Expressão recorrente no vocabulário da esquerda no período. Significava encontrar-se com um companheiro de militância, em local e horário previamente marcado.

³ Vanguarda Popular Revolucionária, outra organização da guerrilha urbana extremamente atuante no período.

embaixador suíço, e tudo indicava que Bacuri entraria na lista dos presos a serem libertados em troca do diplomata.

Eduardo não era nenhum teórico do marxismo ou da luta armada, nem tão pouco ocupava uma posição de chefia ou de liderança na organização à qual pertencia. O que, explica, então, tamanha ferocidade dos órgãos repressivos?

Bacuri era um combatente destemido. Já havia participado de inúmeras ações da guerrilha urbana, dentre elas o ousado roubo de fuzis do Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo, em vinte e dois de junho de 1968. Após as ações, Bacuri telefonava para as agências repressivas para debochar dos policiais. E, telefonava outra vez para jurar de morte os torturadores e assassinos de seus companheiros. E, telefonava outra vez mais para, como à moda antiga, desafiá-los para duelos. Bacuri não tinha “tempo para temer a morte”, sabia que era “preciso estar atento e forte”. E, somando-se a isso, Bacuri era um desertor do Exército Brasileiro, ao qual servira na patente de cabo, no mesmo 4º. Regimento de Infantaria, de Quitáúna, de onde também desertara o capitão Lamarca.⁴

O caso de Eduardo Collen nos pareceu exemplar daquilo que consideramos um dos aspectos indispensáveis para a compreensão do nosso objeto: a identificação entre os agentes da repressão. Se, em 1921, no “Psicologia das Massas”, Freud já afirmara que a “identificação é o laço afetivo mais antigo de um indivíduo”, (1921, p.133) em 1923, no “O eu e o isso”, ele reforçaria ainda mais essa tese, ao propor que “os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, na base de possuírem o mesmo ideal de eu”. (1923, p. 49) Baseados nisso, assumimos como pressuposto de trabalho que os laços sociais mantidos pelos membros da polícia política se fundamentavam em identificações. E, uma vez que elas estão na base de todos os vínculos sociais, pretendemos neste capítulo discutir como se deu a identificação entre os militares e os policiais brasileiros envolvidos na repressão política Pós-64. Estamos convencidos de que não compreenderemos satisfatoriamente bem a dinâmica militar e a tortura propriamente dita sem termos verificado como era construída a identificação entre os policiais destacados para as agências repressivas e também entre seus superiores.

Nossa base teórica é, fundamentalmente, o já mencionado texto de Freud sobre a psicologia das massas (1921). É uma obra de Freud especialmente importante para os nossos objetivos porque, tomando de empréstimo as palavras de Rozitchner, é o texto em que Freud vai “desentranhar [...] o núcleo racional do despotismo coletivo” (1989, p. 41). Trabalhamos

⁴ Capitão Carlos Lamarca. Militar modelo, campeão de tiro, serviu no Batalhão da ONU, no Canal de Suez, nos anos cinquenta. Militante da VPR, em 24/01/1969, desertou do quartel onde servia, com um carregamento de mais de setenta fuzis FAL. Desde então se tornou o homem mais procurado no Brasil.

também com o ensaio “O eu e o isso” (1923), para aprofundar a argumentação em torno da idéia de que os militares partilhavam de um mesmo “ideal de eu.” Encerramos o capítulo com aquilo que consideramos a outra face da identificação, ou seja, a categoria de “estranho”, ou “sinistro”, que é aquele ao qual o grupo dirige toda sua agressividade.

Mas, antes de iniciarmos, é preciso lembrar o fato de que as agências mais atuantes na repressão política durante o período estudado, o DEOPS paulista e os DOI-CODIs dos I (Rio de Janeiro) e II (São Paulo) Exércitos tinham suas equipes compostas por agentes oriundos das Forças Armadas e das polícias civis e militares estaduais. Essa composição mista nos obriga a tratarmos o processo de construção de identificação, respectivamente no âmbito propriamente militar (Forças Armadas e PM) e também no plano da polícia civil, pois são modalidades, como veremos a seguir, intrinsecamente diferentes. Finalmente, mostraremos como as agências sustentavam essa identificação no seu cotidiano e de que recursos o Governo lançava mão para reforçá-la continuamente, lembrando sempre que o pano de fundo ideológico era a DSN.

4.1.1 Um pouco da metapsicologia da identificação

Freud, na construção da sua tese sobre a psicologia das massas, partiu emblematicamente daquilo que ele chamou de “massas artificiais”, a saber, o Exército e a Igreja. Esse tipo de “massa” se caracteriza, na avaliação de Freud, por revelar um elevado grau de organização interna e também por demandar “uma força externa para mantê-las reunidas”. (1921, p.105) Malgrado a existência dessas poderosas forças coercitivas externas, que certamente contribuem para a manutenção da sua coesão, mas sobre as quais Freud reconheceu estar pouco interessado, o que preserva a integridade desses grupos é a ilusão do amor do líder igualmente dispensado a todos os seus membros. Na Igreja, o líder amoroso seria Jesus Cristo, ao passo que no Exército, esse papel seria exercido pelo comandante-chefe da unidade militar. Assim, conforme Freud,

o comandante-chefe é um pai que ama todos os soldados igualmente e, por essa razão, eles são camaradas entre si. O exército difere da Igreja por “compor-se de uma série de tais grupos”, ou seja, a cada cadeia hierárquica, o oficial respectivo funciona como o “pai amoroso” da sua unidade (1921, p. 106).

Disso decorre uma de suas teses centrais: “o laço mútuo existente entre os membros de uma massa é da natureza de uma identificação [...]” (1921, p. 136). O autor nos remete às teses de “Totem e tabu”, apontando para esse mitológico primórdio da humanidade a origem da identificação entre os membros da horda fraterna e parricida; e isso porque, ao mesmo tempo

em que os filhos do pai tirânico o tomam como ideal de seu eu, do qual falaremos mais adiante, eles também tomam uns aos outros como irmãos.⁵

Esse é, pois, o duplo mecanismo da identificação: verticalmente, o objeto outrora desejado, ou traço dele, desinvestido libidinalmente, passa a ser tomado como o ideal de eu. Segundo Freud,

as características misteriosas e coercitivas das formações grupais, presentes nos fenômenos de sugestão que as acompanham, podem assim, com justiça, ser remontadas à sua origem na horda primeva. O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade; na expressão de Le Bon, tem sede de autoridade. O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o eu no lugar de ideal de eu (1921, p. 161).

E, horizontalmente, identificam-se como “irmãos” todos aqueles que haviam elegido o mesmo objeto e que, na impossibilidade de possuí-lo com exclusividade, consentem em partilhá-lo com os demais, doravante, porém, na condição idealizada, ou seja, com o conteúdo sexual sublimado. (1921, p. 47) Para Freud: “Um grupo primário [...] é um certo número de indivíduos em que colocaram um só e mesmo objeto no lugar do seu ideal de eu e, consequentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego” (1921, p.147).

Não podemos menosprezar a importância desse sentido da identificação, ou seja, o horizontal — aquele estabelecido entre os irmãos. Adorno chega mesmo a sugerir que o líder pode ser uma mera encenação do grupo, e que o sentimento, igualmente ou ainda mais poderoso para manter a coesão do grupo, é o de fraternidade entre os “irmãos da horda” (1951; 2006, p. 188).

Freud salientou ainda que os laços libidinais, que unem “cada indivíduo [...] por um lado ao líder e por outro, aos demais membros do grupo” são de natureza narcísea primária e estão baseados numa “importante qualidade emocional comum”, ou seja, compartilham do mesmo “ideal de eu” (1921, p. 36). Dentre os membros de um exército, o processo ocorre da seguinte forma: o soldado coloca seu comandante como ideal de eu, quer ser como ele e, ao mesmo tempo, identifica-se nesse sentimento com os demais companheiros. (1921, p.169) Eventualmente, o objeto “idealizado” pode ser uma idéia, como a pátria, a nação etc., ocorrendo a identificação com essa idéia, fenômeno também descrito por Freud.

Há ainda a possibilidade da ocorrência da identificação “negativa”. Nesse caso, o vínculo coletivo é mantido por idéias negativas em relação a alguém ou a uma instituição. Sabe-

⁵ Nesse polêmico ensaio, de 1913, Freud propôs a tese de que o pai da horda, tiranicamente, privava a todos os filhos das fêmeas, monopolizadas para seu uso exclusivo. Os filhos encetam seu assassinato e devoram seu cadáver num festim. Em seguida, advindo o remorso, os irmãos parricidas deliberam interditar as fêmeas do grupo, impedindo assim que o processo se repetisse. A interdição ficou simbolizada pela assunção de um totem representativo do clã.

se que o temor do comunismo selou alianças políticas duradouras desde anos antes do golpe de 1964.⁶ O enaltecimento às raias do fantasioso das qualidades perniciosas dos comunistas e “subversivos” em geral foi estratégia amplamente usada pelos ideólogos do Regime.

No capítulo VII da obra “Psicologia das Massas”, denominado muito a propósito simplesmente de “Identificação”, Freud descreveu três modos pelos quais ela ocorre. No primeiro, aquele apontado por Freud como o mais remoto no sujeito, o menino identifica-se com o pai de tal forma que o toma por modelo, “gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo” (1921, p.133). Na segunda forma indicada, a pessoa identifica-se com o objeto desejado que, devido à repressão, retroagiu para a identificação. (1921, p. 135) Há ainda um terceiro tipo, que independe de relações objetais. Trata-se da “possibilidade ou o desejo de se colocar na mesma situação” daquela vivida por outra pessoa, chamada por Freud de “identificação por meio do sintoma” (1921, p. 135).

Como dissemos, na base de todo esse processo está a libido narcísea, pois Freud percebeu que “o eu enriqueceu-se com propriedades do objeto [...]” (1921, p. 144). Isso ocorre porque uma “quantidade considerável da libido narcisista transborda para o objeto” (1921, p. 143). Freud nos mostrou que em muitos desses casos “o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido ideal de eu de nós mesmos” (1921, p. 1143). Jacques Lacan reforçou essa tese, afirmando que a identificação pelo ideal de eu tem, de fato, origem narcísea, ou mais precisamente, na tentativa de o sujeito se fazer amado pelo Outro. Isso permitiu a Lacan afirmar que “o ponto do ideal do eu é o de onde o sujeito se verá [...] como visto pelo outro [...]” (1964; 1998, p. 253).

Aliás, a imagem narcísea está na origem do processo de constituição do sujeito humano. Para J. Lacan, na fase do espelho, entre o sexto e o décimo mês de vida, o *infans*, ao mirar-se no espelho, ao invés da imagem do seu corpo desarticulado, o que ele vislumbra é a imagem do outro ao qual ele se identifica. É o início da dialética da identificação: ali, onde o sujeito se aliena, ele também se constitui, pois sua constituição se dá a partir de uma miríade de imagens. E, para Lacan, nas identificações grupais ocorre processo semelhante: o sujeito humano “sente que é o outro e o outro é ele” (LACAN, 1953; 2005, p. 43). Portanto, é pela via do ideal de eu, decorrente das identificações grupais que o neurótico tenta sustentar um Outro não-barrado, que lhe responda sobre o seu próprio desejo.

Freud, no “Psicologia das Massas” (1921), apresentou o ideal de eu como herdeiro direto do narcisismo primário (p. 138). Já, em 1923, no “O eu e o isso”, o supereu e o ideal de

⁶ Basta lembrar que a conspiração contra Goulart iniciou-se logo após sua posse, em setembro de 1961.

eu foram tratados como sinônimos por Freud. Isso porque eles se revelam como parte do eu. Freud nos diz que tem a função de crítica a “auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência na repressão”, resultado da identificação com o pai, com a Lei (1923, p. 138).

Além disso, Freud nos mostrou que o eu é “um precipitado de catexias” (1923, p. 42), um mosaico composto por cacos de identificações primárias. Essa idéia foi retomada posteriormente por J. Lacan ao formular sua teoria do “estádio do espelho”. Disso, concluiu Freud, pode ocorrer a dessexualização do objeto e o eu incorporar partes do objeto, os “traços unários” de que nos fala Lacan. É por isso que, para Dominique Finngermann, “a ‘identidade’, o mesmo, se alcança por meios dos desvios e atalhos que passam pelo outro, pelo empréstimo de um traço do outro [...]. A identificação como princípio denuncia a ‘falta-a-ser’ do sujeito” (FINGERMAN, 2005, p.29). O sujeito é, pois, fruto de sucessivas e contínuas identificações, desde as mais primitivas, a identificação imaginária, o i(a)/eu de Lacan, até as identificações secundárias, simbólicas, I(A), formadoras do ideal de ego e que se sucederão por toda a sua vida.

4.1.2 A identificação entre os militares (Forças Armadas e Polícia Militar)

Referente ao processo de construção da chamada “identidade militar”, utilizamos, como caso paradigmático para todas as Forças Armadas Brasileiras, o modelo do Exército. Nessa Força, assim como nas demais, a formação do oficial é feita nos quatro anos de duração do curso. No Exército, ela ocorre na Academia Militar das Agulhas Negras, mais conhecida como AMAN, localizada na cidade de Rezende, Rio de Janeiro.⁷ Nos baseamos na pesquisa realizada pelo antropólogo Celso Castro, que mergulhou no “cotidiano das relações sociais” para verificar como é construída essa identidade (2004, p. 15).

Certamente, não estamos assumindo a hipótese de que alguns poucos anos de academia sejam suficientes para “formar uma personalidade autoritária”. Pelo contrário, somos levados a crer que esse treinamento, ainda que intenso, fortalece aspectos preexistentes na subjetividade dos sujeitos que procuram ingressar nesse tipo de instituição.

Contudo, não podemos nos furtar de questionar sobre o que levaria um sujeito, em plena ditadura militar, a aderir-se voluntariamente a uma instituição como uma Escola Mili-

⁷ Na Marinha, a formação de oficiais é feita pela Escola Naval, no Rio de Janeiro; a Academia da Força Aérea, AFA, sediada em Pirassununga (SP), prepara os oficiais-aviadores. E, cada polícia militar estadual tem sua respectiva academia preparatória de oficiais.

tar. Por isso, consideramos mais do que pertinentes as considerações de Adorno feitas a partir justamente do “Psicologia das Massas”. Segundo ele,

Freud [...] revelou nos confins monadológicos do indivíduo traços de sua crise profunda e vontade de se submeter inquestionavelmente a poderosas instâncias coletivas externas (1951; 2006, p. 167).

É de suma importância salientar que a academia funciona como mais um dispositivo da sociedade administrada, adequando a subjetividade daqueles sujeitos que já estavam, pode-se dizer, predispostos a submeter-se a esse processo. Ou, nas palavras de Adorno, são sujeitos, cuja personalidade autoritária é decorrência de falha “no desenvolvimento de consciência autônoma independente e substituem-na por uma identificação com a autoridade coletiva” (1951; 2006, p.172). Sem essa observação, corre-se o risco de atribuir para os quatro anos de permanência na academia militar a total responsabilidade pela construção desse modelo de subjetividade. E, ao fazer isso, estaríamos desviando o foco da questão, que deve estar orientado para a dinâmica da sociedade capitalista, na qual a academia está inserida e deve ser compreendida como um eficiente dispositivo de aparelhamento do gozo e administração do corpo.

Na formação do chamado “espírito de corpo” ou “espírito militar”, nas Forças Armadas Brasileiras e nas polícias militares estaduais, a Academia Militar — estágio inicial na formação do aspirante ao oficialato — ocupava papel central, diríamos que indispensável. Malgrado as especificidades de cada força (Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares), os quatro anos de academia, com *status* de curso superior, têm como objetivo precípua ensinar o cadete a “ser um militar”. (CASTRO, 2004, p. 27) É ao longo desses anos que, espera-se, seja cunhada a “identidade militar” em cada um dos aspirantes. Isso equivale dizer que se esperava que o cadete cultuasse, ao final desse período, uma “obediência cega à autoridade”, e que se tenha operado a “desmontagem da personalidade anterior” (HUGGINS, 2006, p. 273).

Em termos psicanalíticos, esses quatro anos de academia militar visavam a consolidar um mesmo ideal de eu em cada aspirante, de forma que todos os membros da corporação o tomassem como o modelo desse ideal, ou ainda ao general-comandante, ou ainda mesmo à idéia de “Pátria”. O resultado seria o estabelecimento de estreitos laços identificatórios entre todos os militares, laços esses que se pretende que perdurem por toda a carreira do oficial.

Nas primeiras quatro semanas de curso, o cadete sofria pressões físicas e psicológicas intensas, tanto da parte dos oficiais instrutores como também por parte dos colegas veteranos. Essas “pressões” visavam a eliminar os cadetes que “realmente não possuíssem vocação para a vida militar” e consistiam em trotes físicos e humilhações. Na arma da comunicação, por

exemplo, uma modalidade bastante frequente de trotes eram os choques elétricos, aplicados através de componentes de velhos equipamentos de rádio-transmissão, as “pimentinhas”, como eram chamados esses equipamentos, que também foram usados nas sessões de tortura durante a ditadura.

Apesar de os trotes serem proibidos regimentalmente, os militares reconheciam que eles faziam parte de suas tradições e, por isso mesmo, os diretores da Academia faziam vistas grossas não coibindo sua prática. Suas vítimas diretas, os “bichos”, por seu lado, não se queixavam, pois os consideravam parte integrante da sua formação militar, chegando até mesmo a considerá-los “bacanas”. (CASTRO, 2004, p. 32) Os trotes, a rigor, perduravam durante todo o primeiro ano letivo.

Vale observar que a prática dos trotes também era corriqueira noutras escolas militares. No treinamento de tropas de elite, de onde saía boa parte dos militares que comporiam as agências da repressão, no final dos anos sessenta, o aniversariante ganhava de presente o mesmo número de choques elétricos de 110 volts que a idade que atingia (SOUZA, 2000, p. 34).

Nesse sentido, é importante mencionarmos o caso da Polícia Militar de São Paulo: o candidato passava por um intenso processo de treinamento, nos moldes tipicamente militares, em que, no dizer dos entrevistados pelos autores do “Operários da Violência”, “eram frequentes as situações de humilhação por parte dos oficiais”, além da intensidade bastante grande dos trotes. Para os autores, o trote coletivo, aliado às humilhações por parte dos superiores, ensinava a “desresponsabilização individual pela violência” (HUGGINS, 2006, p. 285). Um dos entrevistados chegou a afirmar que na PM, a partir de 1967, “o treinamento passou a ser para a guerra e não para o policiamento”. (HUGGINS, 2006, p. 278)

Visando a reforçar e administrar desde logo a já referida “obediência cega” do cadete aos oficiais instrutores, o tratamento dispensado aos calouros durante todo o primeiro ano, primava pela extraordinária dureza, a ponto de Celso Castro destacar que “a humanidade não é característica necessariamente presente no tratamento a eles dispensado pelos oficiais” (2004, p. 29). Por isso, o general Adyr Fiuza de Castro, comandante do CIEEx (Centro de Inteligência do Exército), e notório defensor da tortura, ter se referido aos trotes da seguinte maneira:

os militares são homens mais ou menos rudes. Estão acostumados a uma escola de rudeza. Se eu fosse dizer ao grupo *Tortura Nunca Mais* o que sofri como “bicho” na Escola Militar – e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu —, eles achariam que é tortura. Por exemplo, “telefone” – levei milhões. E todos os militares levaram. (D’ARAUJO, 1994, p. 73)

Somente após o término do referido período adaptativo de quatro semanas é que se iniciava o ano letivo propriamente dito. Nele, as atividades eram previamente programadas até o seu encerramento, ocupando todo o dia do cadete, de forma a não lhe deixar nenhum tempo livre exceto nas raras folgas e férias, que eles normalmente consagravam às visitas aos familiares. Somado a esse controle do tempo, cuidava-se para que o cadete nunca estivesse a sós, de forma que ele estava permanentemente na companhia de colegas ou de oficiais. Toda essa administração do corpo do cadete servia, fundamentalmente, para reforçar nele o sentimento de pertencimento ao grupo. Todos estavam sujeitos aos mesmos rigores do pai severo e comportavam-se tal como a terceira forma de identificação descrita por Freud. Em última análise, o objetivo pretendido pela academia era que todos “colocassem um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal de eu e, conseqüentemente, se identificassem uns com os outros em seu eu” (1921, p. 147).

Além dos trotes e do controle do cotidiano, outro fator, que fortemente contribuía para a formação do “espírito de corpo”, era o relativo isolamento dos militares em relação à sociedade civil e à sensação de autonomia que ela causa. (CASTRO, 2004, p. 34) Propositamente, desde os primeiros instantes na academia militar, o cadete é instado a “esquecer sua vida civil”. As raras licenças previamente definidas no calendário de atividades da academia eram, com grande frequência, abruptamente canceladas e sem maiores explicações. Isso visava a aprofundar no cadete a sensação de pertencimento a um grupo maior e mais importante do que seus vínculos anteriores.

O treinamento rigoroso, forçando o cadete a buscar ultrapassar seus limites físicos, a disciplina férrea e a carga horária de estudos igualmente intensa impunham ao jovem aspirante ao oficialato pesados sacrifícios. Nenhum outro aparelho do Estado brasileiro investia tanto tempo e recursos financeiros na formação dos seus quadros quanto as Forças Armadas. A contrapartida, no entanto, lhes era cobrada: uma cultura de sacrifício e autosuperação era difundida e deveria ser assimilada como significante fundamental. E, na ótica psicanalítica, ocorre o que Ramos chamou de “satisfação obtida com a superação do corpo”, e a “obtenção de prazer vinculada ao sacrifício” (RAMOS, 2004, p. 14).

Os depoimentos dos cadetes, colhidos pelo pesquisador, coincidem com as afirmações de Freud feitas no “Psicologia das Massas”: os oficiais são colocados na posição de ideais de eu, devido ao seu “espírito de renúncia” e aos “atributos morais elevados” (CASTRO, 2004, 45). E identificando-se com os camaradas, os depoimentos abaixo de cadetes da AMAN são igualmente reveladores das observações de Freud acerca da terceira forma de identificação,

que é aquela em que o sujeito se identifica com sintoma do outro. Vejamos, então, trechos desses depoimentos:

o que vale é a amizade que a gente cria [...]. Esse espírito, isso aí é que é uma coisa impressionante[...]. O Exército cultua essa camaradagem. É verdade mesmo [...], é uma coisa quase palpável, quase concreta. (CASTRO, 2004, p. 41).

Outro cadete, também do exército, foi ainda mais eloquente:

a vibração de um mexe com a outra pessoa, a pessoa passa a vibrar e assim por diante. Aquilo se encadeia [...]. Quer queira ou não, no Exército você tem uma carga inconsciente imensa [...]. Muito grande [...] aquele inconsciente coletivo [...] (CASTRO, 2004, p. 48).

O sucesso de todo esse esforço de construção de identificação pode ser verificado na fala desse aspirante a oficial: “(o soldado) por que ele vai te seguir? Ele vai te seguir pelo teu exemplo, se ele tem confiança em você” (CASTRO, 2004, p. 62).

No caso do Exército Brasileiro, a percepção da importância da construção de um universo simbólico, que identificasse a todos os seus membros, foi sendo paulatinamente construída. E foi concomitantemente à sua tomada de consciência, enquanto instituição, ao longo do século XIX, como já verificamos. E, nesse processo, foram utilizados os mesmos “semióforos” dos quais fala Marilena Chauí,⁸ e que estão, obviamente, presentes na DSN. Esses símbolos pátrios nos ligam, observou Chauí, a uma ancestralidade mítica. Ou ainda, conforme Lacan, “faz com que o objeto transcenda a temporalidade” e, conseqüentemente, consiga “vencer a morte”, (LACAN, 1953; 2005, p. 35). Daí a extrema importância desses símbolos na construção da identidade militar e da própria identificação grupal. Nesse processo de construção da identidade militar, os “valores pátrios transcendentais” acabam por funcionar como legítimos significantes mestres essenciais no simbolismo das Forças Armadas.

Nesses termos, creio valer a pena destacarmos o significado da palavra “pátria”. De origem latina, a palavra “pater”, que deu origem ao vocábulo português “pátria”, significa o patrício, o proprietário do patrimônio, “o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe”. E, se não bastasse, “cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida ou morte sobre todos os que formam seu domínio e os que estão sob seu domínio formam a família” (CHAUÍ, 2000, p.15). Do fático “pater”, substantivo masculino, “senhor absoluto da vida e da morte”, originou-se o significante “pátria”. Estamos diante do Nome do Pai, ou do significante mestre S1, aquele que metaforiza a castração em

⁸ Semióforos são elementos imaginários, que remetem a um suposto passado comum, forjados com o intuito de construir sentimento de comunhão, de ancestralidade. Podem ser utilizados desde bandeiras, objetos, acidentes geográficos, como até mesmo, lendas e tradições populares.

Lei. Nele repousa o “traço unário” de que nos fala Lacan: quero ser ele! Quero ser como ele! Seu amor é o objeto do meu desejo. E, se para sê-lo, é preciso que eu torture e mate etc.

Disso decorre a importância na sustentação do regime da identificação pela via da filiação. Essa modalidade de identificação é usual dos obsessivos, na sua busca infinda pelo amor do pai, que se dá, portanto, pela adoção do líder ou de uma causa como ideal de eu. Nela, o pai deseja, estimula até a agressão aos inimigos da Pátria. Ou seja, a violência é feita em nome do pai, da lei, portanto. E por essa razão, ela é vista pelos seus executores como um revide a uma agressão anterior. Isso nos explica porque, para os militares da Ditadura, foram os guerrilheiros que iniciaram a “guerra”. Portanto, toda violência se justificava contra os agressores da Pátria e, por isso, no portal de entrada do DEOPS paulista, havia o dístico “Contra a Pátria não há direitos”. Quer dizer, há Lei, em nome dela, na sua defesa, que se permite a violência.

Mas, contrariamente a outros campos da cultura e da política nacionais, como nos mostrou Chauí (2000), que também procuram forjar uma origem e uma identidade através de referências a um passado mítico, mas cujos “semióforos” são revisados e substituídos ao sabor das conjunturas, no imaginário militar, uma vez instituídos, eles foram perenizados. Noutros termos, para assegurar a permanência da imagem de ser uma “instituição permanente”, as Forças Armadas precisam assegurar que os mesmos valores, os “semióforos”, sejam cultuados ao longo de sucessivas gerações de militares. Assim, a longa permanência desses valores no seio das Forças Armadas contribuiu para o fortalecimento da ilusão da sua perenidade. E, por conseguinte, da crença do filho na legitimidade da autoridade paterna.

4.1.3 A Polícia Civil

Neste tópico, recorreremos aos depoimentos colhidos pelos autores de “Operários da Violência” (HUGGINS, 2006) dos quais enfatizamos aqueles prestados por policiais civis, cujas carreiras atravessaram algum período do Regime Militar. Nenhum deles alegou motivações políticas para o ingresso na carreira policial, nem tampouco propensão anterior à violência. E, vários deles, conforme os autores da obra em questão, ingressaram na Polícia por razões bastante fortuitas, como “o primeiro concurso que apareceu”, ou “segui a carreira do meu pai e de meus irmãos”.

Todavia, para a Psicanálise e para a Teoria Crítica Social, não há “razões fortuitas”. Adorno (1951; 2006, p. 165) afirmou inclusive que sob a aparência do apoliticismo, é possível encontrar os germes do fascismo e do seu desprezo pela democracia. Por isso, somos levados

a supor que, pela progressão da carreira desses policiais, a escolha inconsciente pelo ingresso nesse tipo de instituição, em que a pulsão de morte é potencialmente valorizada, não pode ser ignorada. Por isso, acreditamos também que a opção profissional desses sujeitos é reveladora de mais uma das facetas da “história da introversão do sacrifício” e do aparelhamento do gozo, típicos das sociedades administradas.

No caso particular da Polícia Civil, de onde provinha a maior parte dos policiais destacados para o DOPS e muitos dos agentes dos DOI-CODIs, a brevidade do treinamento formal dos novatos fazia com que a aprendizagem desses tivesse como lugar privilegiado a própria rua, ou seja, acompanhando um profissional experiente nas rotinas cotidianas. É o que Marta Huggins chamou de “socialização informal” (HUGGINS, 2006, p. 317).

Como dissemos, as motivações políticas estavam distantes daquelas que foram explicitamente admitidas pelos entrevistados, que os levaram a ingressar no serviço policial. Inclusive, apenas dois dos vinte e três entrevistados afirmaram concordar com os termos da DSN. Um dos quais chegou a reproduzir argumentos típicos da doutrina: “éramos patriotas, defendendo o País”. Mas, todos admitiam estarem perseguindo “terroristas” e, portanto, “criminosos perigosos”. De qualquer forma, estavam no “cumprimento do dever”, como nos diz o entrevistado que se orgulhava de ostentar dezessete mortes na sua folha de serviços (HUGGINS, 2006, p. 56). Vemos que os significantes de natureza explicitamente política são pouco mencionados pelos policiais em geral, ao contrário dos militares oriundos das Forças Armadas. No entanto, é unânime o significante “cumprimento do dever”.

Todos, porém, foram unânimes em afirmar que o ambiente de trabalho policial é “contaminante”. (HUGGINS, 2006, p. 58) A dedicação era integral, sendo frequente os policiais atravessarem a semana sem retornar para casa. (HUGGINS, 2006, p. 60) Isso explica, na ótica dos entrevistados, o elevado índice de problemas conjugais e familiares verificados no período. Os policiais descreviam-se (a si mesmos) como “irmãos” (HUGGINS, 2006, p. 223), ou “isolados como membros de uma seita” (HUGGINS, 2006, p. 60).

Vários deles foram questionados pelos entrevistadores sobre as razões do uso de violência. Um deles reconheceu que a adesão a essas ações visava a passar a imagem de “policial macho”, o que ajudava na obtenção de prestígio pelos novatos junto aos veteranos (HUGGINS, 2006, p. 254). Era justamente a imagem de “duro” que fazia com que os superiores indicassem algum policial para as agências repressivas (HUGGINS, 2006, p. 303). Portanto, a

manutenção da imagem de “machão”, praticando aquilo que os superiores chamavam de “violência aceitável”, era um dos fatores que levava a prática da tortura aos presos políticos.⁹

Quanto ao treinamento dos policiais civis, como já dissemos acima, ele consistia basicamente em acompanhar algum veterano nas atividades diárias. Exemplo claro dessa modalidade identificatória, desenvolvida pela Polícia Civil de São Paulo desde períodos anteriores à ditadura, é o próprio delegado Sérgio Paranhos Fleury. Conforme Percival de Souza:

Fleury teve a personalidade moldada, esculpida na perseguição a ladrões de todos os tipos pelas ruas da cidade, [...]. Quando estourou o golpe de 1964, já estava em curso na polícia e, há muito tempo, uma “cultura” diferenciada sobre o trato com homens que viviam à margem da lei: a cultura do pau (SOUZA, 2000, p. 29).

Complementarmente, o isolamento institucional dos órgãos repressivos, a divisão interna de trabalho e a difusão da noção de “obediência ao dever” faziam com que essas agências “burocratizassem” a tortura e as mortes, que eram apontadas como meros “excessos” no trabalho cotidiano. A situação anômala de algumas dessas agências em relação aos aparelhos de Estado difundia atmosfera de impunidade dentre seus membros. Sem pertencer ao organograma de nenhum Ministério ou Secretaria Estadual do Governo, e contando com policiais e militares destacados de todas as Forças Armadas e unidades policiais, agências como a O-BAN e os DOI-CODIs tinham caráter praticamente extraoficial. E isso lhes garantia autonomia de ação.

No que concerne aos agentes, é compreensível que a consequência desses aspectos organizacionais favorecessem o fortalecimento de laços entre seus membros. Por isso, cremos ser emblemática a declaração de um policial civil que atuava no DOI-CODI do I Exército (Rio de Janeiro):

Ninguém conseguia nos identificar. [...] Numa batida éramos todos apenas ‘Pompeu’. Isso significava que a vida de cada um — a personalidade de cada um — estava estreitamente identificada com o grupo (HUGGINS, 1998, p. 197).

Pelo teor dos relatos acima, estamos inclinados a concluir que na Polícia Civil predominava a identificação do tipo horizontal, aquela em que os laços entre os “irmãos” são mais importantes do que o laço com o líder. E o líder, nesse caso, apontou Adorno, pode não passar de uma impostura necessária apenas para assegurar a encenação da submissão do grupo a um líder. (1951; 2006, p.188) A “cultura do pau”, tão valorizada pelos policiais civis desde antes da ditadura, não tinha alvo preferencial: o “pau comia” tanto o delinquente comum quanto o subversivo. O importante era “descer o cacete” e manter os vínculos grupais. É ilustrativo da

⁹ Os entrevistados foram unânimes em afirmar que os “policiais sádicos” eram imediatamente identificados e excluídos do serviço, cuja essência era a de “causar sofrimento, sem provocar ferimentos”, exigindo para isso um “trabalho profissional” (SOUZA, 2000, p. 302).

força desses laços horizontais, o depoimento de um policial civil, ex-torturador da OBAN e do DOI – CODI/SP:

Os torturadores eram um monte de caras fazendo coisas burras: [...] caras jovens que não sabiam o que estavam fazendo. [...] em sua maior parte, esses caras não estavam preparados, só queriam se exibir (grifo nosso) (HUGGINS, 2006, p. 365).

Se por um lado, a ação de “exibir” nos remete para o plano das imagens, do imaginário, estamos na “encenação” prevista por Adorno. Por outro lado, o “fazendo”, visivelmente, sugere que a ideologia deslocou-se do “saber” para o “fazer”. Isso consiste no cinismo tal como foi apresentado por Slavoj Žižek. Nesses casos, e nos parece que os policiais civis que atuavam na repressão política durante a ditadura podem ser aqui enquadrados, a ideologia funciona como uma espécie de “suporte pragmático” da montagem, sendo que essa é o que efetivamente importa. Por isso, ele sugere a inversão da famosa frase de Karl Marx acerca do caráter ilusório da ideologia, “eles não sabem o que fazem” para a frase cínica, “eles sabem muito bem e o fazem mesmo assim” (ŽIZEK, 1996, p. 313-314).

A DSN equivaleria ao “suporte” ideológico de um “fazer”, pouco ou nada identificado com suas palavras de ordens e seu ideal anticomunista. Os policiais civis agiam tão somente em busca do sucesso pessoal e do reconhecimento pelos seus pares. O gozo auferido com a prática da violência, nesse caso, pode ser, citando Conrado Ramos, “compreendido como a medida subjetiva do ‘puro fazer’” (2004, p. 25).

Nesse cenário, a vítima desse “puro fazer” era totalmente despojada da sua humanidade, transformada em mero objeto de gozo. Por isso a violência era praticada de forma indistinta, podendo vitimar tanto um criminoso comum quanto a um guerrilheiro comunista. O importante era a manutenção da montagem.

4.1.4 Manutenção da identificação

Antes da decretação do AI-5, em treze de dezembro de 1968, algumas organizações da esquerda já haviam optado pela via das armas no enfrentamento da ditadura, a exemplo da VPR e da ALN. Contudo, se no primeiro semestre de 68, boa parte da esquerda ainda apostava nos movimentos de massa, como as manifestações estudantis e as greves operárias, diante do refluxo dessas formas de luta no segundo semestre, refluxo esse motivado pela própria repressão, com o AI-5, a opção armada generalizou-se. Vale realçar que a luta armada não teve o novo ato como causa suficiente, ainda que a maioria dos analistas do período a considere como causa necessária. Ambos — o Ato e a luta armada — são resultados da dialética entre

o Estado e a oposição, cuja síntese foi o aprimoramento das agências repressivas e da tortura propriamente dita, como já vimos.¹⁰

O primeiro fruto dessa escalada repressiva foi a criação, em São Paulo, da “Operação Bandeirantes”, a temível OBAN (1/7/69). Era uma organização extralegal, embrião do futuro DOI-CODI, que representava a centralização da repressão política nas mãos do Exército, até então praticamente restritas aos DEOPS e às PMs estaduais. A noção de guerra revolucionária, tão forte na DSN, torna-se hegemônica nas Forças Armadas e no Governo Federal.

Não é à toa, portanto, que os presidentes militares nesse período são oriundos da chamada “linha dura”.¹¹ Seus discursos e pronunciamentos públicos também podem ser incluídos no rol de artifícios usados pelas Forças Armadas no esforço de construção e manutenção do imaginário “revolucionário” de 1964 e, conseqüentemente, das identificações. Afinal, na ótica do Regime, tratava-se de uma “guerra suja”, e todas as armas eram válidas, inclusive a guerra psicológica e o farto uso da propaganda e da mídia.

Lembremo-nos de que Freud trata o exército como uma “massa artificial”, ou seja, aquela que demanda de uma força externa para evitar sua desagregação. Entendemos que essas “forças” coercitivas podem ser de diferentes naturezas, inclusive na forma de demandas em nome do Outro. Os discursos de generais presidentes, dos quais reproduzimos apenas alguns poucos excertos ilustrativos, possuíam essa característica. Eles podem ser interpretados como contínuas “ordens do dia” para que os militares envolvidos na repressão não esmorecessem, e continuassem disciplinadamente mobilizados na “guerra suja”. Simultaneamente, ao fazer esses apelos, o general presidente reafirmava sua posição de pai severo. Desse modo, o general presidente estaria reforçando sua imagem modelar na idealização do eu por parte dos subordinados e assim mantendo intacta a montagem social calcada na identificação por filiação. E, também, através desses pronunciamentos, os comandantes respondiam à pergunta eterna do neurótico dirigida ao Outro: “que queres?”.

O general Emílio Garrastazu Médici, terceiro presidente militar, cujo governo foi o mais violento da ditadura, na aula inaugural do ano letivo de 1970, da ESG, afirmou que o “terrorismo” era o maior obstáculo para o pleno desenvolvimento econômico do País e que, portanto, cabia a preservação dos ideais revolucionários de 1964. E, convocando seus soldados para a batalha, promete o “reaparelhamento das forças de segurança do País” (TAMAS,

¹⁰ Depreende-se das teses “Sobre o conceito de História”, de W. Benjamin, que da síntese dialética não deve ser presumida uma situação social ou política melhor do que a verificada na tese. Na Tese nº 13, lemos: “a idéia de um progresso da humanidade na história é inseparável da idéia da sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da idéia do progresso tem como pressuposto a crítica da idéia dessa marcha”. (1940; 1985, p. 228)

¹¹ Generais Artur da Costa e Silva (1967 – 1969), e Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974).

2002, p. 109). Esse fato pôde ser verificado na pele pelos presos políticos, com a modernização dos equipamentos e a própria criação do DOI-CODI.

Mas, Médici foi ainda mais eloquente e abrangente na sua mensagem quando por ocasião das comemorações do sexto aniversário da “Revolução de 1964”, ocorrido em trinta e um de março de 1970. Em cadeia de rádio e televisão, o General Presidente leu a seguinte mensagem: “Haverá repressão, sim. E dura e implacável. Mas apenas contra o crime e só contra os criminosos” (TAMAS, 2002, p.128).

Essa mensagem reforça o conteúdo de uma anteriormente emitida em sete de outubro de 1969, também em cadeia nacional de rádio e televisão, quando Médici afirmou o seguinte: “desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear violência, colherá violência” (TAMAS, 2002, p. 126). Nessa data, um mês após o sequestro do Embaixador norte-americano, já havia sido morto sob tortura Virgílio Gomes da Silva, o “Jonas”, da ALN, comandante militar da ação. Os elos inferiores da cadeia de comando da repressão entenderam muito bem o recado do General Presidente.

Podemos entender o conteúdo dessas mensagens, antes de um alerta à oposição, muito mais como um “sinal verde” para os órgãos repressivos afiarem suas armas. Significantes fundamentais, como já vimos no tópico anterior, no simbolismo militar da época: comunismo, terrorismo, crime, criminoso. Esse apelo do Mestre, do “pater”, equivalia a uma suspensão da Lei que impede o sujeito humano tratar o outro como mero objeto e, por exemplo, torturá-lo pela simples obtenção de gozo. Contudo, há uma agressividade estrutural no ser humano, barrada pela Lei. Abolido esse impedimento, o soldado não iria se inibir, por pruridos morais: seu gozo já estava socialmente condicionado e dirigido, podendo até mesmo dispensar um ideal que justificasse essa violência, tal como verificamos que ocorria com frequência dentre os policiais civis.

No outro extremo da engrenagem repressiva, a mensagem do “pater” foi assimilada de forma eficiente: em 1969, ano da criação da OBAN e do DOI-CODI, o Grupo “Tortura Nunca Mais” contabilizou dezoito mortes; no ano seguinte, 1970, já sob o mandato do general Garrastazu Médici, que havia tomado posse em outubro passado, o número saltou para vinte e dois. E a escalada repressiva correspondeu a um acréscimo nos anos seguintes: em 1971, trinta e três mortes, em 1972, trinta e oito e vinte e nove, em 1973. O ex-tenente do exército, denunciado pelo “Tortura Nunca Mais” como torturador da Polícia do Exército, em Minas Gerais, assim se posicionou ante essa demanda: “Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las”. (Veja, 09/12/1998, p. 45) Ou então, o agente da Polícia Federal

em Fortaleza, João Lucena Leal, que atuava no DOPS local, “era meu papel. E a ordem era baixar o pau. Então, eu baixava o pau”.

Além dos apelos dos oficiais comandantes, a própria dinâmica da atividade repressiva contribuía para reforçar laços entre os agentes. Como exemplo ilustrativo do sucesso dessa prática identificatória, tomemos o depoimento de um oficial da PM paulista, membro do batalhão de choques da PM, que fazia repressão a passeatas estudantis em 1968. Ele afirmou ter sido esse: “o período mais feliz da minha vida em termos profissionais. Tínhamos um grupo de gente determinada, bem treinada, amigos uns dos outros [...]” (HUGGINS, 2006, p. 146).

Outro recurso utilizado para a manutenção das identificações era a desqualificação do inimigo, no caso, o “terrorista comunista”. Por isso, lembremo-nos de que a identificação pode se dar por meio de ideias, e essas podem ser negativas. Além disso, faz parte da eleição dos “estranhos” a sua desqualificação. A existência desse inimigo, o “comunista”, era indispensável para a sustentação imaginária da “Revolução de 1964” e do próprio regime que lhe seguiu. Adorno considerou a desqualificação dos “de fora”, dos *out group* como ele se referiu, um dos mais eficazes recursos para a sustentação das massas fascistas. Nas suas palavras,

Essa é a linha perseguida pelo estandardizado “truque da unidade” dos agitadores [fascistas]. Eles enfatizam suas diferenças em relação aos que não pertencem ao grupo, mas as minimizam no interior do próprio grupo [...] (ADORNO, 151; 2006, p. 181).

Ainda neste capítulo, aprofundamos a referência a esse sentimento de “estranheza” tal como descrito por Freud no artigo “O Estranho”, de 1919.

Portanto, o anticomunismo era continuamente reafirmado pelas Forças Armadas a ponto de ter se transformado num dos “semióforos”, conforme caracterização de M. Chauí. Exemplo disso são as cerimônias em homenagem aos mortos na Intentona de 1935 e as “ordens do dia”, que reforçavam esse imaginário.¹² A associação do comunismo à traição, à vilania, a ponto de “assassinar friamente irmãos de armas enquanto dormiam”, tinha como objetivo não apenas dirigir a ira ao “estranho”, ao diferente, mas, principalmente, reforçar a identificação grupal. Isso porque a historiografia oficial das Forças Armadas cunhou uma memória da Intentona de 1935 em que os comunistas foram identificados à vilania e à traição, por terem supostamente assassinado colegas militares enquanto eles dormiam.

Em tempo, o anticomunismo acabou por se tornar um importante instrumento de reificação do Exército no momento em que ele se encontrava cindido pelo golpe do Estado

¹² Trata-se de um levante armado ocorrido em algumas unidades militares do Rio de Janeiro, Natal e Recife, em novembro de 1935. A forte presença de militares comunistas, aliada à comprovada influência da União Soviética no episódio, alimentou o já pré-existente sentimento anticomunista do alto oficialato e de demais segmentos das elites brasileiras.

Novo. Ferreira nos explica que “a decisão de fazer dos acontecimentos de novembro de 1935 uma festividade do Calendário Oficial do Exército foi um ato pensado e necessário num momento em que o Exército assumia a tarefa de organizar a si próprio [...]” (FERREIRA, 1986, p. 40). Somente a partir de 1938 que o 27 de novembro, data da “Intentona Comunista”, foi transformado numa solenidade oficial das Forças Armadas (FERREIRA, 1986, p. 45). A força do sentimento anticomunista no Exército Brasileiro é de tal monta, que ele passou a se constituir num daqueles semióforos referidos por Marilena Chauí.

4.2 O Averso: a Segregação do Estranho

No tópico anterior, analisamos aspectos do processo pelo qual os militares e policiais constroem sua identificação grupal, aquilo que eles chamam de “espírito de corpo”. Verificamos também como a identificação entre os membros das equipes de interrogatórios era continuamente reafirmada, utilizando-se para isso, dentre outros aspectos, os próprios instrumentos da violência e a valorização do narcisista, do ideal de ego. Nesse intuito, partimos das teses freudianas expostas no “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), para mostrarmos que cada membro desses grupos obtinha ganhos libidinais — gozava — ao fazer parte dessa montagem perversa, sendo esse, portanto, um dos principais fatores de interação entre os membros das equipes de repressão política.

Nesse tópico, pretendemos mostrar como a ditadura instrumentalizou o sentimento de “estranheza”, tal como descrito no artigo “O Estranho” (1919), de Sigmund Freud, e o pôs a serviço da repressão anticomunista e do elitismo de classe. Para isso, nos basearemos também nas teses de Caterina Koltai (2000) e de Radmila Zygouris (1998) sobre o “estrangeiro”, derivadas do referido artigo freudiano e das considerações de Jacques Lacan acerca da segregação promovida pela ciência moderna e, como consequência, do ingresso do *infans* na linguagem.

Mas, primeiramente, lembramos o leitor de que partimos do pressuposto de que o elitismo e o anticomunismo da DSN são formas de segregação e, portanto, passíveis de serem analisadas a partir das chaves conceituais acima enunciadas.

4.2.1 O estranho

Eu achava que havia a necessidade de destruir as organizações de esquerda do País. Era uma convicção íntima. Nunca gostei do marxismo. Sempre fui

visceralmente antimarxista. Isso é uma questão de formação. (ex-tenente Marcelo Paixão de Araújo)¹³

Objetivando a conquista do poder para a implantação do regime comunista, a Guerra Revolucionária Comunista atinge todas as atividades da nação visada. A luta contra-revolucionária é de toda a nação. Ela tem de ser levada a cabo com a participação efetiva do governo e do povo. Nessa luta de todos, as Forças Armadas são, apenas, um dos elementos de combate, só episodicamente o mais importante (EMFA, p. 222).

As citações acima foram extraídas, respectivamente, do depoimento do notório torturador, tenente Marcelo Araújo, prestado à “Veja”, e do “Manual Básico” da Doutrina de Segurança Nacional. Malgrado as diferentes procedências e autorias, ambos refletem duas facetas de uma mesma dinâmica: a instrumentalização do sentimento de “estranheza” para fins político-militares.

O anticomunismo se constituiu, como vimos, em um dos mais importantes pilares da DSN e da ditadura propriamente dita. Aliás, a suposta ameaça à propriedade privada e aos ditos “valores ocidentais” serviu de catalizador da frente antigoulart, responsável pelo golpe, e pelo apoio ao Regime pelos setores mais conservadores da sociedade durante a fase aguda da repressão. Focalizados como um dos inimigos da ordem desde os anos vinte e trinta, os comunistas, ou melhor, o sentimento anticomunista, foi facilmente instrumentalizado no processo conspiratório contra o governo de Goulart e durante toda a ditadura. Para tal, basta lembrarmos que o IPES, Instituto de Pesquisa Social,¹⁴ possuía uma divisão responsável pela agitação política e pela propaganda antigoulart, da qual faziam parte vários donos e diretores de grandes veículos de comunicação, como o “O Estado de São Paulo” e os “Diários Associados”.

Mas, afinal, o que é esse “estranho”? Do que nos fala Freud nesse inquietante artigo? Qual a fonte desse sentimento que se traduz por uma intensa “estranheza”? Ele é passível de ser instrumentalizado por um regime autoritário? Em caso positivo, como isso ocorreu no Brasil da ditadura?

Freud abriu o artigo relatando sua vasta pesquisa etimológica sobre a palavra “Unheimlich”, cuja tradução para o português, asseguram os especialistas, é aproximativa de “estranho”. No seu final, a pesquisa surpreendeu ao próprio Freud, ao constatar que, em vários idi-

¹³ **Veja**, edição nº 1576, 31/12/1998, p. 49. O ex-tenente serviu no 12º. Regimento de Infantaria do Exército, sediado em Belo Horizonte, em um dos principais centros de tortura do País durante a ditadura, conforme informações do BNM. O nome de Marcelo é apontado, segundo esse mesmo estudo, como um dos mais ferozes torturadores do regime.

¹⁴ IPES, sediado no Rio de Janeiro, tinha subsidiárias em várias importantes cidades brasileiras. Sob a fachada de uma entidade para fins de pesquisa sobre a realidade social do País, reunia empresários, militares, religiosos etc., todos anticomunistas, na campanha contra Goulart (FIGUEIREDO FILHO, 2001).

omas, a ambivalência da palavra é de tal monta que a faz aproximar-se do seu oposto, o “familiar”, o “heimlich”.

Esse início de artigo revelou-se emblemático. Freud nos mostraria que o sentimento de “estranheza”, que nos acomete em determinadas situações, decorre do Outro que habita em nós mesmos: é o próprio inconsciente. Para ele, “esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar, há muito estabelecido na mente e que somente se alienou desta através do processo de repressão” (FREUD, 1919, p. 301).

Isso ocorre da seguinte forma: a criança, durante a fase do narcisismo primário, duplica seu próprio “eu”, como um mecanismo de defesa face ao medo da morte. No entanto, uma vez superada essa fase, esse “duplo” insiste em retornar, mas com um novo significado: “depois de haver sido uma garantia de imortalidade, transforma-se em estranho anunciador da morte”. (1919, p. 294) E mais, outros afetos infantis, que datam de épocas igualmente longínquas, ao eventualmente retornarem, também podem ser fontes de estranheza. Assim, para Freud,

Todo afeto pertence a um impulso emocional, qualquer que seja sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade, então, entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se ser algo reprimido que retorna. Essa categoria de coisas assustadoras constituiria então o estranho [...] (1919, p. 300).

Com efeito, vale realçarmos mesmo correndo o risco de redundância: os “estranhos” são elementos que retornam.¹⁵ Aliás, Freud destaca que a própria “compulsão à repetição” em si mesma pode causar esse sentimento, dado “seu caráter demoníaco” e que prevalece até mesmo sobre o princípio do prazer (1919, p. 297). Em todos os casos, trata-se de algo que “retorna”. E, isso que retorna é da ordem da pulsão de morte, cujos efeitos destrutivos podem se manifestar também socialmente.¹⁶

¹⁵ Lembramos ao leitor que o artigo consagrado à compulsão, à repetição, o “Além do princípio do prazer”, (1920), é praticamente contemporâneo deste, “O Estranho”. Em nota (nº. 2, p. 297), Freud lhe faz alusão como “concluído”.

¹⁶ A compulsão à repetição foi teorizada por Freud no mencionado artigo de 1920, “Além do Princípio do Prazer”. Trata-se de um processo psíquico primário, ainda mais elementar que o princípio do prazer. Freud a constatou a partir de diversas fontes, clínicas ou não: sonhos que relembavam situações traumáticas, a relação transferencial de alguns de seus pacientes, a brincadeira do *fort-da* de seu neto. Dessas observações, Freud concluiu serem experiências nada prazerosas no sentido usual dessa palavra, que eram repetidas inconscientemente. Contudo, algo pode ser sentido como desprazer pelo eu, e não pelo ser para o id. Logo, elas obedeciam a processos anteriores ao princípio do prazer, por isso, “primários”. E, as forças que as determinavam foram identificadas como pulsões: a pulsão de vida, e a pulsão de morte.

A pulsão de vida tem como característica, apontou Freud, a busca por integrar a vida em grupos cada vez maiores e, por isso Freud a considerou estar sob a égide de Eros, o deus do amor. Quanto à pulsão de morte, ela é a manifestação da tendência de todo ser vivo retornar à condição de matéria inanimada. E, pelo seu caráter desagregador, ela também foi chamada foi caracterizada como pulsão destrutiva quando dirigida ao mundo externo.

Essa nova dualidade pulsional, apresentada por Freud nesse artigo de 1920, inaugurou na sua teoria aquilo que os estudiosos chamaram de “Segunda Tópica”. Essa, por seu lado, principalmente pelo aspecto paradoxal da pulsão de morte, não conta com a unanimidade dos psicanalistas.

Retomando nossa leitura de “O Estranho”, Freud tratou esse início de artigo como uma hipótese, que, na sequência do texto, foi submetida à validação, feita através da análise daquilo que ele mesmo chamou de “alguns exemplos inegáveis de estranho” (1919, p. 298). Nessa relação de causadores de estranheza, Freud incluiu superstições, como o mal-olhado e as bruxarias, a onipotência do pensamento, a “atitude do homem diante da morte”, a repetição involuntária e o complexo de castração (1919, p. 303). E, finalmente, Freud acresceu à sua lista, a “pessoa viva” à qual “lhe atribuímos intenções maldosas”. Ei nos diante do “estrangeiro”!

4.2.2 O estrangeiro

Também podemos falar de uma pessoa viva como estranha, e o fazemos quando lhe atribuímos intenções maldosas. Mas não é tudo; além disso, devemos sentir que suas intenções de nos prejudicar serão levadas a cabo com o auxílio de poderes especiais (FREUD, 1919, p. 303).

Mas, no que podem consistir essas “intenções maldosas”? Elas podem ser atribuídas aos estrangeiros? Ideias podem substituir pessoas e serem, também, fonte de estranheza?

Já vimos que a identificação leva à eleição dos semelhantes, dos iguais, o que, por conseguinte, faz surgir os desiguais, os estrangeiros. Zigmund Bauman (1998, p. 27) foi enfático ao afirmar que todas as sociedades produzem seus estrangeiros, repetindo assim o argumento lacaniano de que toda fraternidade fundamenta-se na segregação (LACAN, 1969-1970; 1992). Mas, mesmo diante da frequência desse processo, estamos em face de um evento histórico, ou seja, se o sentimento de “estranheza” é constitutivo da nossa subjetividade, a sua transformação em racismo e outras formas de discriminação não o são, mas obedece a injunções historicamente precisas. Isso significa que a “estranheza” não necessariamente degenera em racismo e segregação, disseminados no âmbito das trocas sociais ou, até mesmo, alargados nas instituições da sociedade e no aparato do Estado. Mas, a “estranheza” certamente se encontra na origem das várias formas de segregação.

Sidi Askofaré observou que o termo “segregação”, que não pertencia ao vocabulário da Psicanálise, foi se impondo à medida que se precisou dar conta dos efeitos no sujeito da ciência moderna. Lacan o introduziu na sua famosa “Proposição de nove de outubro de 1967”. Citando-a:

Abreviemos dizendo que o que vimos emergir deles [campos de concentração], para nosso horror, representou a reação de precursores em relação ao que se irá desenvolvendo como consequência do remanejamento dos grupos sociais pela ciência, e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz.

Nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação (1967; 2003, p. 263).

Nesse contexto, Lacan se referiu explicitamente aos efeitos do discurso da ciência moderna que, dessubjetivado, anula o sujeito das suas práticas, levando-o a enveredar nas formas mais variadas e cruéis de segregação, a exemplo dos campos de extermínio nazista e estalinista. A essa abordagem lacaniana dos efeitos da ciência moderna retornaremos no quarto capítulo.

No “Seminário 17” (1969–1970), aquele justamente em que Lacan teoriza os quatro discursos e, dentre eles o Discurso Universitário, cuja prática equivale àquela descrita na “Proposição”, ele considerou a segregação a partir de um outro ângulo: o advento da fraternidade. Retomando o “mito” freudiano do assassinato do pai da horda, Lacan situou o surgimento da segregação no instante seguinte ao reconhecimento dos parricidas como irmãos. Ou seja, a fraternidade é uma decorrência da linguagem, uma marca significante, S1.

Vimos no tópico de abertura deste capítulo que as identificações imaginárias são estruturais no sujeito, e equivalem a marcas significantes, que fazem com que o sujeito se sinta pertencendo a uma fratria. É nesse exato instante que o significante a cria que advêm também os segregados, os não-irmãos.

Nesse sentido, recuperamos um dos exemplos trabalhados por Caterina Koltai (2000), a fim de reforçarmos nossa argumentação. Segundo a autora, os gregos atenienses eram extremamente tolerantes em relação aos estrangeiros, a ponto de encorajar sua presença na cidade. A distinção que faziam em relação aos “bárbaros” não era de ordem “natural”, mas “cultural”. Com o tempo, inclusive, algumas cidades passaram a atribuir direitos políticos a estrangeiros, comprovando assim a boa convivência dos helenos com a alteridade (KOLTAI, 2000, p. 46-48).

Justamente por ter, na sua origem libidinal remota, o narcisismo, é que um grupo agirá de forma hostil em relação aos demais grupos. Exemplo claro apontado por Freud está no próprio cristianismo: religião de amor para os crentes e de “crueldade e intolerância para os que não lhe pertencem [...]” (p. 125). Aqui, evidentemente, Freud estava se referindo à identificação, diríamos, de cunho positivo, na qual o grupo, para aplacar as diferenças internas e disputas narcíseas, elege a um outro ao qual dirigirá sua agressividade. Mais adiante, Freud iria salientar a possibilidade da ocorrência de identificações negativas, ou seja, aquelas nas quais, “o ódio contra uma determinada pessoa ou instituição poderia funcionar exatamente da mesma maneira unificadora e evocar o mesmo tipo de laços emocionais que a ligação positiva” (p. 127).

Por isso, é importante que o nosso leitor tenha em mente que o estranho não se restringe àquele étnica e/ou culturalmente diferente. As ideologias também são fonte de estranheza.

Freud, no “Psicologia das Massas” (1921), deixou claro que o processo de identificação não ocorre apenas entre os membros da massa e o chefe, como já foi visto no tópico anterior, mas pode se dar também a partir de uma ideia (FREUD, 1921, p. 127).

Nesse ponto, pensamos ser oportuna uma digressão para retomarmos alguns argumentos apresentados por Radmila Zigouris, com os quais concordamos e que são pertinentes ao raciocínio que ora desenvolvemos.

A autora parte da observação preliminar de que o tema do estrangeiro, por situar-se no limite entre o singular e o coletivo, deve ser abordado de forma que fuja de qualquer ameaça de “psicologismo” (ZYGOURIS, 1998, p. 193). Isso porque, lembramos nosso leitor, que essa fronteira entre o fora e o dentro é sempre tênue e imprecisa, uma vez que, citando Lacan, “o inconsciente é o discurso do Outro”.

Em seguida, voltando aos argumentos de Freud e Lacan, a autora reforçou a idéia de que o sentimento de estranheza, constitutivo do sujeito humano desde a fase do narcisismo primário, pode se transformar em reconhecimento da existência do estrangeiro quando do advento do significante “nós”. Para Zygouris, com ele, ou melhor, com o “nós”, a criança “nomeia o que lhe é conhecido, separando-o do resto”. (p. 201) E, nesse “resto”, esse “objeto não identificado”, estranho em nós mesmos, será situado o estrangeiro.

Contudo, a nomeação do estrangeiro não quer dizer racismo. Para a autora, há necessidade de um componente adicional para que o “medo infantil” ante o desconhecido, venha a se transformar em violência coletiva manifesta em relação ao estrangeiro. Esse elemento é a angústia. Ou melhor, a angústia diante “do dia de amanhã” (ZYGOURIS, 1998, p. 203). Isso explica o recrudescimento da violência contra o estrangeiro nos períodos históricos em que a história parece “pisar no acelerador”. Exemplos: a crise na Alemanha, no Pós-Primeira Guerra Mundial, acirrando o ódio de classes e o antissemitismo; a industrialização e a urbanização no Brasil das décadas de cinquenta e sessenta, provocando mobilizações políticas radicais, algumas inéditas e outras velhas conhecidas; a crise do socialismo nos Bálcãs, despertando os nacionalismos adormecidos. Certamente, o capitalismo tem que “se revolucionar continuamente a si mesmo”, nos ensinou Marx e Engels no “Manifesto” de 1848, por isso, ele perpetua a “era das incertezas”. A reação: massacres no Terceiro Mundo (Etiópia e Ruanda) e o “desvio à direita” nos países do Primeiro Mundo, os fundamentalismos, dentre outros.

Assim sendo, os projetos racistas, ainda conforme Zygouris, imaginariamente se colocam no lugar do objeto perdido e acabam aplacando a angústia, que cede então lugar a um “desejo de destruição”, pois aquela agressividade constitutiva do humano encontra um alvo socialmente estimulado ao qual se dirigir (ZYGOURIS, 1998, p. 203-204).

Certamente, a "estrangeirice" não se limita aos aspectos físicos daquele que é segregado. Ela incorpora ainda, e mais precisamente, valores culturais: o judeu era perseguido não por ser loiro ou moreno, mas por sua identidade judaica. E, nesse mesmo sentido, estão as ideologias políticas. Há uma ameaça concreta do comunista em relação ao burguês: a perda da propriedade. A essa ameaça, reforçando-a, se lhe são atribuídas características outras que nada têm a ver com o comunismo, nem com a pessoa do comunista. Com isso, ele se torna além de ameaçador, um ente exótico.

No que tange o nosso trabalho, ou seja, no caso específico do Exército, não há amor entre os “irmãos de farda”, entre os filhos da “Mãe-pátria”, sem que haja os inimigos a quem se possa dirigir a agressividade. E os inimigos jurados durante a ditadura, os “estrangeiros” ameaçadores, eram os comunistas. Vejamos as reveladoras palavras de um alto comandante da Aeronáutica no Regime Militar:

Entre os esquerdistas pode haver divergência, vaidade para assumir chefias, funções, (...), mas entre nós não. Não tínhamos sequer um tostão a mais, não tínhamos vantagem alguma. Tínhamos só o risco de vida. Estávamos fazendo aquilo por idealismo (...). Tínhamos a convicção de que a ideologia marxista e socialista era impraticável para a vida, para a pessoa humana. (brigadeiro João Paulo Burnier, apud D'ARAUJO, 1994, p. 201).

Os comunistas, ao questionarem dois dos mais sólidos sustentáculos da sociedade burguesa, a propriedade privada e a expropriação do trabalho alheio, trouxeram à tona o Real essencialmente conflituoso do capitalismo e, por isso, tornaram-se exóticos “estrangeiros”, ameaçadores dos pilares da ordem. Nas palavras de Zigmund Bauman, “constituir a ordem foi uma guerra de atrito empreendida contra os estranhos e o diferente” (1998, p. 28). No Brasil, dos anos sessenta e setenta, os comunistas e subversivos em geral foram bastante bem ajustados a esse papel. No cerne desse argumento, encontramos a tese lacaniana da segregação ser correlato da fraternidade.

Certamente não pretendemos psicologizar um processo histórico que, *per si*, tem causa no conflito de classes decorrente da estrutura do sistema capitalista brasileiro e do papel do País na divisão internacional do trabalho. Mas, no plano do sujeito, é igualmente estrutural o sentimento de estranheza. Portanto, o que houve foi o aparelhamento de um pelo outro, ou seja, a ditadura instrumentalizou habilmente essa sensação tão bem descrita e analisada por Freud.

A DSN jamais cogitou a possibilidade de tentar “reeducar” ou “recuperar” os comunistas e subversivos, de forma a tentar administrar seu gozo e levá-los a abdicarem da sua “malevosidade”. Não, o comunista estava irremediavelmente condenado à anormalidade.

Portanto, a única alternativa era sanitária: seu extermínio pelas forças do Estado, assim como a poliomielite, a tuberculose e os devotos de João Maria no Contestado.¹⁷

Com isso, a tese que sustentamos é a de que a ditadura militar, recorrendo à DSN e, portanto, estabelecendo laços a partir do Discurso Universitário, basculou o sentimento de estranheza em elitismo e anticomunismo virulentos, que teve na repressão e na tortura uma das suas formas de expressão. Certamente, a ditadura fazia laço por meio de outras estruturas discursivas, a exemplo do Discurso do Mestre. O que ora afirmamos é a que a DSN, por se pretender um construto científico e justificar “cientificamente” a insensatez do comunismo, colocava-se na posição do Universitário. Essa discussão será aprofundada no capítulo seguinte.

Na construção imaginária desse estrangeiro ameaçador, é frequente a sua desqualificação. É visível ser esse o intuito desse importante militar do regime, ao depreciar os guerrilheiros:

Sem dúvida, um considerável número de jovens de classe média, muitos ainda adolescentes, foi atraído para a clandestinidade, muito mais pela aventura e pelo risco do que por convicção ideológica. Havia também o conflito de gerações no âmbito familiar. Muito poucos jovens teriam formação política, mesmo inicial, e propósito manifesto para uma atividade marcada pela violência, o eventual sacrifício de inocentes, a convivência diária e marginal com o crime e com valores menores de conduta e comportamento (general Gustavo de Moraes Rego apud D’ARAUJO, 1994, p. 157).

É frequente, também, a supervalorização da ameaça dos estrangeiros, a localização neles dos “poderes especiais” aludidos por Freud. Com efeito, para o brigadeiro João Paulo Burnier:

Os subversivos tinham se organizado subterraneamente, clandestinamente, de uma maneira violenta. Tinham recebido armamentos muito mais pesados que os da polícia. Então, as Forças Armadas foram obrigadas a preparar o seu pessoal. Os próprios serviços de informações [...] foram começando a adquirir armas especiais para combater esse pessoal de igual para igual, pelo menos (general Gustavo de Moraes Rego apud D’ARAUJO, 1994, p. 193).

¹⁷ Contestado é uma região fronteira entre Paraná e Santa Catarina, cuja jurisdição estava em litígio entre esses dois estados desde muito antes da República, daí o nome da localidade. Sob a fachada legalista da disputa pelo território, estavam os interesses conflitantes dos “coronéis” da região. Condições peculiares da religiosidade popular fizeram eclodir, em 1912, um movimento messiânico liderado pelo “monge” João Maria, que rapidamente reuniu milhares de seguidores. Sob a suspeita de estar a serviço dos coronéis litigiosos, os devotos do “monge” foram perseguidos pela polícia militar de ambos os estados. Essas se mostraram incapazes de derrotar o “exército encantado”, como se autodenominavam os rebeldes. O conflito, então, ganhou dimensões federais, sendo enviada uma guarnição do Exército Brasileiro composta de mais de seis mil homens. Municiada com armamento pesado e moderno, que incluía o emprego de aviões para reconhecimento e bombardeio das “vilas santas” – aldeias dos rebeldes. No início de 1916, cessou a resistência popular. Milhares de mortos: os números citam algo em torno de dez mil. E algumas centenas de prisioneiros. Foi mais uma vitória honrosa do heroico Exército Brasileiro.

Em tempo, esse militar foi acusado de programar o uso dos helicópteros do PARA-SAR — destacamento de resgate da aeronáutica — para o desaparecimento de presos políticos, jogando-os ao mar. Foi acusado também de responsável pela morte do militante do MR-8, Stuart Angel Jones, em catorze de Junho de 1971, na base aérea do Galeão, da qual era comandante na época. Jamais foi levado aos tribunais. E mais, em nenhum momento dos longos anos de duração da ditadura, qualquer organização da esquerda armada teve condições de contrabandear armamentos desse calibre citado pelo brigadeiro Burnier. Ao contrário, o poder de fogo dos grupos de combate da guerrilha era sabidamente frágil, a ponto de recorrerem muitas vezes à “expropriação” de simples revólveres de policiais de rua para conseguirem o mínimo de armamento.

4.2.3 O gozo

O isolamento, que outrora se infligia de fora aos prisioneiros, se generalizou [...] e se instilou no sangue e na carne dos indivíduos. Sua alma bem adestrada e sua felicidade são tão desoladoras como as células da prisão que, os donos do poder já podem dispensar, porque a totalidade da força de trabalho das nações caiu presa deles. A privação da liberdade é um pálido castigo comparado com a realidade social. (ADORNO; HORKHEIMER).¹⁸

Os regimes totalitários e, em certa medida, os regimes autoritários, visam a dessubjetivar o sujeito, anulando sua própria alteridade e tentando tamponar sua “falta” constitutiva. Mas se, a partir de Lacan, temos que reconhecer que, em sendo o outro o meu “êxtimo”, a fronteira definitiva entre o “fora” e o “dentro” fica, no mínimo, abalada. Pode-se falar, portanto, tendo em mente a figura da Banda de Moebius, em uma tensão permanente entre o particular e o geral, entre o sujeito e a sociedade.

Posto isso, a alteridade que existe em mim mesmo, assinalado por Freud no “O Estranho” (1919), como sendo o inconsciente, é também localizada no Outro, até porque, repetindo a citação de Lacan, o “inconsciente é o discurso do Outro”. O totalitarismo, fundamentando-se na ciência moderna, tenta apagar essa alteridade que me é “êxtima”, oferecendo-me, na figura do chefe ou na palavra de ordem, o semblante de completude que tampona minha falta estrutural. E, tendo sucesso nesse seu objetivo, e a agressividade, que é da ordem da pulsão de morte, que até então era dirigida contra mim mesmo, o que foi feito dela?

¹⁸ “Fragmento de uma Teoria do Criminoso”. In: **Dialética do Esclarecimento**, p. 213.

Esse sentimento de estranheza em relação ao outro e que facilmente se transforma em ódio, já foi pontuado neste texto que diz respeito a cada um de nós. Esse sentimento é da ordem do gozo, do gozo mortífero, uma vez que está “para além do princípio do prazer”, ou seja, está calcado na pulsão de morte. Esse argumento baseia-se em Jacques Lacan, quando, no “Seminário 17 – O Averso da Psicanálise” (1969-1970), é peremptório na assertiva de que a “compulsão à repetição” é o gozo, e o que se inscreve na “dialética do gozo” é o que se dirige contra a vida, ou seja, é da dimensão da pulsão de morte. Retornaremos ao tema quando tratarmos da “Ética da Psicanálise”, no sexto capítulo.

Já mencionamos que o apelo do Mestre pode abolir a lei que sustenta a ética da cidade, e que, uma vez abolida essa lei, o outro pode se tornar objeto de gozo, de um gozo sádico. Creio ser pertinente a referência a Alexandre Kojève, autor particularmente caro a J. Lacan: “somente ao ser reconhecido por outros seres humanos é que o Ser humano é realmente humano, tanto para ele quanto para os outros” (KOJÈVE, 2005, p.15).

Na leitura de Kojève da dialética hegeliana do senhor e do escravo, este, não sendo reconhecido como “consciência-de-si” pelo senhor, fica automaticamente excluído do gênero humano. Em sendo assim, a Lei perde vigência e o outro, o escravo, pode ser meu objeto de gozo. Quer dizer, no confronto entre os dois homens que buscam reconhecimento, um sairá vencedor, senhor; o outro, vencido, escravo. Apenas “o vencedor será reconhecido, mas não reconhecerá aquele que o reconhece” (KOJÈVE, 2005, p. 16).

O Mestre totalitário claramente dirige parte dessa agressividade contra o estranho, que se transforma em estrangeiro. E mais, institui uma ética na qual não só é permitido como desejado que o outro sofra. Com isso, o gozo do outro passa a ser mostrado como sendo o meu privador. Para Philippe Julien: “o ódio social nasce dessa suposição de um saber sobre o gozo do Outro”. (1998, p. 45) O outro pode, portanto, nos ser ameaçador; ameaça essa que respondemos com a segregação e a violência física. Se, “para o racista”, nos alertou Koltai, “é impossível reconhecer outras formas de gozo que não a própria” (1998, p. 109), o que fazer com as outras formas senão exterminá-las?

Concluindo, na ideologia da guerra fria, o comunista condensava todos os males possíveis e impossíveis: sua reificação se deu no melhor exemplo da identificação negativa descrita por Freud. Seu papel foi fundamental nessa fantasia ideológica, pois deu concretude à impossibilidade de uma sociedade harmônica e perfeita. Ou, nos termos em que Žižek se refere aos judeus durante o nazismo: “a negatividade social assume uma existência positiva” (1992, p. 124). Ao hiperbolizar a maldade do inimigo, do estrangeiro, no caso o comunista, a DSN cumpriu muito bem o papel acima descrito de fantasia ideológica. Concordando com C.

Dunker, podemos dizer que “a fantasia administra o conflito ao localizar sua causa em uma alteridade ideologicamente como um objeto: os negros, os imigrantes, os judeus etc.” A essa lista de “estranhos”, acrescentamos o comunista, de forma que a sua instrumentalização bem-sucedida pelo regime e pela DSN, potencializou os sentimentos discriminatórios em relação a eles e os opositores de modo geral. Por estarem fora da Lei, foi possível fazer com eles algo da ordem do fora da lei.

4.3 À Guisa de Conclusão

E o Bacuri?

No imaginário militar, a deserção era equivalente à traição, e a vingança assumia conotações pessoais. Ela era especialmente malvista porque, dentre outros motivos, quebrava a lógica psíquica da identificação, que fazia com que cada sujeito se considerasse “irmão em armas”, e punha em cheque a estrutura simbólica do discurso do grande Outro que, nesse caso, eram as Forças Armadas e todo seu esforço doutrinário. E o sarcasmo e as provocações de Bacuri punham os militares face a face com o Real sinistro da sua própria violência; e o sinistro, o “Unheimlich”, deve ser banido, expatriado a todo custo.

Por isso tudo, o “Joker” da revolução, como era conhecido pelos companheiros, só poderia ter despertado a ira dos “tubarões da repressão”. Resultado: seu corpo despedaçado. Além disso, é essa mesma lógica, a da identificação, que explica o fato de ele ter sido preso pelo DEOPS paulista em plena capital fluminense, ou seja, completamente fora de sua jurisdição, mas que contou com o apoio de investigadores cariocas da famigerada “Scuderie Le Coq”,¹⁹ e tenha sido “emprestado” para as demais agências repressivas. Entre elas, havia um espírito de competitividade: todas queriam se mostrar a mais eficiente.²⁰ Por isso, com alguma frequência, uma certa animosidade surgia quando alguma agência “furava” a linha de investigação da outra.²¹ Mas essa competitividade cedia lugar diante da causa maior, ou seja, a derrota do comunismo e a eliminação dos criminosos terroristas.

¹⁹ Foi criada após a morte, em confronto com criminosos comuns, do investigador carioca Le Coq. Era o nome dado ao Esquadrão da Morte carioca. Em São Paulo, o delegado Fleury e vários dos seus investigadores foram indiciados num processo movido pelo Ministério Público, tendo à frente o procurador Hélio Bicudo, acusados de pertencerem ao Esquadrão da Morte.

²⁰ Empresários que financiavam a repressão pagavam prêmios aos policiais a cada operação bem-sucedida.

²¹ Caso exemplar foi o de “Mário Japa”, codinome de Shizuo Ozawa, guerrilheiro da VPR. Preso na noite de 28 de fevereiro de 1970 pelo DEOPS-SP, após capotamento de seu automóvel, numa avenida de São Paulo, carregado de armas e documentos da organização. Requisitado pela OBAN devido à suspeita de saber do paradeiro de Lamarca, só entregue pelo delegado após uma patrulha do Exército, fortemente armada, invadir o DEOPS e ameaçar retirá-lo à força.

Creio valer a pena, aqui, retomarmos ao “Operários da Violência” (HUGGINS, 2006). Os autores concluíram que “as pesquisas negam que os perpetradores, na sua grande maioria, tenham algum tipo de sociopatologia” (p. 258). Esses policiais, portanto, ainda na conclusão dos autores, estavam submetidos a “poderosas forças situacionais que afrouxam os modos habituais de funcionamento moral” (o grifo é nosso, p. 258).

Perguntamo-nos quais seriam essas “poderosas forças situacionais”? Estariam os autores falando das identificações e da inércia do laço social? E, qual o “padrão habitual de funcionamento moral”?

Todo o processo de treinamento acima descrito, bem como a sustentação ideológico-doutrinária realizada pelo regime das mais diversas formas, das quais enfatizamos aquela que privilegia o discurso da figura superegoica por excelência do regime, ou seja, do general presidente, tinham como objetivo derradeiro a “internalização” desse modelo de superego. Esse, por sua vez, tem dupla característica, tal como descritas por Freud no “O eu e o isso” (1923). Ele é a instância repressora, a “culpa”, equivalendo aqui à internalização da lei, que cumpre evitar o parricídio e, ao mesmo tempo, a dimensão gozosa.

O supereu, resultado da identificação com a Lei, isto é, com a função paterna, é hiperbolizado na psicologia de grupo dos militares. Os treinamentos, trotes, ordem unida, ao massificarem o sujeito, dessubjetivando-o, empobrecem seu ego. Essa condição egoica é indispensável à formação das massas e a assunção do líder. Citando José Crochik, Ramos observou que, no mundo administrado e dos “mass media, as competições esportivas, as brigas de torcidas, surras de lutadores fortalecem o masoquismo e o sadismo, fazendo com que o espectador se identifique com o agressor”. (2004, p.152) Com os trotes, acreditamos ocorrer processo análogo: o “bicho”, o alvo de humilhações e violências se identifica com o veterano, pois sabe que no ano seguinte ele será o humilhador. O trote é, pois, um significante importante na cultura militar; seu deslizamento é o que permite sua prevalência. Para Marcuse, citado também por Ramos, “a crueldade reprimida leva ao terror sádico e à submissão masoquista; ao prazer na humilhação dos outros e na própria humilhação”. (2004, 189) Nesse sentido, são emblemáticas as palavras do general José Luiz Coelho Netto, subcomandante do CIEEx durante o governo Médici: “Não era hábito [...] matar ninguém, nem fazer tortura [...] Não era hábito. Bom, dar uns encontrões ou uns cascudos [...] Mas isso não é tortura. Tortura é outra coisa. Nunca houve tortura” (D’ARAUJO, 1994, p. 238).

Estaríamos assistindo a mais uma manifestação da longuíssima “história da dominação do corpo por meio do recalçamento dos destinos dos instintos e das paixões humanas”? (RAMOS, 2004, p. 131)

O resultado de todo esse processo de treinamento, nos militares seria:

a vida atrofiada e expropriada ao longo dessa história de dominação do corpo tornou-se o objeto privilegiado da hostilidade de tais agentes da destruição (o assassino, o homicida etc.). Tal como numa relação paranoica e hostil, é pelo homicídio que dominam seu objeto de amor (RAMOS, 2004, p. 134).

Reiterando Ramos, podemos citar Rozitchner (1989). Segundo ele, Freud, percebeu que “dentro do campo chamado subjetivo persistem [...] categorias presentes na ordem repressiva social”. (1989, p. 19) Para ele, tanto quanto para Ramos, esse é o resultado de um processo histórico de “domesticação da subjetividade”, pois se descobriu que ela poderia ser o “lugar da dominação exterior”. (1989, p.17-18) Ainda conforme Rozitchner, não é à toa que “muitas das explicações que Freud desenvolveu se baseiam em modelos das instituições repressivas sociais: a polícia, os militares, a religião, a economia, a família” (1989, p.19). Essa dominação reprime o nosso próprio poder, o do corpo e cuja consequência é que ele “só sentirá, pensará e trabalhará seguindo as linhas que a repressão, a censura e a instância crítica lhe impôs [...]” (1989 p. 30).

Freud descobriu que a repressão não está somente no Estado etc., mas deve ser buscada “na forma como está organizada nossa subjetividade” (1989, p.31). Na identificação com o chefe, “cada um dos indivíduos encontra fora o ‘objeto exterior’ adequado ao seu desejo porque esse objeto exterior, general ou Cristo, reproduz e ratifica fora uma forma de dominação que está presente em cada um como ideal de ego: aquilo extremamente valioso ao qual aspira como realização o meu ser” (1989, p.54).

Textualmente, no “Psicologia as Massas” (1921), Freud afirmou ocorrer muitas vezes que o homem, insatisfeito com seu ego, encontra satisfação no ideal de ego, que se diferenciou do ego. (1921, p.138) E pior, essa satisfação com o autoempobrecimento é da ordem do gozo e revela estar na matriz de laços sociais perversos, como vemos no capítulo a seguir.

5 Os Laços Sociais da Ditadura

Neste capítulo, procuramos expor a idéia de que os militares, ao longo do Regime Pós-64, estabeleceram um tipo de laço social calcado nos moldes, ora do discurso do Mestre, ora do Universitário. Em seguida, veremos como os sujeitos sustentavam esses laços, do ponto de vista da economia do gozo, possibilitando inclusive práticas como a da tortura. Nesse trajeto, recorreremos inicialmente ao “Seminário 17 — o avesso da psicanálise” (1969-1970), em que Jacques Lacan expôs a teoria dos quatro discursos, para em seguida nos apoiarmos nas teses de Contardo Calligaris (1986 e 1990) acerca do laço social.

5.1 A Ditadura na Teoria dos Quatro Discursos

A noção lacaniana de discurso, dentre outros aspectos, visa a explicar os tipos de liames sociais que os sujeitos da contemporaneidade estabelecem entre si. São, pois, formas de “laços sociais”, definidas estruturalmente por Jacques Lacan no “Seminário 17: o avesso da psicanálise”, de 1969/1970.

Partindo da Linguística, Jacques Lacan postulou não haver realidade pré-discursiva, ou seja, a marca fundante do sujeito lacaniano é dada pela sua imersão na linguagem, pelo assujeitamento do pequeno *infant* ao simbólico, à cadeia significante que lhe foi imposta pelo e desde o nascimento. Uma vez atravessado pela linguagem, doravante, todas as ligações sociais que esse sujeito vier a pretender estabelecer serão, necessariamente, de natureza discursiva.

Mas a linguagem não pode tudo dizer, há sempre um resto do sujeito que sobra. E esse resto é justamente a verdade sobre o seu desejo, verdade essa eternamente perseguida, mas eternamente fugidia. Isso ocorre exatamente porque o advento do simbólico em cada sujeito representa sua introdução na cultura, separando-o definitivamente da “das Ding”, do objeto causa do desejo. Assim, todo sujeito humano já nasce com a alienação e a impossibilidade estrutural da completude como destino, apesar de perpetuamente buscada. Temos então o “sujeito barrado”, o \$ lacaniano: a barra representando a linguagem, o recalque primitivo, que representa a perda para sempre do “objeto *a*”. Assim, o sujeito estará sempre se remetendo a esse objeto absoluto, indizível e inatingível. Estará no campo do gozo. Portanto, os discursos são, também, formas de aparelhamento do gozo, uma vez que todo laço social implica numa posição gozosa frente ao Outro.

Lacan propôs quatro discursos essenciais, quatro modos de aparelhamento do gozo: o Discurso do Mestre, da Histórica, do Analista e do Universitário. Ainda esboçou a existência de um quinto discurso, o do Capitalista, que difere dos demais, dentre outros aspectos, por não fazer laço social.¹ Os discursos representam as posições do sujeito frente ao próprio gozo e ao seu Outro e dizem respeito a um único e mesmo sujeito. Isso porque, uma vez que cada sujeito tem o seu próprio grande Outro, não há como existir, portanto, relações intersubjetivas. Mas, evidentemente, se o discurso faz laço social, é porque sua estrutura inclui “os efeitos que possam ocorrer ao outro, a quem se dirige”. (MEGALE, p. 216) Além do mais, os discursos não têm a menor relação com o conteúdo formal da fala, podendo inclusive prescindir dela. E os sujeitos podem posicionar-se alternadamente em qualquer um deles, ao sabor de circunstâncias subjetivas.

Para Lacan, o discurso freudiano está muito próximo do Real, tentando, pois, dizer o indizível. Por isso, com a finalidade de evitar os deslizamentos no uso das suas noções analíticas, Lacan foi progressivamente incorporando os matemas, que em grego significa “conhecimento”, ao seu ensino.² Daí, o uso cada vez mais frequente de letras, fórmulas e figuras topográficas. No “Seminário 20, Mais, ainda”, Lacan explicitou claramente seu objetivo: “a formalização matemática é nosso fim, nosso ideal. Por quê? Por que só ela é matema, quer dizer, capaz de transmitir integralmente”. (apud JORGE, p. 21) Mas, lembremo-nos de que os seus matemas são, antes, formas de “mostração” e não de “demonstração”, como a matemática tradicional. Eles são, enfim, modos de escrever aquilo que não se pode dizer.

A Teoria dos Quatro Discursos não escapou desse processo, por isso, os discursos foram expressos na forma de uma combinatória de quatro letras. As letras são: S1, o significante-mestre; S2, a cadeia significante; *a*, o objeto causa do desejo; e, \$, o sujeito barrado. Elas se combinam na forma de “quadrípedes”, que giram da esquerda para a direita num quarto de volta, formando as equações abaixo:

Discurso do Mestre	Discurso do Universitário
$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$	$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$
Discurso da Histórica	Discurso do Analista
$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$	$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$

¹ O Discurso do Capitalista, sem que dele se expusesse, o seu matema foi apenas referenciado no “Seminário 17”, tendo surgido como resultado do Discurso do Mestre “em sua curiosa copulação com a ciência”. (1969-1970, p. 103) Foi somente numa conferência em 1972 que Lacan apresentou sua fórmula, da qual se ressalta o fato de que ela se difere daquela do Discurso do Mestre apenas pela inversão dos elementos S1 e \$ no campo do agente, e pelas setas apontando para a impossibilidade dos laços sociais.

² Podemos falar em “conceitos lacanianos” sem incorrer no risco de levar o leitor a confundir a Psicanálise com a ciência do positivismo? Cremos que não, pois os conceitos são generalizações indutivas, ao passo que a Psicanálise opera a partir da singularidade.

E, as quatro posições correspondem às seguintes funções na estrutura do discurso, frisando que a posição da qual emana o discurso, em cima e à esquerda, é chamada de “dominante”:

Agente → Outro
Verdade Produção

O sujeito é portador de um saber inconsciente, a cadeia significante S2, que emerge na forma de sintomas, nos sonhos, atos falhos e nos chistes. Entre o significante-mestre, S1, e o restante da cadeia, S2, há a barra da linguagem, que atravessa irreversivelmente o sujeito, fazendo com que a sua verdade se perca para sempre. É por isso que Lacan define o “sujeito como o que representa um significante para outro significante”. Isso equivale dizer que há algo não dizível, pois a linguagem, como já mencionamos, não pode “falar” tudo, uma vez que alguma coisa se perdeu. Esse indizível, o que foi perdido, é o “objeto *a*”. O *a* retorna sempre, movido pelo automatismo da repetição, e impulsiona o sujeito na busca de seu desejo e norteia o seu gozo.

O Discurso do Mestre ocupa o lugar de prevalência na estrutura dos quatro discursos, pois é dele que emanam todos os demais. Isso porque, na posição dominante desse discurso — acima e à esquerda —, temos o S1, o significante-mestre, que é um significante externo e de onde parte o discurso. Lembrando que o discurso é sempre do Outro. Portanto, pode-se concluir que todo sujeito, ao humanizar-se, o fez pelo Discurso do Mestre.

Nessa posição discursiva, que corresponde à castração, à Lei, o agente — Mestre, S1 — se dirige a um escravo, o S2. Este, como vimos, corresponde à cadeia significante, ao saber. O Mestre visa, então, ao saber do escravo, aliás, o “saber-fazer”, pois o que ele objetiva não é propriamente o saber, mas a produção: ele quer que o escravo trabalhe. Por isso, no nível inferior, à direita, no lugar da produção, o que encontramos é o objeto “*a*”. Ou seja, camuflado sob a barra, está o “mais-de-gozar”: o Mestre objetiva, pois, se apropriar do gozo do Outro. Curiosamente, o gozo do senhor é o gozo do escravo. E isso o senhor não sabe, pois essa verdade, que o anima, está oculto no canto inferior esquerdo, recalcado.

Realizando um quarto de giro, no sentido horário, teremos o Discurso da Histórica. Com efeito, na posição dominante encontramos exatamente o \$, o sujeito barrado. Esse, ou essa — a histórica — remete-se ao um senhor, interrogando-o sobre o seu próprio desejo. Assim, a histórica, movida pelo desejo, pois abaixo de si está o “*a*”, interpela a um sujeito suposto saber. “Suposto saber” porque ela acredita que é ele quem tem o saber sobre si própria. A produção, a letrinha inferior direita, nesse discurso, é o S2. Portanto, o discurso que produz

saber, é o da histérica — daí Lacan ter mencionado que o “saber é meio de gozo” (1969-1970, p. 33).

Sabendo que o sintoma pode inquietar o sujeito, pode levá-lo a interrogar-se sobre o seu desejo, então é ele quem ocupa a posição dominante nesse discurso. Lembramos que, para Lacan, “eu”, o \$, “é um sintoma”. Por isso, para o sujeito entrar em análise, é preciso “histerizar” seu discurso. E, por extensão, todo reposicionamento subjetivo passa, necessariamente, pela interrogação, pela inquietação, ou seja, pela “histérica”.

Finalmente, no quarto de giro que encerra a volta, encontramos o Discurso Universitário. Nele, o campo do agente é ocupado apenas por significantes: na posição dominante temos o saber, o S2, mas que é movido pelo Mestre, S1, situado no andar de baixo, no lugar da verdade. O sujeito está fora do campo do agente.

Para Lacan, esse discurso está aparentado ao do Mestre, aliás, equivale ao mestre moderno, que se apropriou do saber do escravo e o pôs a serviço sob seu mando. Por isso, Lacan o associou, não apenas à ciência positivista, como também, à burocracia.

5.1.1 A Ditadura na posição do Mestre

Vários são os momentos em que os militares se arvoraram na condição de serem o baluarte moral da Nação, e que, portanto, a “Revolução de 1964” era uma ação “redentora”. E, além disso, consideravam-se responsáveis pela tutela de toda a sociedade, fragilizada pela ação dos comunistas infiltrados e, portanto, à mercê dessa “ideologia exótica”. Infantilizada, incapaz de gerir a si própria, a sociedade brasileira necessitava de um guardião, um “pai severo, mas protetor”. A posição do Mestre equivale, pois à da Lei, naquele sobre o qual recai o reconhecimento da autoridade. Por isso os militares, em várias ocasiões, colocavam-se nessa posição. E, ao fazerem isso, esperavam que o outro, o cidadão, desejasse seu gozo, pois tal como o pai da horda, supunha que a sua lei fosse a primordial e o seu gozo, puro (LACAN, 1963; 2005, p.75).

Vejamos três exemplos que, acreditamos, ilustram o que acabamos de dizer.

Dulce Maia militava na VPR quando foi presa pelo DEOPS paulista em 26 de janeiro de 1969. Depois de meses mantida incomunicável, sendo frequentemente torturada, finalmente foi transferida para o extinto presídio Tiradentes. Para os presos políticos, essa simples transferência representava a possibilidade de retorno à vida: estar no Tiradentes correspondia ao início da fase legal do processo contra o preso. Em termos práticos, isso significava que o preso voltava a ter estatuto jurídico, estando, portanto, coberto por alguns (poucos) direitos,

como poder constituir advogado, receber visitas etc. Além disso, diminuía bastante a probabilidade de ser novamente torturado.

O extinto, já na época, antigo presídio Tiradentes, localizava-se na avenida paulistana de mesmo nome, em frente ao Batalhão “Tobias de Aguiar” (ROTA), da PM de São Paulo. O DEOPS, por sua vez, situava-se no Largo General Osório, portanto, a poucas centenas de metros do principal presídio político da capital paulista. O aparato armado para assegurar a transferência da combalida “terrorista” é digno de nota. Vejamos o relato da própria Dulce:

[...] foi montado um forte e espalhafatoso esquema. Um aparato bélico e uma escolta que mais pareciam destinados a transportar um destacamento inimigo preso para uma cidade a milhas de distância. Enfim, havia algo de paradoxal e muito ridículo: todo aquele aparato de homens armados até os dentes, homens grandes, fortes, de ombros largos, de capacetes, revólveres, pistolas, fuzis, metralhadoras — e a ajuda de alguns cães pastores — cercando a entrada do DEOPS, aguardando a saída da “terrorista”. A porta se abre e, de repente, sai aquele fiapo de gente, quase apenas pele e osso, pálida pelos meses sem sol, e com os braços algemados para trás. Era eu (FREIRE, p. 99).

No “Seminário 17 — O avesso da psicanálise”, Lacan propôs que a posição dominante no discurso do Mestre, S1, pode ser ocupada pela “lei” — e que esta “lei” não deve ser confundida com a justiça, posto haver “mil maneiras de fazer leis”. (1969-1970, p. 41) A truculência dessa simples transferência, para além do efeito propagandístico, com alcances simbólicos e imaginários, visava a reforçar a posição de Senhor: eu tenho a lei, eu tudo posso. Foi mais uma das inúmeras manifestações tipicamente fálicas do seu poderio de Mestre, e também elemento da economia do gozo dos militares na sua montagem perversa. Essas manifestações se repetiam sintomaticamente.

Vejamos outro exemplo.

Entre agosto de 1966 e abril de 1967, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), de orientação brizolista, tentou implantar um foco guerrilheiro na região da Serra do Caparaó, divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Fragilizado pela falta de coordenação com a retaguarda cidadina da organização, que não providenciava adequadamente os suprimentos necessários para a manutenção do foco, o grupo de pouco mais de uma dezena de combatentes logo foi localizado pela Polícia Militar do Espírito Santo. A falta de apoio da população local foi igualmente decisiva para o retumbante fracasso da experiência.

Quando foram presos, todos estavam muito debilitados, alguns até doentes, pelas semanas de total isolamento nas montanhas. Divididos, um grupo dos guerrilheiros foi rapidamente levados para Juiz de Fora, cidade que abrigava diversas guarnições do Exército. Mantidos no Presídio Estadual de Linhares, em celas individuais, eram continuamente interrogados pelos oficiais do Exército. Dentre os presos estava Milton Soares de Castro, um jovem operá-

rio gaúcho, de 26 anos, que havia aderido ao movimento por simpatias a Leonel Brizola. Foi encontrado morto na sua cela no presídio, na manhã de vinte e oito de abril de 1967. O atestado de óbito trouxe como *causa mortis*: “asfixia por enforcamento”.

Anos depois, o jornalista Gilson Rebello (1980), na sua longa pesquisa tentando reconstituir os passos da guerrilha do Caparaó, finalmente conseguiu uma entrevista com o major Ralph Grunewald Filho, oficial responsável pelo interrogatório de Milton, na véspera da sua morte. Vejamos o que ele disse ao jornalista:

Olha, para falar a verdade, acho que sou realmente culpado pela morte de Milton, porque fiz com que ele perdesse completamente o controle emocional com a pressão psicológica que sofreu durante o interrogatório a que foi submetido e cometeu o suicídio (REBELLO, p. 138).

O militar estava se referindo às torturas psicológicas, que geralmente acompanhavam as torturas físicas. Elas consistiam no uso de sons estridentes, luzes ofuscantes, ameaças de todos os tipos e, eventualmente, até mesmo a introdução de insetos ou outros animais na cela. No caso de Milton, o major Ralph admitiu ter utilizado “luzes acendendo e apagando” e ter criado uma atmosfera no interrogatório capaz de “levar qualquer um à loucura” (REBELLO, p. 138).

Os seminários de Kojève, que Lacan acompanhou nos anos trinta marcaram, profunda e definitivamente seu pensamento. Prova disso é a teoria dos quatro discursos, trazida a público trinta anos após as aulas de Kojève, no “Seminário 17: o avesso da psicanálise”, de 1969-1970. Na leitura kojéviana da “Fenomenologia do Espírito”, de Hegel, o senhor ocupa essa posição por ter suplantado o escravo numa luta por reconhecimento. O vencido, o escravo, reconheceu ao vencedor como senhor; e, como derrotado, não existe para si, mas somente para o senhor.

O senhor, por sua vez, usufrui o trabalho do escravo. Aliás, “graças ao trabalho do outro” – do escravo – “o senhor é livre e se satisfaz” (KOJÈVE, p. 22). Essa é a essência do discurso do Mestre. O outro é pura produção, mero trabalho; não é reconhecido como consciência, não passa de um “objeto-coisa”. (KOJÈVE, p. 24) Todavia —ressalva importante — o saber-fazer está com ele e não, com o senhor.

Ironias da dialética: o “senhor lutou para ser reconhecido por algo a quem ele não reconhece a humanidade”; a reificação do escravo pelo senhor impede que este o reconheça na sua humanidade. Logo, o senhor lutou e venceu pelo desejo de ser reconhecido por uma outra consciência-de-si. Mas esse desejo não se satisfaz, pois quem o reconhece não é reconhecido como uma consciência-de-si, pois não passa de um escravo. Por isso, Lacan irá afirmar que o senhor quer sempre mais e mais, que ele quer se apropriar da produção do escravo, o seu

“mais-de-gozar”. É o automatismo da repetição, inaugurado pelo advento do S1, ou seja, do significante-mestre.

No discurso do Mestre, o gozo está no campo do outro, debaixo da barra do S2, resultado da produção deste. Evidentemente, uma ditadura se estabelece porque há um controle do gozo do outro, ou melhor, há presunção da parte do Mestre, do saber do gozo do outro que, na estrutura discursiva, está na posição do escravo. O objetivo do Mestre, citando Megale, “é dominar todo o saber, para que dele nada escape” (p. 252). Eram frequente os interrogatórios se prolongarem mesmo após terem sido colhidas as informações mais prementes para a continuidade da operação policial. Nesses casos, não raros, os militares pressupunham que o preso detinha mais alguma informação e, por isso, continuavam a torturá-lo.

O major Ralph é ilustrativo desse posicionamento do Mestre de expropriar todo o saber. Milton já havia sido interrogado diversas vezes e seus depoimentos confrontados com os dos colegas com os quais, inclusive, tinha sido acareado. O que ele teria ainda a dizer? Não o sabemos, tampouco o major Ralph, pois o saber, o S2, pertence a ele, o escravo. É por isso que o mestre está preso ao escravo. Ou seja, dialeticamente, só há mestre porque há sua antítese, o escravo. Mas o Mestre não goza propriamente com o saber, ele goza com a montagem. O Mestre, o “verdadeiro senhor não deseja saber absolutamente nada — ele deseja que as coisas andem. E por que haveria ele de querer saber? Há coisas mais divertidas”. (LACAN, 1969-1970; 1992, p. 21) A tortura, nesse caso, se consistia numa forma de apropriação ou apagamento do saber suposto do outro.

A ditadura militar brasileira, por pretender-se lei única, absoluta, cujo simulacro de democracia servia para evidenciar o caráter autoritário do Regime, recalcava com o arbítrio a natureza conflitiva de classes, típica das sociedades de economia capitalista. No entanto, ela viu o conflito retornar do Real na violência da tortura e da luta armada: a pulsão de morte presidindo o gozo mortífero das montagens perversas das quais nos falou Calligaris. Se, o retorno do reprimido é da ordem do sintomático, então, a guerrilha e as demais formas de resistência à ditadura, bem como a própria tortura, podem ser lidos como manifestações sintomáticas, como “sintomas sociais”. Retornamos com mais vagar a essa questão no capítulo sete.

Mas, se o Mestre quer a mais cega obediência, ele próprio é igualmente cego em relação ao objeto-causa do seu desejo, ignorando totalmente a verdade que o anima. Conforme Lacan, “em seu ponto de partida fundamental, o discurso do Mestre exclui a fantasia. E é isso exatamente o que faz dele, em seu fundamento, totalmente cego”. (LACAN, p. 101) Ora, não seria a ignorância quanto ao próprio desejo justamente uma das causas do mal-estar que aco-

mete as civilizações? Efetivamente, quanto mal-estar não causou a ditadura a importantes parcelas da sociedade brasileira?

Por fim, nosso terceiro exemplo.

No dia quatro de setembro de 1969, um comando do MR-8 e da ALN,³ numa ação ousada sequestrou o embaixador norte-americano Charles Elbrick. O resgate era a libertação de quinze presos políticos, que deveriam ser levados ao México, além da leitura, em cadeia nacional de rádio e televisão de um manifesto das organizações, denunciando a ditadura e a ocorrência da tortura. Constava da lista o jornalista Flávio Tavares, preso em agosto de 1969, pela acusação pertencer a um grupo armado de inspiração brizolista, que tentava criar um foco guerrilheiro na região do Triângulo Mineiro. Estava no famigerado PIC, da PE do Rio, onde o tratamento dado aos presos políticos, sabidamente, não era muito cortês.

Os militares se dividiram. Os grupos mais radicais defendiam o não atendimento das exigências dos sequestradores e o enforcamento em praça pública dos presos da lista. Outros, um pouco menos radicais, ponderavam sobre as relações internacionais brasileiras, as relações bilaterais com os Estados Unidos, que exigiam a libertação do seu diplomata, a imagem do País etc. Para sorte dos quinze presos e do embaixador, prevaleceram os favoráveis à libertação.

No dia seis de setembro, os presos embarcaram numa aeronave Hércules, da FAB, rumo ao México. O embaixador, por sua vez, somente foi libertado quando as agências noticiosas divulgaram fotos do desembarque dos ex-presos na capital mexicana, fato ocorrido em sete de setembro de 1969.

Mesmo em pleno voo, a tortura psicológica não deixou de ser praticada. Flávio Tavares era especialmente odiado pelos militares, pois pairava sobre ele a suspeita de ter arquitetado um atentado, não realizado, contra o general Costa e Silva, ícone da “linha dura”, e segundo presidente militar. O oficial responsável pela escolta dos presos no voo, sentado ao seu lado no gigantesco avião, não se intimidou com sua iminente libertação e sussurrou em seu ouvido: “Daqui a pouco, abro essa porta e te jogo lá pra baixo e você cai em parafuso” (TAVARES, p. 20).

Pura bravata. Depois de algumas horas, o avião aterrizou em solo mexicano e todos desembarcaram ilesos. Mas a ameaça não foi de toda infundada, pois corria boato de que a FAB estava utilizando seus helicópteros de salvamento marítimo para atirar os presos políticos em alto-mar.

³ MR-8, Movimento Revolucionário Oito de Outubro, e ALN, Aliança Libertadora Nacional. Foram duas organizações de esquerda que pegaram em armas contra a ditadura.

Ao pronunciar a ameaça, que Flávio, assim como os demais presos, não sabia ser impraticável, pois o nível de informações que tinham sobre o que lhes estava ocorrendo era baixíssimo, o militar certamente desejava provocar-lhe pânico e, com isso, aceder ao seu gozo mortífero. Nesses termos, concordamos com a proposição de Ramos, quando ele afirma que o conceito lacaniano de gozo, “revela no particular uma autoridade e moral perversa, ou seja, potencialmente destrutivas” (2004, p. 8).

O que pretendia o oficial ao proferir as ameaças ao preso, prestes a ser libertado em solo estrangeiro e sob os holofotes da imprensa do mundo todo, e do qual, portanto, não poderia extrair mais nenhuma informação?

A objetividade e o pragmatismo dos interrogatórios caminhavam de mãos dadas com as veleidades mórbidas de muitos torturadores. Aliás é, para nós, bastante difícil distinguir onde se encerrava um e iniciava-se o outro, uma vez que a abjeção e a vileza são condições *sine qua non* da tortura. O limite entre o pertencimento a um laço social perverso e a eventual ocorrência de um policial possuir estrutura psíquica perversa, talvez só consiga ser estabelecida no plano teórico, no âmbito de uma pesquisa acadêmica.

No Discurso do Mestre, o outro, então, coisificado, traz como produção um mais-de-gozar, o “a”. Esse, por sua vez, é ignorado, pois está sob a barra do recalque, mas diz respeito ao controle do agente sobre o corpo do outro. Efetivamente, a tortura implica a reificação do outro; o outro é alçado a condição de mero corpo, de mero objeto. E essa coisificação do preso produzia gozo, fosse ele obtido no pertencimento à montagem, ou fosse ele um gozo sádico. Ou ambos.

Como vemos, a posição estrutural do Mestre, conforme proposta por Lacan, pode nos auxiliar a compreender laços associativos em que predominam o autoritarismo em diferentes contextos sócio-históricos, a exemplo da ditadura militar brasileira.

5.1.2 A “Doutrina de Segurança Nacional” e o Discurso Universitário

O final do século XIX e início do XX, em escala global, foi marcado por uma série de transformações. Lilia Schwarcz e Ângela Costa (2000) descreveram muito bem esse processo. A lado da “febre novidadeira” da *belle époque* — eletricidade, telégrafo, automóvel, cinema, rádio etc. —, assistia-se ao fortalecimento de projetos político-sociais revolucionários. Dúvidas existenciais surgiam e tomavam a muitos de assalto. Essas dúvidas podem ser ilustradas, no campo artístico, pelo quadro “O Grito” (1893), de Edvard Munch, e, no campo científico, pela Psicanálise, que destronou o ego autocentrado e confiante do indivíduo burguês, erigindo

em seu lugar, uma entidade que se manifesta na forma de chistes, atos falhos, sonhos e sintomas psíquicos, o inconsciente.

No Brasil, o cenário não era muito diferente. As mudanças ocorriam à velocidade de locomotiva. A secular ordem escravocrata era questionada, e o Imperador corria o risco de perder o trono.

Vivíamos “no tempo das incertezas”. O Mestre, aquele Mestre antigo, estava sendo interpelado pelas históricas. Desestabilizado, o Mestre foi lentamente basculando sua posição para o lado do S2, para o lado do saber. E, assim, o Discurso Universitário, paulatinamente, tornou-se o Mestre moderno, lembrando que esse saber outrora pertencia ao escravo, mas fora apropriado pelo Senhor.

Em relação dialética com as transformações vividas pela outrora estável sociedade escravocrata brasileira,⁴ um discurso científico-autoritário, marcadamente influenciado pela sociologia positivista, passou a ser elaborado por setores das nossas elites. O conjunto de obras dos pensadores autoritários brasileiros, iniciado por Sílvio Romero, trouxe consigo a marca do Discurso Universitário. Nesse discurso, a posição dominante é ocupada pelo S2, logo, o agente é o saber. Contudo, esse saber se apresenta como não sendo produzido por nenhum sujeito particular: basta observar que no matema do Discurso Universitário, as letras relativas ao sujeito (“a” e \$) estão no campo do outro, do lado direito. É, portanto, um saber sem sujeito, desumanizado.

Na impossibilidade cada vez maior, na contemporaneidade, de o discurso do Mestre se estabelecer sem que a verdade que o anima transpareça, o discurso Universitário vem em seu auxílio. (LACAN, 1969-1970; 1992, p. 21) Escorado no saber científico, que se autointitula universal e acima dos interesses de classes ou grupos sociais, o Discurso Universitário considera-se “dono do Saber”, colocando o outro na posição de ignorante absoluto e, tendo como produto um sujeito barrado, cujo acesso à verdade (S1) está bastante limitado. Para Lacan, o discurso Universitário é, portanto, “uma espécie de mestre moderno”, ao afirmar que o S2, enquanto “tudo saber”, é o que “se chama, na linguagem corrente, burocracia” (LACAN, 1969-1970; 1992, p. 29).

A Escola Superior de Guerra, desde meados dos anos cinquenta, como vimos, passou a produzir um tipo de conhecimento, herdeiro da tradição do pensamento autoritário brasileiro, e que se pretendia hegemônico: a “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”, co-

⁴ Estabilidade não é sinônimo de equidade. Do ponto de vista estrutural, a sociedade brasileira praticamente não viu alterações desde o século XVI, contudo, esse equilíbrio era mantido pela força do látego no lombo do escravo.

nhecida como DSN. Formada como um mosaico de elementos das mais diferentes ciências, como a economia, a sociologia positivista, a geopolítica etc., ela procurou dar aspecto científico a uma visão de mundo cuja raiz é elitista e autoritária.⁵ Sua importância, dentre outros motivos, está no fato de ela ter sido o referencial teórico para inúmeras ações dos governos militares ao longo de toda a ditadura. E, dentre outras propostas da DSN que foram intensamente utilizadas pelos sucessivos governos militares, podemos encontrar o uso de medidas técnicas na solução de problemas da administração pública, isso em detrimento de soluções politicamente negociadas através de diálogos com a população interessada. Ou seja, é aquilo que Jürgen Habermas chamaria de “técnica e ciência enquanto ideologia”. Ou ainda, a “tecnocracia”.

5.2 A Montagem Perversa

Pensamos ser apropriado, aqui, fazer uma digressão historiográfica.

Início da madrugada de vinte de janeiro de 1971. O médico militar do Pelotão de Investigações Criminais, PIC, do Batalhão da Polícia do Exército, do Rio de Janeiro, foi conduzido às pressas por um oficial do DOI-CODI do I Exército, a uma cela, frequentemente usada como sala de tortura. Ao entrar deparou-se com um homem, nu, coberto de equimoses e hematomas, deitado numa cama e rodeado por outros oficiais. Aproximou-se para examiná-lo e, ao tocá-lo, o homem murmurou fracamente seu nome: Rubens Paiva.

Terminado o exame, ainda que superficial, o médico suspeitou de hemorragia interna em algum órgão vital, como baço ou fígado, e recomendou a imediata remoção do preso a um hospital, sob risco de morte iminente. Ato contínuo, o médico foi dispensado e reconduzido à sua residência.

Na manhã seguinte, ao retornar ao quartel, onde prestava o serviço militar obrigatório, soube da morte do prisioneiro na própria cela onde o atendera horas antes. Os oficiais responsáveis pelo interrogatório tentaram extrair mais informações, e o preso não resistiu aos ferimentos.

Esse relato, por si só chocante, em nada difere da rotina diária das prisões políticas da ditadura, nem mesmo pela presença de um profissional da saúde, fato relativamente corriquei-

⁵ Uma análise mais pormenorizada da DSN pode ser encontrada em FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. **A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de S. Paulo: afinidades e discordâncias (1963-1965)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2001.

ro, conforme pesquisa BNM.⁶ O que nos chamou a atenção, foi a decisão tomada pelo médico após presenciar a agonia do deputado Rubens Paiva. Vejamos o que ele nos diz:

Após este episódio tão chocante e brutal que assisti como médico, uma revolução se desencadeou na minha cabeça, com força enorme e inusitada. Já que teria que permanecer mais um ano como médico da polícia do exército, atendendo inúmeros presos, maltratados, torturados e, até mesmo, mortos, não me envolveria emocionalmente, nem com os oficiais, nem tampouco com os presos. Buscaria me fazer frio, distante, imune a qualquer sentimento. Foi uma decisão muito amarga e me consumiu, tenho certeza, anos de vida (LOBO, p. 29).

O médico em questão ganhou notoriedade após ter sido identificado, em fevereiro de 1981, por uma das suas “pacientes”, a ex-presa política Inês Etienne Romeu, barbaramente torturada por oficiais do CIE, na clandestina “Casa de Petrópolis”, em 1971. Trata-se do expsiquiatra (“ex” porque seu CRM foi posteriormente cassado devido exatamente a essas acusações) Amílcar Lobo que, nota curiosa, na ocasião do seu alistamento militar, era psicanalista em formação na Sociedade Brasileira de Psicanálise, sediada no Rio de Janeiro, tendo Leon Cabernite como analista didata.⁷ Suas memórias visavam a uma autodefesa, mas acabaram se tornando muito mais um libelo acusatório.

Seu engajamento militar se deu em janeiro de 1970 e durou quatro anos. Serviu como 2.º tenente-médico no quartel acima mencionado, situado à Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Esse endereço ganharia triste notoriedade: abrigou nas mesmas instalações do PIC o famigerado DOI-CODI do I Exército, responsável pela morte de dezenas de presos políticos e de onde o Projeto BNM contabilizou mais de 700 denúncias de torturas.

Dr. Lobo, como era chamado pelos colegas oficiais, pode não ter agido como torturador, mas certamente não facilitava a vida dos presos por ele atendidos nas celas do DOI-CODI. Nas suas memórias, tentou demonstrar sinceridade nos relatos e compaixão pelos presos. Visava, com isso, provavelmente, a angariar simpatia do leitor a quem, em tom de confissão, afirmou:

Surgiu-me [...] a idéia de desertar e me evadir para outro país, idéia que logo abandonei, pois isto desarticulava totalmente meu esquema de vida, familiar e profissional, por um tempo que não poderia prever. Era casado, tinha quatro filhos, estava em formação psicanalítica [...]. Não haveria condições de contrariar, sob qualquer pretexto, essa decisão (LOBO, p. 23).

⁶ O BNM, após relatar alguns casos a título de exemplo, concluiu pela “certeza da convivência e mesmo participação direta de médicos e enfermeiros na prática de torturas. Algumas vezes, estas práticas chegaram ao limite da resistência dos atingidos, ocorrendo a morte”. Além disso, houve a sabida colaboração dos médicos legistas na confecção de laudos necroscópicos e na assinatura de atestados de óbitos falsos. (2000, pp. 230-235)

⁷ Cabernite, por sua vez, foi analisado pelo alemão Werner Kemper, colaborador do líder nazista Heinrich Goering. O “caso” Lobo ganhou repercussões internacionais, chegando inclusive a motivar colóquios e publicações em vários idiomas.

Tanto pelo teor das suas palavras, quanto pela sua vida pregressa, não podemos concluir se tratar de um sujeito de estrutura psíquica perversa. Pelo contrário, tudo nos aponta para um neurótico “padrão”. Zeloso com a família, compromissos profissionais e *status* social, exigia até mesmo que o seu comandante no quartel o chamasse de “doutor”. Afirmou, nas suas memórias, que não sentia prazer ou satisfação em colaborar com seus colegas de trabalho nas alcovas da ditadura. Por diversas vezes manifestou aos seus superiores sua intenção de sair da corporação, vontade essa que não se fez ato.

Por que, então permaneceu em seu posto, remoendo-se de dúvidas?

A leitura das memórias do ex-médico e quase psicanalista, Amílcar Lobo, nos remeteu imediatamente à questão do laço social. Mais especificamente, para a abordagem que Contardo Calligaris fez dela a partir do caso de alguns líderes nazistas que também redigiram as suas respectivas memórias.⁸ Guardadas as mais do que devidas proporções entre os dois eventos históricos — o holocausto e a ditadura militar brasileira — as similaridades das posições subjetivas assumidas por esses indivíduos neuróticos em montagens perversas é mais do que evidente. Aliás, está é uma das teses que ora procuramos defender, qual seja, a de que a perpetração da violência contra presos políticos no Brasil da ditadura militar foi muito mais o resultado da inércia totalitária sobre os neuróticos numa montagem social perversa, do que o sadismo de sujeitos de estrutura psíquica perversa.

Vejamos, então, o que Calligaris nos trouxe.

Albert Speer era um talentoso arquiteto que, durante o regime nazista, ganhou a predileção de Hitler, de quem acabou tornando-se, inclusive, amigo pessoal e confidente. Durante a guerra (1942) foi nomeado Ministro dos Armamentos e, ante a iminente derrota do Reich, nos fins de 1944, recebeu a ordem do Fuhrer para implementar a prática da “terra arrasada” nos territórios que estavam sendo desocupados pelas tropas germânicas. Speer não acatou esta ordem.

O ex-sargento de artilharia do exército alemão na Primeira Guerra Mundial, Rudolf Hoess, desde 1922, era filiado ao Partido Nacional-Socialista e chegou à patente general das famigeradas SS. Comandou Auschwitz entre 1940 e 1943 e foi um dos responsáveis pela implantação da “Solução Final” na Polônia.

Ambos foram julgados pelo Tribunal de Nuremberg em 1946. Speer foi condenado a vinte anos de prisão, Hoess foi enforcado. Para o primeiro, a “guerra foi possível porque havia condições técnicas para fazê-la” (CALLIGARIS, 1991, p.109). Hoess, por sua vez, surpreen-

⁸ CALLIGARIS, 1986 e 1991.

deu a todos no tribunal, ao concentrar sua defesa na tese de que era um funcionário exemplar e, como tal, executara a missão da qual fora incumbido com a maior destreza possível (CALLIGARIS, 1991, p.114).

Calligaris nos trouxe esses exemplos “do fundo do horror”, como ele mesmo admite, pois são paradigmáticos, segundo o autor, de uma espécie muito particular de “alienação do sujeito”, alienação esta que é efeito

[...] do interesse e da paixão humana em sair do sofrimento neurótico banal, alienando a própria subjetividade, ou melhor, reduzindo a própria subjetividade a uma instrumentalidade. [...] a paixão de “*ser instrumento*” (CALLIGARIS, 1991, p. 110).

Isso ocorre porque o neurótico, para se proteger das demandas do Outro, demandas essas que, na maioria das vezes, lhe são insuportáveis, outorga ao pai um saber de tal monta “que valide e justifique” a função paterna da interdição, conseguindo assim, “redobrar o impossível com uma interdição” (CALLIGARIS, 1991, p.111). E, no caso de esse suposto saber paterno ser socialmente dividido, então, nos diz Calligaris, “isso nos pareceria abrir a porta de uma relação possível com nossos semelhantes, pois de repente poderíamos praticar juntos um mesmo fantasma” (CALLIGARIS, 1991, p.112). Eis, enfim, o que Calligaris chama de saída perversa da neurose: aliena-se a própria singularidade em face de um “semblante” de saber paterno coletivamente compartilhado (CALLIGARIS, 1991, p.112).

Na opinião do autor, o laço social assim estabelecido, fundamentado no desejo do neurótico pela instrumentalidade, é perverso. E, mais do que isso, esse seria o laço usual mantido entre os sujeitos neuróticos, ou, nas palavras do próprio Calligaris, “é o ordinário da vida social, sua inércia natural” (1991, p.115).

Em seguida, o autor nos alertou para o fato de que os riscos totalitários desse tipo de montagem social são bastante grandes. Isso porque, para ocultar sua realidade de semblante, “o horizonte extremo” dessa saída, observou Calligaris, “é sempre mortífero, pois só a morte — eventualmente coletiva — parece demonstrar em última instância, que o semblante não era brincadeira” (1991, p.115).

Sem discordar em termos teóricos das premissas de Calligaris, Conrado Ramos (2004) trouxe importantes acréscimos à sua argumentação. Primeiramente, deve-se tomar muita cautela ao considerar a perversão uma “patologia social” (CALLIGARIS, 1991, p. 07), pois isso nos permite pensar haver sociedades “doentes” e, em contrapartida, sociedades “sãs”. Quais os critérios de “sanidade”? Não estaríamos correndo o risco da “naturalizar” a sociedade? (RAMOS, 2004, p. 220)

Em segundo lugar, Ramos considerou que apontar para essa saída totalitária da neurose, como foi o nazismo, e que se manifesta em todas as montagens perversas, sem esclarecer “as condições objetivas capazes de produzir uma tal subjetividade”, incorre no erro de reduzir o “totalitarismo a um mecanismo coletivo de defesa da neurose” (1991, p. 220-221). Para Ramos, nos termos da argumentação de Calligaris, fica-se com a impressão de que os neuróticos produziram o totalitarismo, e não o inverso, ou seja, o quão úteis são os neuróticos numa montagem perversa (RAMOS, 2004, p. 220-221).

Segundo Ramos, baseando-se em teses da “Dialética do Esclarecimento”, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, o adequado entendimento da “dominação social do gozo”, que leva os sujeitos a estabelecerem laços como os acima descritos, só é possível quando se apreende a “história da civilização”, enquanto a “história da introversão do sacrifício” (RAMOS, 2004, p.38). Isso quer dizer que as condições históricas, objetivas da dominação foram internalizadas pelos sujeitos como uma “segunda natureza” (RAMOS, 2004, p.39).

O autoritarismo secularmente presente na sociedade brasileira, o militarismo atrevido e a serviço das elites opressoras, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matéria-prima e de mão de obra barata constituíam o pano de fundo histórico da ditadura militar. Certamente, todo esse processo objetivava a dominação da classe trabalhadora. Fazendo nossa, uma indagação de Ramos (2008):

Se o corpo é o substrato material do particular sobre o qual incide direta e imediatamente a dominação, quanto será que a história da dominação do corpo poderá dizer sobre o sujeito do nosso tempo? Depois de gerações e gerações de chibatadas, não teria o sujeito “aprendido” a “ser feliz”, isto é, a gozar com a condição de dominado?

O próprio Ramos responde-nos:

O indivíduo deve, para sobreviver, renunciar a si próprio, sacrificar-se e, por que não, internalizar e transformar este sacrifício e está renúncia numa forma absurda — mas a única possível nas condições atuais — de satisfação (2004, p. 41).

Concluindo, os policiais engajados na repressão obtinham pequenos ganhos libidinais em troca do seu assujeitamento a essa montagem perversa.

5.3 A Inércia Totalitária

Outra digressão, igualmente histórica.

Em fevereiro de 1999, o repórter-policial Percival de Souza, iniciou uma longa série de entrevistas com um dos mais célebres e polêmicos protagonistas dos acontecimentos que

levaram ao Golpe de 1964 e da posterior luta armada: o cabo Anselmo, nascido José Anselmo dos Santos.⁹ Trajetória impar, iniciada como presidente da “Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais”, que em março de 1964, protagonizou uma revolta da categoria que ameaçou a integridade da Armada Brasileira e disparou o Golpe de Estado contra o governo de Goulart. Exilado em Cuba, em 1967, treinou guerrilha rural com os camaradas de Fidel Castro. Retornou ao Brasil em 1969 e, arrependido (?) entregou-se ao delegado do DEOPS paulista, Sérgio Fleury, que o fez “virar casaca”, tornando-se o mais importante agente da repressão, infiltrado nas organizações guerrilheiras. Foi o responsável direto pela morte de mais de uma dezena de importantes líderes da luta armada, dentre eles a sua própria companheira, Soledad Barrett Viedma, da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), grávida de quatro meses de um filho seu, assassinada pela repressão ao lado de mais cinco companheiros, numa emboscada armada por Anselmo no interior de Pernambuco, em 1973.

No longo relato colhido pelo jornalista, podemos ler os motivos que levaram a Anselmo trair seus ex-companheiros: decepções com o socialismo após sua vivência em Cuba, reconhecimento da fragilidade e das contradições internas das organizações que lutavam contra a ditadura no Brasil, descrença “filosófica” na violência, cansaço da solidão da vida de militância.

Sempre lutando por “causas” político-sociais, seja ao lado da revolução, seja ao lado da contra-revolução, desde o golpe de 1964, passou a viver na clandestinidade. Por isso, teve que forjar inúmeros personagens, cujas representações iam se sucedendo ao sabor do cenário da luta armada. Então, quem é cabo Anselmo? Seu depoimento traz um tom de rancor, de revolta pelo não reconhecimento. Leiamos o que ele nos disse:

Consequência de tantas mudanças, tenho acumulado dívidas nos últimos anos. É extraordinária a situação de quem se dedicou com paixão a atividades voltadas para o bem-estar coletivo, mas falhou na construção de suas próprias condições financeiras e de liberdade individual. Como ex-militar, tive cassados os direitos políticos que antes também não tinha. Banido e fugitivo, experimentei a fúria legítima dos poderosos. Cumpri o que entendia ser um dever de consciência [...]. Finalmente, como uma espécie de “anistiado” informal do Estado [...] ganhei apenas a possibilidade de sobreviver até hoje (SOUZA, 1999, p. 47).

Apesar das lamúrias de cabo Anselmo diante do não reconhecimento social, é evidente para nós sua satisfação com os sacrifícios que se autoimpingia. As mudanças contínuas de identidade e de posição social levaram-no, inclusive, a realizar uma operação plástica que transfigurou seu rosto. Anselmo esteve permanentemente a serviço do gozo do Outro; instrumentalizou-se a ponto de abdicar, repetidas vezes, da sua própria identidade; inscreveu no seu

⁹ SOUZA, Percival de. **Eu, cabo Anselmo**: depoimento a Percival de Souza. São Paulo: Globo, 1999.

próprio corpo essa instrumentalização. O seu gozo estava em colocar-se como escravo, S2, objeto do gozo do Outro, baseado na suposição de saber qual o gozo do Outro. Conforme Lacan, “quando lhes falo do saber dizendo que seu lugar primordial no discurso do senhor está no nível do escravo”. (1969-1970, p. 49) E, mesmo o tom lamurioso de Anselmo, nos revela a verdade de que seu gozo não foi, como não poderia ter sido, absoluto, pois o objeto causa do desejo permaneceu inatingível ao sujeito barrado.

Cabo Anselmo foi trazido à baila por ser um caso ilustrativo do vínculo social mantido pelos torturadores no regime militar. Inúmeros outros exemplos poderiam ter sido citados para referendar nossa tese de que se tratava de sujeitos neuróticos instrumentalizados por uma montagem perversa, mas, nela, encontravam um meio de gozo.

Lacan (1969-1970, p. 43) salientou que a trilha aberta por Freud com o “Além do Princípio do Prazer” (1920), o levou ao conceito de gozo. Esse é um

termo designado em sentido próprio, que necessita de repetição. Na medida em que há busca de gozo como repetição que se produz o que está em jogo no franqueamento freudiano — o que nos interessa como repetição, e se inscreve em uma dialética do gozo, é própria mente aquilo que se dirige contra a vida.

Retomemos aqui a argumentação de Conrado Ramos (2004), pois a consideramos bastante adequada aos nossos propósitos. No caso de Anselmo, estamos claramente diante de uma posição gozosa, diante da “satisfação obtida com a superação do corpo, com a transcendência em relação ao sentimento de bem-estar, a obtenção do prazer vinculada ao sacrifício”. (2004, p.14) E, mais ainda, tal como no nazismo, esse gozo estava condicionado ao assassinato sistemático de seus semelhantes, mas não como uma satisfação sádica, inconsciente, sim como resultado de um laço social perverso. Tratava-se claramente, nos diz Ramos, “da troca da vida alheia e da própria humanidade por um pouco de gozo” (2004, p. 55).

Por vias teóricas bastante diferentes das nossas, os autores de “Operários da Violência” (2006) chegaram a uma conclusão semelhante: a instrumentalidade do sujeito nas montagens sociais perversas. A exemplo do médico e quase psicanalista Amílcar Lobo, vários dos perpetradores da violência durante a ditadura, quiçá a maioria, cometeram seus crimes em decorrência da “inércia totalitária do laço social”.

6 Ideologia e a “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”

O amor por princípio, e a ordem por base; o progresso por fim.

Augusto Comte

O principal objetivo deste capítulo é estabelecer paralelo possível entre ideologia e a psicanálise lacaniana.

Foi com Louis Althusser, no campo do pensamento marxista, e Jacques Lacan, no campo psicanalítico, que as primeiras e as mais profícuas articulações entre teoria da ideologia e psicanálise foram realizadas.¹ Mais contemporaneamente, o filósofo esloveno, Slavoj Žizek, tem se dedicado a aprofundar ainda mais essas articulações, recorrendo também à Teoria Crítica Social. Para tal, ele parte do pressuposto de que a ideologia funciona como uma espécie de fantasia, melhor dizendo, uma “fantasia social”. Por esse prisma, a ideologia pode ser encarada como um “sintoma social”, assim como o é a fantasia no sujeito neurótico. Nesse caso, enquanto sintoma social, ela pode funcionar como um significante-mestre, S1, disparando toda a cadeia significante e estabelecendo laços sociais. (ŽIZEK, 1992) A tese que ora defendemos é a de que a DSN, enquanto expressão ideológica do capitalismo brasileiro do período da guerra fria, foi responsável por liames sociais durante a ditadura exatamente por funcionar como uma fantasia social.

6.1 As Origens Intelectuais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN)

Entre os anos 50 e 70 do século passado, o autoritarismo das elites brasileiras encontraria sua expressão militarizada na “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”, ou simplesmente DSN. Formulada nos bancos da Escola Superior de Guerra (ESG), órgão de ensino vinculado ao Estado Maior das Forças Armadas, a DSN continha um projeto de Estado, governo e sociedade, articulado em torno do binômio “segurança e desenvolvimento”. Ela explicitava a visão das forças armadas sobre seu papel na sociedade brasileira e determinava

¹ O conceito de ideologia, tanto quanto vários outros conceitos fundamentais no pensamento marxista, não conta com a unanimidade dos teóricos. Não é, obviamente, o intuito deste trabalho, discutir esse conceito. Para tanto, remetemos o leitor à seleta de textos organizada por Slavoj Žizek, “Um mapa da ideologia”, Rio de Janeiro, Contraponto, 1996. Além das considerações de Žizek, trabalhamos também com Louis Althusser. Ambos os autores são, dentre importantes teóricos da ideologia, aqueles que fazem as mais profícuas interlocuções com a psicanálise lacaniana.

as diretrizes gerais para sua atuação. A DSN foi responsável pela coesão ideológica do Regime, podendo ser identificada nos discursos de diferentes protagonistas do Regime, desde os generais presidentes até os torturadores, que justificavam suas ações em nome da “segurança nacional”.

Ela foi o resultado de um longo processo de formação de um pensamento geopolítico genuinamente nacional, por isso a DSN é reveladora das diferentes matrizes doutrinárias autoritárias que as elites brasileiras, desde o final do séc. XIX, foram incorporando ao seu espectro ideológico. Dentre elas, têm destaque notório, o anticomunismo e outros componentes típicos da guerra fria, e pensadores autoritários brasileiros do início do séc. XX, como Alberto Torres e Oliveira Viana, a geopolítica, e certo entendimento do positivismo comteano. Vejamos, então, resumidamente, quais elementos de toda essa gama de referências se articularam para compor o mosaico ideológico que foi a DSN.

6.1.1 O positivismo de Augusto Comte

O final do século XVIII e início do XIX foi um período de transformações tão intensas e em ritmo tão frenético, jamais experimentado anteriormente pela humanidade, que Eric Hobsbawm (1977) denominou-o de “Era das Revoluções”. A ascensão econômica e política da burguesia foi de tal forma impactante nas estruturas do Antigo Regime, que Karl Marx e Friedrich Engels assim descreveram o processo:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas [...]. Tudo que é sólido desmancha-se no ar (MARX; ENGELS, 2000, p. 79).

Mas esse processo não transcorreu sem reações. Para Costa e Schwarcz (2000, p.19), “não era fácil absorver tantas novidades e, muito menos, tomar partido quanto a elas”. As reações dos trabalhadores logo foram sentidas. Primeiramente, no início do século XIX, na forma de uma revolta espontânea, o ludismo, que consistia na quebra das máquinas.² Essas eram tidas como as responsáveis pelo fechamento das oficinas artesanais e pelo consequente desemprego dos mestres de ofício, substituídos nas maquinofaturas recém-surgidas por uma

² Seguidores do britânico Ned Ludd, ex-artesão alfaiate, lançado na miséria, pois, seu trabalho passou a ser feito pelos teares mecânicos. Durante os anos 1810, seus seguidores invadiam as fábricas e quebravam as máquinas. O movimento teve repercussão por boa parte das regiões industriais da Europa Ocidental. Foi se extinguindo como forma de luta paulatinamente ao crescimento dos sindicatos.

mão de obra desqualificada e barata. Posteriormente, o alvo da revolta passou a ser a classe responsável pela nova ordem, de forma que surgiram os movimentos organizados, que visavam ao fortalecimento da classe para o enfrentamento da burguesia industrial. É o momento do aparecimento dos *trade-unions*, no início do século XIX, que foram protótipos de sindicatos. E, num terceiro momento, seja na sua vertente anarquista, seja na versão comunista científica, despontou o internacionalismo revolucionário proletário, fortemente inspirado no propalado universalismo dos direitos do cidadão, típicos da ideologia burguesa. Coisas da dialética.

Rapidamente a burguesia se deu conta de que seu mais perigoso inimigo não se encontrava no além-fronteiras, na burguesia dos demais países, mas internamente, trabalhando nas suas oficinas e indústrias. Por isso, o conservadorismo da Santa Aliança,³ após a derrota da França napoleônica e revolucionária, pode ser entendido como o primeiro esboço de um “internacionalismo” burguês contra as mobilizações operárias. Hobsbawm resumiu a preocupação política da Europa conservadora naquele momento, assim:

A estabilização da Europa após as Guerras Napoleônicas não foi mais justa nem moral do que qualquer outra, mas, dado o propósito antiliberal e antinacional (i. e. antirevolucionário) de seus organizadores, ela foi realista e sensata. (1977, p.119).

O positivismo pode ser apreendido a partir desse mesmo ponto de vista. Partindo do pressuposto de que as construções teóricas refletem, à sua maneira, as contradições da sociedade e o posicionamento político de seu autor, o positivismo pode ser interpretado como a expressão filosófica de um conservadorismo tipicamente burguês. A aspiração por uma sociedade sem conflitos, comandada pelos “empreendedores” é reveladora dessa sua vocação. A burguesia continental do Velho Mundo, em larga medida, já havia perdido seu ímpeto revolucionário e, dialeticamente falando, a síntese resultou em complexa trama de interesses entre ela e as antigas classes nobiliárquicas, que ainda se mantinham no poder em vários reinos europeus.

Por um lado, se Marx, Engels e seus companheiros da I Internacional inverteram o idealismo da dialética hegeliana e consideraram a luta de classes como o motor da história, por outro, Augusto Comte (1798-1857) sonhava com uma sociedade ordeira, caminhando rumo ao progresso, guiada pela “verdadeira filosofia”, a ciência positiva, a única “que se propõe”, na opinião de Comte, “a sistematizar, tanto quanto possível, toda a existência humana, individual e, sobretudo coletiva [...]” (COMTE, 1978a p.01).

³ A Santa Aliança, reunida em Berlim, em 1815, após a derrota de Napoleão Bonaparte, congregava os países envolvidos na luta contra a França. Seu objetivo era restabelecer as fronteiras e as dinastias anteriores à Revolução de 1789.

O viés antidemocrático do pensamento comteano é notório; a pretensão de anulação dos conflitos inerentes a uma sociedade de classes é um dos mais patentes mórbidos de seu ideário. Para Comte, a atividade política, mesmo aquela nos moldes do liberalismo burguês, correspondia à “imperfeita conservação duma grosseira harmonia política, sem cessar comprometida no meio de nossa desordem mental e moral” (1978b, p.87). Portanto, a política era, em si mesma, um mal, pois corroborava uma ordem degenerada e, por isso, esse modelo de política precisava ser erradicado, pois estava pondo em risco a civilização européia.

E, para “o fim da crise atual da Europa civilizada”, (1990, p.157) Augusto Comte propôs uma série de “providências”.

A primeira delas diz respeito à própria política, que deveria ser alçada “ao plano das ciências da observação” (1990, p.157), uma espécie de “física social” (1990, p.158), que permitiria ao governo, exercido por sábios formados na Filosofia Positiva (1978a, p.102), a mesma certeza fornecida pelas ciências positivas. A esse governo caberia definir duas “ordens de trabalhos”, que levariam ao estabelecimento da política positiva e que são de dois tipos: os “trabalhos gerais” e os “trabalhos particulares” (1990, p. 59). Esses “trabalhos” consistem em, respectivamente, na “reorganização total da sociedade” e “nas operações de rotina diária” (1990, p. 61)

A administração cotidiana desses trabalhos “particulares”, também chamados de “industriais”, caberia à classe dos “empreendedores”, segundo Comte, os mais capacitados e que, “possuindo diversos materiais convenientes, mais dinheiro e o crédito, dirigem o conjunto de cada operação, assumindo, pois, a responsabilidade de quaisquer resultados” (1978b, p. 83). Quanto à operação propriamente dita, caberia aos proletários, que executariam as funções mais elementares (1978b, p.83). A colaboração desses seria solidária, desde que estivessem imbuídos do “espírito positivo”, que, por seu turno, só seria obtido com a propagação “sistemática na massa ativa [dos] principais estudos científicos adequados para constituir a base indispensável de sua grande elaboração filosófica” (1978b, p.80).

Vê-se logo que se trata de uma sociologia elitista, restringindo o papel da classe trabalhadora ao de mera executora dos desígnios dos intelectuais e “empreendedores”. Esse confinamento dos trabalhadores à subalternidade, ao lado do elitismo mais escrachado, foram fielmente reproduzido pela DSN, como veremos.

Importante salientar que o modelo de incorporação do proletariado proposto pelo positivismo — a “fraternidade universal” — era conservador, pois se tratava, antes de uma emancipação, de uma tutela. Lembremo-nos de que Comte condenava a democracia e o *laissez-faire*, pois, para ele, esses acabavam se tornando um “regime de exploração do proletariado

pelos burgueses bem-falantes” (1978b, p. 574) Posteriormente, no Brasil, a partir da década de 1930, passou a ser um instrumento na luta contra o comunismo e uma forma de cooptação do operariado pela política corporativista nos moldes fascistas do Estado Novo (LINS, 1967, p.570).

Veremos, em breve, como a DSN foi influenciada por essa visão organicista de sociedade.

6.1.2 Os positivismos brasileiros

Em termos cronológicos, a obra inaugural daquilo que estamos chamando de “positivismos brasileiros”, e o uso do plural será brevemente esclarecido, é a trilogia: “As Três Filosofias”, de Luís Pereira Barreto, que data de 1874. A fundação da “Sociedade Positivista”, no Rio de Janeiro, ocorreria dois anos depois, em primeiro de abril de 1876, em cuja ata de criação lemos o nome de Benjamin Constant que, em 1879, na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ), fundou-se o “Clube Acadêmico Positivista” (LINS, 1967). Finalmente, em 1881, Miguel Lemos fundaria a primeira igreja do Apostolado Positivista (LINS, 1967). Como podemos depreender dessa sequência de eventos, apesar da oposição sofrida por parte da Igreja e de setores conservadores das elites, o positivismo encontrou boa acolhida por expressiva parcela da “inteligência” republicana e antiescravista brasileira.

Desde os primórdios de sua formulação por Comte, o positivismo encontrou adeptos no Brasil.⁴ Já na década de 1850, as teses comteanas foram bem difundidas na Escola Militar da Praia Vermelha (RJ), e, em 1857, Benjamin Constant (1836–1891) adere a elas. (LINS, 1967).

Ivan Lins ressalta a existência de diferentes positivismos no Brasil nas décadas finais do séc. XIX, que diferiam inclusive de suas matrizes francesas, seja a comteana propriamente dita, seja as de Emile Littre e de Pierre Lafitte⁵ (LINS, 1967). Um exemplo marcante é dado

⁴ Augusto Comte chegou a ter alunos brasileiros matriculados nos seus cursos na Escola Politécnica de Paris (LINS, 1976).

⁵ Emile Littre (1801 – 1881), jornalista e dicionarista francês. Autor de um dos mais respeitados dicionários de língua francesa do século XIX. Travou contato com a Filosofia Positiva no início da década de 1840, e logo passou a tentar popularizá-la no jornal em que escrevia, o “National”. Republicano e ateu, no início dos anos 1850, quando Comte criou sua Igreja, Littre passou a criticar o que ele chamou de desvio autoritário e religioso do comtismo.

Pierre Lafitte (1823–1903), matemático e historiador francês, ainda jovem, com vinte anos, conheceu pessoalmente Augusto Comte, de quem se tornou amigo íntimo até sua morte. Considerado por muitos, o sucessor direto de Comte, procurou manter-se fiel à sua doutrina. Além das obras de cunho historiográfico, Lafitte ocupou-se com o aprofundamento das bases epistemológicas do comtismo. São dessa lavra seus escritos mais importantes: “Da Moral Positiva” (1880) e “Curso de Filosofia Primeira” (1889).

pelo grupo reunido em torno do Apostolado Brasileiro, do qual Benjamin Constant se desligara em 1885, e que se posicionava contrariamente a qualquer militarismo, inclusive opondo-se à tese do serviço militar obrigatório, que ganhava corpo naquele momento (LINS, 1967). Outro exemplo é o grupo reunido em torno de Teixeira Mendes, que denunciava o uso que muitos militares teriam feito da doutrina positiva simplesmente para galgar postos na hierarquia. Nesse sentido, é emblemática a queixa de Teixeira Mendes: “nossos cidadãos militares, fatigados do domínio dos bacharéis de casaca querem apenas substituir esse regime pela prepotência dos bacharéis da farda” (LINS, 1967).

Há ainda uma outra “modalidade” de positivismo e que merece destaque especial: aquela praticada pelo político gaúcho, Júlio de Castilhos (1860-1903),⁶ que propunha um Executivo forte, concentrando as funções do Legislativo e do Judiciário. Aliás, esse modelo foi por ele implementado durante sua gestão à frente da presidência do Rio Grande do Sul, na década de 1890, quando chegou, inclusive, a nomear os chefes dos executivos municipais. Analistas (PAIM, 1984; CARVALHO, 2005) coincidem ao afirmarem que esse modelo “castilhista” atravessou as décadas e inspirou igualmente o gaúcho Getúlio Vargas e sua “eminência parda militar” no Estado Novo, o general Góes Monteiro, e, ainda mais, a própria DSN. Aliás, diga-se de passagem, que o herdeiro político de Júlio de Castilhos foi Borges de Medeiros que, por sua vez, foi o padrinho político de Vargas.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda resume bem essa multiplicidade de positivismos no Brasil: “Muitas vezes, os que faziam tal apologia [do positivismo] prevaleciam-se de frases destacadas do Mestre [Comte], que não continham todo o seu pensamento [...]”. Seja como for, aspectos dispersos do positivismo foram bem acolhidos por parcelas significativas do Exército Brasileiro, como veremos a seguir (HOLANDA, 1977, p. 298).

6.1.3 Benjamin Constant e o positivismo no Exército

A relativa autonomização das Forças Armadas Brasileiras, em termos de organização interna, foi sendo construída ao longo do século XIX, principalmente a partir da sua segunda metade, especialmente como consequência dos conflitos na região Platina, sobretudo a Guerra do Paraguai. Não se trata, contudo de um fenômeno isolado; o século XIX assistiu, em escala global, a esse mesmo processo.

⁶ Júlio Prates de Castilho, advogado e político gaúcho, membro do Partido Republicano Riograndense, foi eleito deputado federal para a Assembléia Constituinte republicana, de 1891. Logo em seguida foi eleito presidente do seu estado (os governadores, naquela ocasião, eram chamados de presidentes). Desde jovem era um fervoroso adepto da Ciência Positiva.

Nos estudos sobre o comportamento dos militares predominam duas visões. Uma privilegia a origem socioeconômica dos oficiais e a posição por eles ocupada na estrutura de classes, considerando-os “representantes” desse grupo. A outra “privilegia o peso da socialização profissional a que são submetidos e a rede de interações sociais em que vivem”, enfatizando, portanto, os processos internos. (2004, p. 25) Celso Castro, José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, autores aos quais nos referenciamos para este tópico, comungam essa visão.

Sociologicamente falando, as Forças Armadas podem ser tomadas como organizações com dinâmicas que lhe são próprias e que as diferem das demais organizações que compõem os aparelhos de Estado. Isso significa que o que dá sustentação interna ao grupo são valores e traços culturais bastante particulares, e que raramente são localizados em organizações semelhantes. Louis Althusser faz alusão a certa autonomia entre os diferentes Aparelhos de Estado, e os sujeitos que fazem parte de determinado aparelho necessariamente são levados a reproduzir os rituais que dão sustentação ideológica ao aparelho.

Para a compreensão da envergadura de tal transformação, devemos ter em mente que a origem dos exércitos modernos localiza-se nas antigas milícias feudais, compostas tanto por cavaleiros ligados entre si por laços de honra,⁷ como por mercenários. Vestígios desse distante passado medieval são facilmente identificados nas forças armadas modernas, a exemplo da valorização dada à bravura, à lealdade às tradições e aos símbolos da corporação.

Evidentemente, essa rede de valores e de relações sociais que permeia todo grupo é fundamental na construção da identificação entre os seus membros e na distinção dos outros, ou seja, daqueles que devem ser segregados, os “estranhos”. Daí, no caso específico dos militares, da escolarização e do longo treinamento a que são submetidos os candidatos ao oficialato. Isso nos remete a Michel Foucault, quando nos indica que o Exército serviu de paradigma para a implantação de modelos disciplinares noutras instituições igualmente importantes na nossa sociedade, como os presídios e as escolas.

Mas, para efeito do nosso presente trabalho, vamos nos ater a aspectos ideológicos. Esses foram escolhidos tendo em vista a comprovação da tese de que a assunção do cientificismo e da profissionalização das Forças Armadas Brasileiras, eventos iniciados concomitantemente no século XIX, culminaram na elaboração da Doutrina de Segurança e Desenvolvimento Nacional, a DSN, pela Escola Superior de Guerra, a partir dos anos cinquenta. Esses momentos são dois: os anos finais do Império e iniciais da República, quando certo modelo de

⁷ Os chamados laços de suserania e vassalagem, que uniam a nobreza e os cavaleiros numa complexa teia de vínculos sustentados por juramentos de obediência.

positivismo foi incorporado ao repertório cultural militar brasileiro, conjuntamente com a profícua e tão cheia de significações imagem do “soldado-cidadão”. E, o segundo momento, ocorrido durante o Estado Novo (1937-1945), quando, por meio do general Góes Monteiro, foi consolidado o processo de doutrinação e profissionalização das Forças Armadas, especialmente do Exército, iniciado de forma titubeante na primeira década do século XX.⁸ No Estado Novo, foram lançadas as bases para a elaboração de uma doutrina própria do Exército, a futura DSN, além de identificar, após o episódio da Intentona Comunista de 1935, aquele que seria o arqui-inimigo da nação pelas próximas décadas: o comunista.

A boa receptividade do pensamento de Comte por setores da oficialidade do Exército Brasileiro, conforme Antônio Paim, deve-se à tradição cientificista do ensino militar português, introduzida pelo Marquês de Pombal — protótipo do “déspota esclarecido” — na Academia Real. Essa atravessou o Atlântico junto com a família real em 1808 e, quando da Independência, tornou-se a Escola Militar, herdando de sua antecessora todo o currículo e parte do corpo docente (PAIM, p.448). Diga-se de passagem, que, durante as décadas iniciais do século XIX, a Academia Real e a sua sucessora, a Escola Militar, afora a Faculdade de Medicina, também implementada por D. João VI, eram as únicas instituições que ministravam o ensino de ciências no País.

Até 1850, a maioria dos oficiais do Exército Brasileiro era de aristocratas que eram indicados para os postos por razões nada militares. A partir dessa data, com a obrigatoriedade da formação escolar, o acesso ao oficialato tornou-se resultado de méritos tecnoburocráticos. Nesse sentido, podemos dizer que a Escola Militar era uma “ilha de modernidade” numa sociedade tradicional e patrimonialista (CASTRO, 1995, p. 42). Até certo ponto, é possível dizer que o “espírito científico” fora introduzido no Brasil, em grande parte, pelos umbrais da Escola Militar. Exemplo disso é a exclusividade do estudo da Matemática superior pela Escola durante todo o Império (CASTRO, 1995, p 52). Isso levou os alunos da Escola a apelidarem-na de “Tabernáculo das Ciências” (CASTRO, 1995, p 52).

Durante todo o Império, as elites civis viam o Exército como uma espécie de guarda pretoriana do monarca, um resquício das tropas coloniais portuguesas (COELHO, 1976). Parte dessa animosidade só se dissipou durante a conspiração republicana, quando os antimonarquistas se aproximaram dos oficiais com o objetivo de instrumentalizá-los na deposição do regime. Já a população em geral era arredia ao Exército devido à prática do recrutamento for-

⁸ Este movimento foi iniciado com o envio de turmas de jovens oficiais brasileiros para estágios de duração de dois anos junto ao exército alemão. A experiência teve início em 1906, e prolongou-se até 1912. Os militares para lá enviados foram pejorativamente alcunhados de “jovens turcos”, devido a uma experiência similar feita anteriormente pelo exército da Turquia. O então cadete Góes Monteiro foi um deles.

çado, que predominava nesse período pela necessidade de se completar os efetivos (COELHO, 1976).

O positivismo, levado por Benjamin Constant, vai encontrar terreno fértil na Escola Militar, de onde era egresso do curso de Engenharia Militar, tendo se formado oficial na Arma de Engenharia. Lá, amalgamando-se a outras teorias científicas, como o evolucionismo de Spencer, perderia parte de seu ímpeto enquanto doutrina e sustentar-se-ia muito mais enquanto “espírito científico” e fé no progresso (COELHO, 1976, p. 72).

A ascendência de Benjamin Constant sobre os jovens cadetes da Escola Militar, contudo, não se fez abruptamente. Foi fruto de longos anos de dedicado magistério na Escola, onde lecionava Matemática. Sempre preconizou a hegemonia do cientificismo e temia uma ditadura militar, como podemos depreender das suas próprias palavras, pronunciadas numa cerimônia da Escola em 1887:

é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fácil e melhores meios de executar os abusos e as prepotências (LINS, 1967, p.321).

A essa altura, Benjamin Constant era o vice-presidente do Clube Militar, que havia sido fundado em vinte e seis de junho de 1887, em meio à crise da chamada “Questão Militar”,⁹ e com o intuito de servir de instrumento de mobilização da oficialidade contra as “becas”, epíteto pejorativo, alusivo aos bacharéis em direito, que pululavam nas repartições e cargos públicos (CASTRO, 1995). A “Questão Militar” é reveladora do já presente ressentimento dos militares em relação aos políticos civis, originados pelo comportamento tido como ambíguo pelos militares.

A tese de uma “Ditadura Positivista Republicana”, que repugnava Benjamin Constant, era defendida por Júlio de Castilhos e também por muitos cadetes, e posteriormente foi implementada no Rio grande do sul. A pretensão de Benjamin Constant, logo após o advento da República, era a imediata convocação de uma Constituinte, tal como acabou se verificando. Não é à toa que sua gestão à frente do Ministério da Guerra do governo do Marechal Deodoro

⁹A assim chamada “Questão Militar” foi uma sucessão de pequenos incidentes envolvendo oficiais do exército, assumidamente abolicionistas e republicanos, e autoridades imperiais, entre os anos de 1883 e 1887. Isoladamente, cada evento por si só, não mereceria destaque, mas, tomados em conjunto, revelam o grau de politização de importante parcela do exército. O resultado final, além da demissão do Ministro Imperial da Guerra e o recuo do governo, foi a consolidação dos republicanos e abolicionistas no exército, que institucionalizaram sua posição com a fundação do Clube Militar, sob a liderança de Benjamin Constant e do Marechal Deodoro.

tenha sido tão curta, e que as relações entre ambos ficassem seriamente comprometidas, posto que Deodoro era francamente favorável ao estabelecimento da ditadura. Mesmo na pasta da Instrução Pública (equivalente ao Ministério da Educação), sua gestão foi bastante criticada, desta feita, pelos oficiais “tarimbeiros”.¹⁰ Isso porque, aos olhos desses oficiais, a proposta de reforma curricular da Escola Militar privilegiava as disciplinas científicas, em detrimento daquelas de cunho propriamente militar (LINS, 1967).

Seu objetivo era claramente formar o “soldado-cidadão”, isto é, aquele militar moral e cientificamente preparado para ser o condutor da nação rumo ao progresso e guardião da ordem necessária para o alcance desse intento. (LINS, 1967) Para José Murilo de Carvalho (2005), esse componente ideológico estará presente, doravante, em todas as intervenções militares no Brasil. Nas palavras do próprio Benjamin Constant, esse objetivo fica claramente explicitado: “o Exército Brasileiro, por seus feitos, tradição e índole, devia exercer o papel de liderança na transição para o Estado Positivo” (CORRÊA, 1977). É possível concluir que, por meio de Benjamin Constant e do positivismo, uma parte da elite militar passou a atribuir-se a missão de comandar o País (CORRÊA, 1977).

O governo, por essa ótica, era uma questão de competência técnica e não de disputa política — por isso, a crença no cientificismo e na sua capacidade de fixar cientificamente “o interesse nacional”. A competência técnica, por sua vez, era atributo das elites bem-nascidas. Logo, como dissemos, não cabe no ideário positivista a ideia de representação, mas sim de tutela e hegemonia. O positivismo, apesar de todas suas divergências internas acima destacadas, oferecia campo fértil à fermentação de uma doutrina autoritária. Veremos como essas formulações atravessaram as décadas e foram culminar na DSN.

Os marechais Deodoro e Floriano, os líderes mais proeminentes do Exército nos primeiros anos da República, não tinham “qualquer intenção de criar instituições republicanas no seio das quais as Forças Armadas tivessem uma destinação constitucional” (CASTRO, 1995, p. 80): era o poder pelo poder. Para muitos estudiosos, em termos político-liberais, o governo dos marechais era um retrocesso se comparado ao Império. Nos primeiros dias da República, a relativa liberdade de imprensa então existente no Império foi suprimida e muitas prisões arbitrárias foram feitas. Tais fatos levaram alguns cronistas da época a retratarem Deodoro como o “representante da força francamente brutal” (CASTRO, 1995 p. 90). No início de novembro de 1891, Deodoro dissolveu o Congresso, alegando ser um foco de monarquistas. A

¹⁰ Velha guarda de oficiais, formada nos campos de batalha do Sul do continente. Eram oficiais mais envolvidos com a tropa, e menos afeitos aos estudos e às discussões teóricas. Posteriormente, essa alcunha, visivelmente depreciativa, seria substituída por *troupiér*, igualmente ofensiva.

forte reação dos políticos civis levou o Marechal a renunciar em vinte e três de novembro de 1891 (CASTRO, 1995).

É importante observar que o Exército, assim como qualquer outra instituição, procura passar para o público externo a imagem da mais absoluta coesão e comunhão de ideias e interesses, mesmo que isso não reflita a efetividade dos fatos. Isso se dava no Exército Brasileiro dos anos finais do século XIX (CASTRO, 1995). O melhor exemplo desse fato é a própria conspiração que depôs D. Pedro II, que se concentrou nas guarnições da Capital do Império, especialmente entre a baixa e média oficialidade, os chamados “jovens científicos”, ou “mocidade militar”, reunida, sobretudo, em torno de Benjamin Constant. Esses compunham a quase totalidade da porção republicana do Exército (CASTRO, 1995). No entanto, não havia nenhuma discussão acerca do tipo de república que se pretendia implantar; mas somente a certeza de que se tratava de uma “forma científica de governo; aquela onde reinaria o mérito e onde só os competentes seriam escolhidos para as funções sociais” (CASTRO, 1995, p. 155).

Benjamin Constant, cuja saúde nunca fora exemplar, faleceu precocemente, em 1891, com a idade de 55 anos. Sua morte ocorreu no calor das intrigas palacianas, que haviam levado Deodoro a transferi-lo do Ministério da Guerra para a pasta da Instrução Pública. O Presidente, que não compartilhava dos laivos legalistas de Benjamin Constant, nesse mesmo ano de 1891, ainda fecharia o Congresso Nacional. A intensidade da reação dos opositores o levou a renunciar à Presidência. Legou para as Forças armadas a fecunda idéia do “soldadocidadão” que, ao lado do cientificismo e legalismo intransigentes, atravessariam as décadas e se tornariam alicerces fundamentais da DSN.

6.1.4 O general Góes Monteiro e o início da doutrinação do Exército

O alagoano Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889 – 1956), oriundo de família de militares, cursou a Escola Militar de Porto Alegre, dela saindo como 2º. tenente, em 1909. Permaneceu no Rio Grande do Sul por muitos anos, servindo em diferentes guarnições, razão pela qual acabou desenvolvendo grande afeição pelo Estado e estabelecendo contatos políticos sólidos e duradouros, como veremos. Certamente, foi nessa longa estada em terras gaúchas que travou conhecimento com a política castilhista, de quem se tornou adepto incondicional.

Góes Monteiro foi o “oficial exemplar” nos anos vinte: melhor aluno nos cursos oferecidos pela Missão Francesa, combateu os tenentistas nos seus vários levantes e, finalmente, comandou as tropas revolucionárias em 1930. Chegou ao Ministério da Guerra do governo

Vargas em 1934. Por divergências políticas com o próprio Getúlio que, aos seus olhos, fazia muitas concessões às oligarquias estaduais, foi demitido do cargo. Após permanecer sem comissão por dois anos, somente em 1937 foi nomeado para a chefia do Estado-Maior do Exército, EME.

As Forças Armadas Brasileiras, particularmente o Exército, desde o século XIX se ressentia do seu baixo nível de profissionalização. O general Góes Monteiro se apercebeu desse fato a ponto de ter afirmado o seguinte: “o Exército Brasileiro sempre esteve abaixo do seu papel [...]. O Exército e a Marinha sempre foram apanhados em estado de ineficiência” (SUANO, p. 83). Nos anos trinta, ante a iminência de uma nova guerra mundial, urgia, portanto, o reaparelhamento material das Forças Armadas e o adestramento técnico dos seus efetivos. Mas, sobretudo, para por fim às cisões internas às próprias Forças, principalmente no Exército, era preciso estimular a adoção de uma doutrina militar que assegurasse o máximo possível de coesão ideológica. A importância da elaboração e difusão desse tipo fica clara quando se tem no horizonte passado próximo, como foi a década de vinte, uma sequência ininterrupta de intervenções armadas de segmentos do Exército na ordem pública. Estamos nos referindo especificamente à sucessão das manifestações de tenentes: 1922, 1924, a Coluna Prestes e a própria Revolução de 1930. Para Góes Monteiro, as contradições da sociedade muito facilmente se reproduziam no corpo da tropa, mobilizando paixões alheias à sua integridade e disciplina e obrigando a “irmãos de farda lutarem contra irmãos”.

Essa fragmentação do Exército contradizia o que, para o general Góes Monteiro, era a vocação precípua das Forças Armadas: as organizações militares deveriam servir de modelo para a reforma da sociedade. Isso porque, para ele, as Forças Armadas são “as únicas instituições nacionais em que poderão ser concentrados os interesses da nacionalidade” e, por isso, “só à sombra delas é que, segundo essa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade” (SUANO, p. 39). Portanto, em lugar dos intelectuais na proposta de Alberto Torres, o general Góes propõe os militares mais capazes para a condução do País, pois são “treinados para o sacrifício” e se consideram “predestinados a uma missão especial”, qual seja, a liderança do País. É a ideia positivista do “soldado-cidadão”, difundida por Benjamin Constant, que, segundo Murilo de Carvalho (2005, p. 25), passa a acompanhar todas as intervenções militares no Brasil, desde então, alcançou escala popular na campanha pró-alistamento militar obrigatório, encabeçada pelo poeta Olavo Bilac. Assim dizia o poeta:

“o Exército seja povo e o povo seja Exército, de modo que cada brasileiro se ufane do título de soldado-cidadão”¹¹ (SUANO, p. 23).

Merece registro a influência exercida por Alberto Torres na doutrina de Góes Monteiro. Para o jurista, ministro da Justiça do governo Prudente de Moraes, as elites estavam mal-preparadas para a liderança do País devido aos seus interesses mesquinhos e desconhecimento da realidade brasileira. Pretendia um Executivo forte, capaz de dirigir a economia e conter o individualismo das elites. Defendia também a participação dos intelectuais na direção do País (SUANO, p. 32). Essas teses foram adotadas integralmente por Góes Monteiro durante o Estado Novo.

Agravando o quadro de descalabro em que se encontrava a Nação, na ótica de Góes Monteiro, agia o federalismo imposto pela Constituição de 1891. Para ele, a República “ergueu pequenas pátrias, defrontando-se ou se aliando em conchavos” (SUANO, p. 38). Esses regionalismos federalistas, agravados pelo particularismo das elites, aos olhos do general Góes Monteiro, impediam a Nação de articular um projeto global de desenvolvimento industrial, imprescindível para fazer frente às exigências da “guerra total”.¹² Para ele, “a defesa (da Nação) resultará da colaboração preparada em todos os setores da atividade nacional” (SUANO, p. 66).

A fragilidade e a inépcia das elites, reforçada pelos particularismos mesquinhos, reforçam a crença do general Góes da necessidade de reeducá-las e redirecioná-las por meio do civismo. Essa tarefa caberia ao Exército. Politicamente, o meio para a execução desse objetivo seria a substituição do regime liberal-federalista por um modelo de Estado centralizado e autocrático, nos moldes daquele implementado por Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Como se vê, elementos fundamentais da DSN já estavam sendo gestados no seio das Forças Armadas.

O Estado Novo é a afirmação da “pauta moderadora” do Exército que, até então, se atribuía uma vaga ideia de possuir uma “missão regeneradora” da sociedade civil (COELHO, 1976, p. 68). Nesse processo, é fundamental o papel de Góes Monteiro. Esse, na fase das punições dos revoltosos da Intentona de 1935, concluía que a Constituição de 1934 e a legislação ordinária eram óbices aos rigores por ele propostos. Doravante, passou a defender vee-

¹¹ Ecos desse importante significante do simbolismo militar brasileiro reverberaram nos anos sessenta e setenta, como podemos depreender das palavras desse importante militar do regime, o general Leônidas Pires Gonçalves: “o soldado é o cidadão uniformizado para o uso cívico da violência” (D’ARAUJO, 1994, p.255).

¹² Desde a experiência da Primeira Guerra Mundial, formulou-se a noção de “guerra total”, ou seja, de uma guerra de tal envergadura que ameaçava a sobrevivência da própria Nação. Para fazer frente a essa nova modalidade de guerra, a nação inteira deveria mobilizar-se no esforço de guerra. Tal concepção foi “confirmada” com a Segunda Guerra e a Guerra Fria.

mentemente a ideia de um golpe de Estado para a instauração de um modelo autoritário. Na sua visão, a crise estava relacionada ao regime liberal e federalista, que deveria ser substituído por um modelo centralizado e autocrático, bem aos moldes daquele outrora implantado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul (COELHO, 1976).

O “Estado Novo” decorreu de um golpe dado pelo próprio Vargas, em dez de novembro de 1937, com o apoio de grande parte do Exército, para permanecer no poder ante sua iminente saída do Palácio do Catete. Isso porque a Constituição de 1934 previra eleições presidenciais para 1938, vetando a candidatura de Getúlio. O então capitão Olímpio Mourão Filho elaborou um falso programa de ações comunistas, cuja publicidade disparou o Golpe de Estado. Suspeita-se que o próprio general Góes teria encomendado o “plano” ao seu capitão. Independentemente, foi uma ótima justificativa para a permanência de Vargas no poder.

A intervenção do tipo “moderador”, de caráter conservador, visa a substituir as intervenções “transformadoras” dos tenentes, e a primeira intervenção desse tipo foi o “movimento pacificador”, que depôs Washington Luís, e que fora totalmente planejado e executado pelos altos escalões das Forças Armadas (COELHO, 1976). Durante o Estado Novo, pela primeira vez na história do Exército Brasileiro, foi elaborada uma doutrina definidora do seu próprio papel na sociedade. Essa doutrina, elaborada em grande parte pelo general Góes Monteiro, da qual falaremos a seguir, foi difundida através da manipulação de elementos simbólicos, como a glorificação do passado, dos heróis e de seus feitos, o do culto às vítimas da Intentona (COELHO, 1976). E, do grupo de oficiais que gravitava ao redor das “iminências verde-oliva” do Estado Novo, especialmente dos generais Dutra e Góes Monteiro, é que surge a ideia da fundação de uma escola de estudos estratégicos e de preparação de uma elite capaz de liderar o País dentro de postulados militar-doutrinários.

Hobbesiano, Góes Monteiro considerava a vida humana uma luta e, nas suas palavras, “se a luta é vida, e a luta é guerra, então a guerra é natural”, ela é, “por natureza, divina” (COELHO, 1976, p. 47). Da mesma forma ele enxergava o relacionamento entre os Estados nacionais, ou seja, para ele, “por toda parte a política internacional velada se opõe à nossa prosperidade” (COELHO, 1976, p. 67).

6.2 A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN)

Desde a década de trinta, como vimos acima, setores do alto oficialato das Forças Armadas Brasileiras se ressentiam da ausência de uma doutrina militar que desse coesão ideológica à tropa e minimizasse os efeitos das influências políticas externas aos muros dos quartéis.

Ao mesmo tempo, o Estado-Maior das Forças Armadas também cogitava a hipótese da criação de um centro de altos estudos estratégicos, que elaborasse essa doutrina, como também projetos de governo visando à ampliação da segurança nacional.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a adesão do Brasil à causa aliada, em 1942, o Brasil assinou um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos. De imediato, esse acordo previa o treinamento de oficiais combatentes, tendo em vista o envio de tropas brasileiras para o *front* europeu, sob o comando do Exército Norte-Americano. Por esse motivo, dezenas de oficiais brasileiros foram para diferentes pontos dos Estados Unidos a fim de obterem tal treinamento, iniciando assim contato com seus pares norte-americanos, que se prolongaria por décadas a fio, e que traria efeitos prolongados e para muito além do âmbito estritamente militar.

Finda a guerra, tendo a Força Expedicionária Brasileira, FEB, lutado com sucesso nas colinas da Itália, ao lado das tropas do 7º. Exército dos Estados Unidos, os oficiais combatentes retornaram muitíssimo impressionados com o poderio industrial, bélico e organizacional dos seus colegas “ianques”.

No cenário interno, em 1945, o Estado Novo mostrava-se anacrônico e havia perdido uma das suas mais importantes bases de sustentação: o apoio militar. A incoerência era evidente, as Forças Armadas haviam pelejado na Europa contra um regime totalitário, não podiam, portanto, dar guarida a uma ditadura no Brasil. Getúlio caiu no final de outubro (29) de 1945, deposto por um golpe militar. Seu sucessor foi o ex-Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra. Assim, encontrando respaldo no Governo Federal, os militares interessados em modernizar as Forças Armadas Brasileiras nos padrões do “Tio Sam”, encontraram o espaço institucional necessário. Então, em 1949, Dutra assinou o decreto presidencial criando a Escola Superior de Guerra, ESG, cujas atividades letivas tiveram início no ano seguinte. .

O objetivo precípua era introduzir os membros das elites brasileiras, tanto civil quanto militar, na problemática da segurança nacional, motivando-as a propor soluções para os problemas que por ventura viessem a ameaçá-las. Outra finalidade original da ESG era a, finalmente, elaboração de uma doutrina militar tipicamente brasileira, a ser ensinada em todas as escolas militares do País, e que servisse de fundamento ideológico para o adestramento das tropas. Em resumo, desde o mais simples recruta conscrito até general de exército deveria “rezar” pela cartilha da ESG.

Com esse intuito, foi criado o Curso Superior de Guerra, de duração anual, em período integral, cujas cem vagas eram oferecidas, equitativamente, tanto para civis quanto para militares desde que obedecessem às seguintes exigências: os civis deviam ter curso superior com-

pleto, idade mínima de 35 anos e ocupar cargo de destaque em empresa ou órgão público de relevância para a segurança nacional; os militares deveriam ter patente mínima de coronel. Os alunos, denominados “estagiários”, concluíam o curso com a apresentação de uma monografia sobre algum assunto de interesse nacional, na ótica da segurança nacional. Uma vez diplomados, os ex-estagiários funcionavam como multiplicadores da doutrina, sendo incumbidos de proferir minicursos e palestras sobre o conteúdo doutrinário nas suas localidades de origem. Para otimizar tal propósito, foi criada a “Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra”, a ADESG, com escritórios em quase todas as capitais estaduais e noutras importantes cidades do País. Através da ADESG, portanto, a ESG difundia sua doutrina por todo o território nacional.

O Curso Superior de Guerra era ministrado por um corpo docente permanente da Escola, composto por altos oficiais das três forças e também por funcionários civis de alto nível cedidos, normalmente, pelos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, ou da Fazenda. E também, era frequente a ocorrência de palestras proferidas por alguma personalidade de destaque, tanto do setor público quanto privado, sempre versando sobre temas atinentes à segurança nacional.

A ESG, como pudemos verificar, foi criada sob forte influência norte-americana, tendo sido, inclusive, inspirada numa instituição similar, a National War College.¹³ Além disso, a conjuntura política internacional do momento da sua criação também foi de suma importância na definição de algumas das mais importantes diretrizes doutrinárias. O contexto da ordem mundial bipolar serviu para os anticomunistas confirmassem suas suspeitas: Moscou e Pequim, efetivamente, queriam dominar o mundo “livre”. A adesão dos militares esguianos ao bloco dos “defensores da liberdade”, sob a liderança dos Estados Unidos, foi incontestável. A superioridade industrial e militar da grande potência da América do Norte apenas confirmava sua vocação de liderança e servia de modelo para os pensadores da ESG, os esguianos.

Simultaneamente, o chamado “terceiro mundo” vivia o processo de descolonização, em que as colorações ideológicas da guerra fria também se faziam presentes. Com efeito, muitas das guerras de independência das ex-colônias européias do pós-guerra se fizeram sob bandeiras marxistas, insuflando ainda mais os ânimos da guerra fria. São os casos paradigmáticos das guerras de independência da Argélia e da Indochina, colônias francesas, onde as respectivas frentes políticas de libertação se orientavam por um sentimento nacionalista eivado de socialismo.

¹³ Uma diferença fundamental entre as duas escolas deve ser destacada: a norte-americana era restrita a militares.

Finalmente, o sucesso da luta castro-guevarista em Cuba, que no início de 1959 trouxe o socialismo para a América, contribuiu para forjar os tão caros conceitos, para a DSN, de “guerra de guerrilha” e “guerra revolucionária”. Nessas modalidades de guerra, o inimigo não se localiza mais no exterior, pelo contrário, ele age internamente, de maneira sórdida, subvertendo a ordem nacional. Além disso, a vitória da revolução em Cuba representou um marco na consolidação do anticomunismo nos setores conservadores da sociedade brasileira.

Internamente, as maiores influências na DSN foram os já citados pensadores autoritários e o grande ideólogo da segurança nacional, o então coronel Golbery do Couto e Silva, o ilustre mentor do Serviço Nacional de Informações, SNI, criado no início do governo do general Castello Branco. Como Góes Monteiro, o general Golbery era um notório hobbesiano. Para ele, o cenário das relações internacionais equivalia ao estado de natureza, uma verdadeira “guerra de todos contra todos”, nesse caso, entre os Estados nacionais. Por esse prisma, o estado de guerra era permanente, apenas intercalado por breves e frágeis momentos de trégua — é a noção de “guerra permanente”. Essa beligerância de Golbery chegou a DSN, cujo objetivo maior era garantir o maior grau possível de segurança interna, num panorama externo de luta entre os dois blocos ideológicos. Por se tratar, na ótica da DSN, de modelos civilizatórios antagônicos, até mesmo excludentes, objetivo de cada um dos contendores era a eliminação total do adversário. Era a “guerra total”, que Goebbels havia prometido aos soviéticos, levada ao extremo.

Assim, o mundo contemporâneo era assolado por uma modalidade moderna de guerra, a “guerra revolucionária”, promovida pelos países comunistas contra o “mundo livre”. Diferentemente de todas as modalidades anteriores de guerra, essa não conhecia quartéis, não obedecia a fronteiras, e tampouco era possível reconhecer de antemão o inimigo, que agia infiltrado no seio da população, podendo ser qualquer um.

Vê-se logo que “comunista” era um significante associado à traição, à sordidez, enfim, a tudo aquilo que Freud identificou no “estranho”. Seu objetivo era subverter a ordem nacional, transformando seus valores liberal-cristãos em materialismo ateu. Por isso, as contramedidas de segurança não poderiam tergiversar, pelo contrário, deveriam ser enérgicas e firmes e abarcar a totalidade da vida nacional. Por isso, a DSN se pretendia um conhecimento geral sobre a sociedade brasileira, para propor soluções para todos os seus problemas relativos à segurança nacional. Essas soluções decorreriam principalmente da consecução dos chamados “Objetivos Nacionais Permanentes”, os ONPs,¹⁴ que são aqueles decorrentes dos ONPs,

¹⁴ Os ONPs são seis: integridade territorial, unidade nacional, soberania, projeção internacional, paz social e democracia representativa.

decorrem os “Objetivos Nacionais Atuais”, os ONAs, que respondem às situações circunstanciais, podendo ser continuamente modificados, sem prejuízo dos ONPs.

A DSN, como não poderia deixar de sê-lo, era estadista por definição. O Estado era o resultado do desenvolvimento da sociedade, sendo, por isso, órgão acima das classes sociais e dos interesses particulares. Era, pois, um instrumento a serviço dos “Objetivos Nacionais”, fazendo uso dos seus poderes para assegurar seu intento. Seus poderes são de quatro tipos: econômico, militar, psicossocial e político. O grau de interação entre os poderes era absoluto, de forma que o enfraquecimento de um deles punha em perigo toda a nacionalidade.

Para ampliar o poder militar do Estado, o poderio econômico deveria ser ampliado na mesma medida. E, para os ideólogos esguianos, isso somente seria obtido com a implantação de um modelo econômico similar ao dos Estados Unidos, ou seja, liberal-industrial. Naqueles setores da economia em que o capital privado não tivesse interesse em atuar, ou que fossem de segurança nacional, o Estado poderia intervir, promovendo assim o desenvolvimento dessas aéreas. Desse modo, com uma economia industrializada e forte, a população toda seria beneficiada por meio de opções de consumo e ofertas de emprego. Consequentemente, a população não estaria mais à mercê do proselitismo comunista. No final, o poder político desse Estado seria forte o suficiente para conquistar a tão almejada “projeção internacional”, um dos ONPs.

Em suma, comunismo é fruto do subdesenvolvimento material; esse, por sua vez, resulta da incapacidade de os governos anteriores dirigirem os esforços econômicos para a industrialização do País. Cabe, então, impor ao Estado um governo com essa capacidade, daí os esforços da ESG em formar uma elite com essa capacidade.

Vimos acima, que a lógica interna da DSN era garantida pela teoria da “guerra permanente”, cuja versão no mundo bipolarizado era a “guerra revolucionária”. Com efeito, citando Figueiredo Filho:

O anticomunismo era a premissa básica da DSN, o elemento que lhe dava coerência lógica e coesão conceitual entre os seus múltiplos componentes. Não havendo nenhum “inimigo vermelho”, os conceitos como “guerra permanente” e “segurança interna”, por exemplo, perderiam a sua maior motivação (2001, p. 31).

Desde os anos 1910, a classe operária era vista como uma ameaça em potencial pelas elites brasileiras. Num primeiro instante, a “ideologia exótica” era o anarquismo. O enfraquecimento desse, devido, sobretudo, à repressão policial, que se seguiu às greves de 1917, deu espaço ao estabelecimento do comunismo junto a segmentos da classe trabalhadora, cujo partido, o PCB, havia sido fundado em 1922. A partir de então, os comunistas passaram a ser

vistos como uma ameaça à nacionalidade, ou seja, antes da Intentona de 1935, já existia o sentimento anticomunista no Brasil, sendo o jornal “O Estado de S. Paulo” um dos seus mais acirrados propagadores.

Contudo, foi a malfadada tentativa de tomada do poder pelos comunistas e seus aliados da ANL em novembro de 1935, que forneceu aos conservadores os elementos mais candentes para a construção de todo um imaginário anticomunista. Acusados de assassinar seus irmãos de farda enquanto dormiam, os militares comunistas entraram para a história como sinônimo de vileza e traição. Cultivado anualmente no mausoléu erigido em homenagem às vítimas e, lido como ordem do dia em todos os quartéis do País, o anticomunismo tornou-se um dos significantes mais fortes do simbolismo militar brasileiro.

6.3 Ideologia e Psicanálise

Vimos que a DSN foi a culminância de um processo secular de construção de um pensamento autoritário, tipicamente brasileiro. E, por encontrar fortes ressonâncias em expressivos segmentos da sociedade brasileira, é que ela obteve tamanha receptividade. Podemos afirmar, portanto, sem risco de exagero, que a base ideológica do Regime residia na DSN. Mas, para a Psicanálise, o que é a ideologia? Ou, mais precisamente, como a Psicanálise de orientação lacaniana compreende a ideologia?

Desde Marx e Engels, com “A Ideologia Alemã”, tornou-se praticamente senso-comum que “as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes”. (1846; 1982, p. 72) Isso se dá porque a classe que detém os meios de produção material é a mesma que detém “os meios de produção espiritual”. Para assegurar a propagação dos seus valores e estilo de vida, a classe dominante cria um mundo à sua imagem e semelhança e o difunde por toda a sociedade. Mas, fundamentalmente, o que essa classe pretende é a perpetuação da submissão da força de trabalho e a sua exploração. No entanto, para que essa verdade intrínseca às relações entre as classes não seja visível, a classe dominante a recobre com o véu da ideologia. Por esse prisma, a ideologia seria, para os autores do “A Ideologia Alemã”, uma ilusão, um engodo, como se depreende das considerações de Marx e Engels sobre a isonomia e o livre arbítrio, importantes componentes da ideologia burguesa:

Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. [...] Esta ilusão dos juristas também explica o fato de que, para eles e para todos os códigos jurídicos, é algo fortuito que indivíduos estabeleçam relações entre si (por exemplo, contratos); explica porque consideram que essas relações podem ser estabelecidas

de acordo ou não com a vontade, e que seu conteúdo descansa inteiramente sobre o arbítrio individual das partes contratantes (MARX e ENGELS, 1982, p. 100).

Posteriormente, o conceito de ideologia foi retrabalhado por outros pensadores, deixando de ser entendido como “mera ilusão”. Exemplo disso é Louis Althusser, para quem, no seu texto “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, Marx e Engels concebiam a ideologia como “pura ilusão” porque viviam num contexto filosófico marcadamente positivista (1980, p. 71). Ele, por sua vez, propôs uma outra interpretação acerca da ideologia, ao postular que ela era inescapável ao indivíduo, sendo-lhe, portanto, estrutural, pois todas as sociedades são ideológicas, uma vez que a ideologia “é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições materiais de existência” (1980, p. 75).

Notemos bem, Althusser destaca que é a “relação imaginária” que os indivíduos representam para si mesmos. Noutros termos, a ideologia não nos põe, salienta Althusser, diante da realidade material das relações de produção e das demais relações que dela derivam, mas de como os homens as imaginam. Essa estrutura se assemelha à da fantasia, sendo, portanto um dos pontos de convergência entre a teoria da ideologia e a Psicanálise, ao qual retornaremos mais adiante.

Ainda de acordo com Althusser, “a sobrevivência de uma dada ordem econômica não depende apenas e simplesmente da reprodução das condições de produção” (1980, p. 9) , mas essa depende fundamentalmente e, ao mesmo tempo, de uma “reprodução da submissão [...] às regras da ordem estabelecida”, ou seja, “à ideologia dominante” (1980, p. 20). E, essa submissão se dá, *ipso facto*, à revelia do indivíduo, uma vez que a ideologia, devido ao seu caráter hegemônico, perpassa todas as relações sociais e esferas da sociedade civil. Isso significa que, para Althusser, nas sociedades com organização estatal, a ideologia está presente não somente nos chamados “aparelhos repressivos de Estado”, tais como a polícia, o judiciário, e as Forças Armadas, como também naqueles aparelhos não propriamente coercitivos, a exemplo do legislativo e da administração pública.

Marx e Engels, com a noção de ideologia, desmantelaram a ilusão positivista de uma sociedade una e coesa. Althusser, por sua vez, mostrou que na esfera ideológica, não são as condições reais de existência que os homens “se representam”, mas “a relação dos homens com essas condições de existência que lhes é representada na ideologia” (1980, p.81). E, mais ainda, Althusser vai nos propor que a divulgação propriamente dita da ideologia se dá fora do âmbito do Estado *stricto sensu*, tendo lugar, portanto, nas próprias entidades da sociedade civil: igrejas, sindicatos, escolas, meios de comunicação, clubes e também na família. Essas entidades são chamadas, pelo autor, de “aparelhos ideológicos de Estado” — AIEs — (1980,

p. 42). E, uma vez que, costumeiramente, a vida cotidiana transcorre no interior desses “aparelhos”, então, “a ideologia interpela o sujeito desde antes de nascer” (1980, p.103). Por isso mesmo ela é estrutural ao sujeito — é “trans-histórica” — e deve ser pensada, salientou Althusser, “como Freud pensou o inconsciente, isto é, eterno”, (1980, p. 75) não cabendo, portanto, avaliá-la como falsidade ou ilusão. É, por isso, que ele propôs uma “teoria geral da ideologia”, que desse conta de ideologias particulares.

Creemos que, a partir desses aspectos do pensamento althusseriano, vários pontos de interlocução entre a teoria da ideologia e a Psicanálise são passíveis de serem estabelecidos.

A interpelação do indivíduo como sujeito pela ideologia, nas palavras de Althusser, pressupõe a existência de um Outro Sujeito, em cujo nome a ideologia faz a interpelação (1980, p. 108). Esse Outro, tipicamente lacaniano, pode ser o Estado, o governo, a “Mãe-Pátria”, Deus, a empresa, a Ciência etc. Além disso, ainda conforme Althusser, a vida no interior dos AIEs implica a aceitação tácita dos seus rituais, das suas regras de sociabilização.¹⁵ Esses rituais, por sua vez, funcionam como espelhos, de forma a que cada sujeito possa contemplar no Sujeito e nos demais sujeitos a sua imagem e semelhança. (1980, p.111) E, como a maior parte da vida transcorre no interior desses AIEs, então, na “miríade de imagens” que compõem as identificações imaginárias, i(A)s, podemos localizar componentes ideológicos. Recai-mos, portanto, na dinâmica das identificações.

Podemos estabelecer aqui um paralelo entre a “interpelação ideológica” althusseriana e a lógica das identificações imaginárias tal como Lacan nos apresentou no “estádio do espelho” (1949). Com essa teorização, Lacan deixou patente que o processo de hominização se dá a partir das identificações imaginárias primárias, ocorridas aproximadamente entre o sexto e o décimo oitavo mês de vida. Assim, a primeira etapa desse longo processo ocorre no âmbito do imaginário: da sensação de despedaçamento à construção de uma imagem ideal de si própria, a criança introjeta, por identificação, imagens do mundo externo, vendo, como este outro, a si própria.

Nesse caso, parece-nos adequada a referência à figura topológica da Banda de Moebius (Figura 1), utilizada por Jacques Lacan para explicitar seu entendimento do inconsciente. Com ela, a dicotomia entre o externo e o interno do sujeito fica anulada, pois ele é ambos e simultaneamente, como podemos depreender da Figura 1, abaixo. Daí Lacan tê-lo denominado de “êxtimo”.

¹⁵ Esse papel dos rituais é bastante explícito nos AIEs religiosos, pois, por exemplo, induzem seus membros a tratarem-se como “irmãos”. Nas forças armadas, os infundáveis exercícios de ordem unida, aliados ao uso de uniformes e etc., cumprem esse mesmo papel. Althusser denominou essas atividades de “saberes práticos” que promovem a “sujeição à ideologia dominante”. (1980, p. 21)

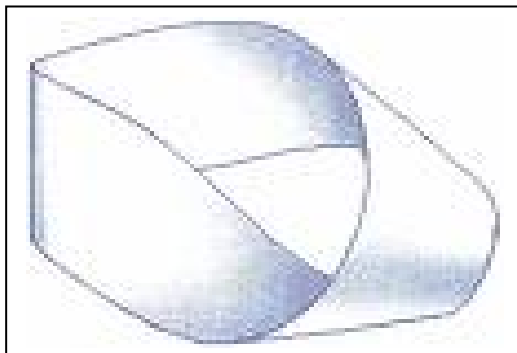


Figura 1- Banda de Moebius.

A rigor, desde Freud, esse caráter “êxtimo” do sujeito que Lacan enfatizou, já era conhecido. Em “O eu e o isso” (1923), Freud diz, textualmente que, “o supereu também é, em parte, externo, isto é, retira das figuras do passado e da tradição toda sua influência. Assim, o supereu torna-se um representante do mundo externo real” (1923, p. 209).

Essas “figuras” aludidas por Freud — imagens —, por sua vez, estão imersas e são produtos de uma dada sociedade, logo, estão fortemente marcadas pela sua ideologia. E, em sendo a sociedade em pauta, capitalista, é mais do que admissível que os sujeitos que a compoñham estejam atravessados pela ideologia burguesa, produzam como resultado indivíduos que supõem estar em agindo livremente, a partir de suas próprias ideias, mas cujas práticas revelam submissão à ideologia dominante (ALTHUSSER, 1980, p. 86).

Reforçando a tese de que a ideologia não pode ser analisada, pura ilusão, temos, contemporaneamente, o filósofo esloveno Slavoj Žižek, para quem “a ideologia não é uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que deve ser concebida como ideológica” (1996a, p. 305). Para ele, pouco importa saber se o conteúdo específico de uma dada ideologia é falso ou verdadeiro. O que importa é a sua funcionalidade para efeitos da dominação (1996a, p. 16).

Se, para Althusser, o assujeitamento do indivíduo se dá, inicialmente, como vimos, através das identificações imaginárias, o “eu-ideal” — $i(A)$ —, na dialética lacaniana das identificações, para Slavoj Žižek, estamos, também, no âmbito do simbólico. Žižek sugeriu que na identificação simbólica, $I(A)$ — o “ideal-de-eu” freudiano — “podemos interpretar o I do ideal como função social e ideológica” (ŽIZEK, 1992, p.109). Mesmo correndo o risco de redundância, lembramos o leitor que Freud, na obra “Psicologia das Massas” (1921), já havia salientado o fato de que as identificações também poderiam se dar com ideias. Portanto, a

ideologia promove a identificação, sendo colocada na posição do “ideal de eu”, e alienando o sujeito ao Outro. E, ao mesmo tempo, a ideologia estabelece laços sociais dentre aqueles que a colocaram na como ideal. Desse modo, o sujeito, que está perdido entre dois significantes, preenche seu vazio estrutural através dessa identificação —I(A) —, pois o Outro, não sendo barrado, é sem falhas.

Posto isso, concluímos com Zizek, que a ideologia equivale ao significante mestre, ao S1, o significante sem significado, resultante da imersão do sujeito na linguagem e, por extensão, numa determinada ordem ideológica (1992, p.14). É, portanto, nesse sentido que devemos apreender a palavra “sujeito”, no sentido althusseriano: o homem assujeitado pela linguagem desde o nascimento. É a entrada na linguagem que permite, portanto a simbolização, inclusive desse próprio “eu”, esse i(A) construído especularmente. Ora, se a marca fundante do humano, o S1 lacaniano, implica esse assujeitamento à linguagem, fato que lhe foi imposto pelo e desde o nascimento, isso significa que o indivíduo nasce com a alienação como destino.

Retomemos uma distinção que Zizek fez na própria ideologia. Para ele, existe a ideologia “em-si”, que corresponde a uma doutrina ou conjunto de idéias que visa a nos “convencer” da sua veracidade, mas ocultando um interesse de dominação (ZIZEK,1996a, p.15). Creemos ser esse o caso da DSN. E, temos também a ideologia “para-si”, que são os rituais aos quais Althusser já havia se referido, e que levam o sujeito a “vivenciar a ideologia”, inscrevendo-a assim no seu próprio corpo (ZIZEK,1996a, p.19).

Porém, foi Louis Althusser quem primeiramente chamou a atenção para o fato de que a ideologia atua nos dois registros, no imaginário, I, e no simbólico, S. No I pelas imagens especulares da criança, que se reconhece no outro e no S, porque esse já preexistia ao seu nascimento. Como os registros do falante — o real, o simbólico e o imaginário (R.S.I.) — representados pelo nó borromeano (Figura 2) são inseparáveis, então a ideologia afeta a todos eles.

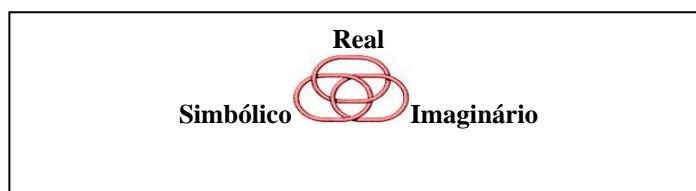


Figura 2 – Nó borromeano.

Vale lembrar que as figuras topológicas, assim como os matemas, assumem uma posição chave na transmissão da Psicanálise. Na figura acima, apresentada em fevereiro de 1972,

inspirada no brasão da família milanese Borromeu, Lacan pretendia representar a equivalência e interdependência dos três registros, R, S e I.

6.3.1 A DSN e a tortura: “sintoma social” ou “fantasia ideológica”?

A leitura de Althusser da ideologia, ao considerá-la estruturante no indivíduo tal como o inconsciente, levou alguns estudiosos, posteriormente, a desenvolverem a noção de “sintoma social”.

Lembramos ao leitor que, em Psicanálise, o sintoma é constitutivo do sujeito — daí a expressão de Lacan, “o ‘eu’ é um sintoma” — não sendo, portanto, uma anomalia, ou uma patologia, então é dessa forma que devemos compreender a palavra “sintoma” quando adjetivada do qualificativo “social”. Não se trata, pois, de uma patologização da sociedade, mas da consideração do sintoma enquanto algo que é inerente à sua constituição. (ZIZEK, 1996a, p. 306).

No âmbito particular, o sintoma, numa das suas várias definições possíveis,¹⁶ é uma “solução de compromisso” que o sujeito adota, entre o desejo e o recalque, para ter acesso ao gozo e, através dele, resvalar no Real e ocultar sua divisão estrutural. O sintoma surge interrompendo a cadeia, fazendo um furo entre dois significantes. Para Lacan (Seminário 11), o sintoma é o retorno da verdade na falha de um saber”. Freud (1938, p.141) afirmou textualmente que “todos os fenômenos da formação de sintomas podem ser justamente descritos como o retorno do reprimido”. Isso que retorna, o sintoma, tem um inegável caráter gozoso. É, pois, um dos momentos em que o Real “lampeja”, o que levou Lacan afirmar que o sujeito “goza com seu sintoma”. Mas, essa lógica escapa ao sujeito, por isso ele fica sempre a repetindo, automaticamente.

“Retorno do reprimido”, “furo” na cadeia: o indivíduo burguês, autocentrado e auto-suficiente é permanentemente atravessado por algo que provém de si mesmo, mas cuja lógica lhe escapa. O mesmo acontece com o discurso liberal burguês: certas contradições manifestam-se evidenciando uma inadequação que, numa análise mais atenta, se revela ser estrutural. Aqui é possível, portanto, estabelecer uma homologia entre a ideologia e o sintoma social. Quer dizer, não que a ideologia seja propriamente o sintoma; ela é, nessa concepção, a cadeia significante, o “S1, S2 ... Sn”. Se o sintoma contém algo da verdade que emerge do Real, en-

¹⁶ O sintoma é um conceito que atravessa toda a obra de Lacan recebendo diferentes conotações. Qualquer tentativa de esgotamento da sua significação, além de extrapolar aos interesses deste trabalho, possivelmente não contaria com a aprovação do próprio Lacan. Se o quisesse, certamente ele mesmo o teria feito.

tão, na sociedade burguesa, o real recalcado da exploração capitalista retorna na forma sintomal da luta de classes o que, para Žižek, “subverte a aparência ideológica da igualdade e da liberdade” (1996a, p. 310).

O sintoma social seria algo que rompesse o recalque, emergindo do real da dominação capitalista, interrompesse a cadeia, como por exemplo, a greve ou a tortura. Por isso, Sidi Askofaré afirmou ser o sintoma uma oposição ao Mestre (ASKOFARÉ, 1997, p.174). Os “furos” na ideologia equivalem, então, ao sintoma. A assimetria entre o propalado universalismo dos direitos burgueses, observou Žižek, e a desigualdade econômica é elemento constitutivo da ordem capitalista, é, portanto, um sintoma social. Por isso, conforme Lacan, Marx foi o “inventor do sintoma”: a assimetria entre o “universalismo de direitos e deveres burgueses” e a “mais-valia” é o sintoma identificado por ele (ŽIŽEK, 1996b, p.306).

Porém, vislumbramos um limite na utilização dessa categoria. Da mesma forma que não há sujeito sem sintoma, vimos que não há sociedade sem ideologia. Mas, a eliminação de um sintoma particular, ou a sua transformação, não altera, estruturalmente falando, o sujeito — o neurótico não se torna psicótico após uma alteração sintomal. Mas, e no âmbito social? Não é possível a transformação estrutural da sociedade? Parece-nos que estamos ante um impasse teórico no uso da noção de sintoma social.

As sociedades se transformam, evidentemente, caso contrário, não teríamos na história: escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo. São sistemas econômicos estruturalmente divergentes, antagônicos por vezes, pelos quais a humanidade atravessou ou os está vivenciando. E, dentro desse viés analítico, cada qual, continha seus respectivos sintomas sociais. Além disso, na eventualidade do advento de uma nova sociedade, essa certamente terá seus respectivos sintomas — afinal o mal-estar é estrutural à civilização.

O mesmo não se pode dizer em relação ao sujeito, que pode deslocar o seu sintoma, a exemplo do drogadido que se converteu num pio devoto de Cristo, ou o especulador capitalista que se transformou em guru espiritual.

Por esse prisma, podemos entender a tortura como um sintoma social, pois sua prática desmente o discurso burguês dos direitos humanos. Mas, é claro que ela pode, eventualmente, ser eliminada, desaparecendo com ela esse sintoma. Porém, fazer extinguir a tortura não significa que o capitalismo tenha desaparecido, e que outras formas de violência de classe não tenham sido mantidas, ou até mesmo novas modalidades desenvolvidas. Portanto, a abolição da violência entre as classes só é possível com a abolição da sociedade que se organiza nessas classes. O que também não quer dizer que a violência humana venha a desaparecer.

Por essa razão, não temos plena certeza de que a categoria de sintoma social possa ser utilizada sem provocar essas dissonâncias, que em última análise dizem respeito à natureza, em certos aspectos díspares, dos objetos que engendraram essa categoria, o particular do sujeito e o coletivo no qual ele está inserido.

Com efeito, parece-nos mais apropriado falarmos da ideologia como uma “fantasia social”, proposta, aliás, lançada por Slavoj Žižek (1996b). E, ao fazer isso, esse pensador acrescenta uma dimensão política ao conceito psicanalítico de fantasia.

No plano da singularidade de cada sujeito, estamos entendendo por fantasia uma enenação inconsciente através da qual o sujeito satisfaz seu desejo que, de outra forma, não encontraria satisfação, pois ele estaria sob o recalque.¹⁷ Portanto, a fantasia decorre do Édipo; ela é fruto da Lei, da intervenção do “pai”, que doravante orienta o desejo do sujeito para os objetos permitidos e o ameaça com a castração em relação ao proibido. É por isso que a fantasia está no cerne de todos os sintomas neuróticos, da qual não passam, tomando emprestada uma expressão de Pacheco Filho, de “invólucros” (2007, p. 4). Daí o matema da fantasia: $\$ a$, em que o sujeito barrado e o objeto, causa do desejo, estão simultaneamente juntos e disjuntos: o sujeito, paradoxalmente, se aproxima e se afasta do objeto a ao mesmo tempo.

É por isso que se pode dizer que as imagens fantasísticas, que povoam o sintoma neurótico, emprestam-lhe caráter perverso, fazendo com o neurótico fantasie o que o perverso atua. Isso porque o neurótico traz a marca da castração, ao contrário do perverso, que a deneiga. Por isso a fantasia acaba, de certa forma, “confortando” o neurótico, pois é ela que, à maneira de um “semblante”, responde ao neurótico sobre o desejo do Outro. Desse modo, respondendo fantasisticamente, o sujeito se preserva do acesso ao Real e, portanto, se protege da angústia.

Por definição, a fantasia contém algo de perverso ao tentar denegar a castração. Essa ambivalência da fantasia permite que a articulação entre gozo e prazer, através de um objeto parcial — o fetiche — acabe funcionando como uma sombra sobre o Real da castração. Mas, se o desejo é sempre o desejo do Outro, então, na fantasia, o sujeito se coloca como objeto de gozo do Outro. Por isso a importância fundamental das fantasias socialmente partilhadas nas montagens perversas.

Daí a homologia entre a fantasia com a realidade ser possível. Partindo do “Seminário 11” (caps. 5 e 6) Žižek propôs que a “realidade” é uma construção fantasiosa que nos permite mascarar o Real do nosso desejo” (1996b, p.323). Isso porque, para o filósofo, da mesma

¹⁷ Nesse cenário, o objeto empírico ocupa posição central, pois, sem ele o sujeito não encontraria para onde dirigir seu desejo e estaria condenado à angústia.

forma que a fantasia para o sujeito particular tampona o traumático do Real da castração, a ideologia é uma fantasia que funciona como tentativa de evitação do Real, do antagonismo de classes, elemento estrutural e definidor da sociedade burguesa. Por isso o neurótico, lembrando de Calligaris, goza com a sua instrumentalidade.

Assim, nos termos da argumentação de Zizek, “o que a ideologia proporciona é a interpretação simbólica da realidade”, uma espécie de “fantasia suprema” que, para esse autor, nada mais é do que “uma forma de escapar dos efeitos traumáticos do Real”. (DALY; ZIZEK, 2006, p.18) Se a imersão na linguagem barra o acesso do sujeito à verdade do seu desejo, ao Real, o mesmo se dá com a ideologia, que oculta o real da luta de classes, remetendo para debaixo da barra de recalque as relações de dominação e a exploração. Na sociedade burguesa, sob a aparência da liberdade e da igualdade, o que está oculto é a “mais-valia” e a opressão.

A rigor, conforme Althusser, a ideologia é trans-histórica porque todas as sociedades possuem um “núcleo traumático”, que precisa ser iludido para que a sociedade possa sobreviver, e isso é feito através da fantasia ideológica (ZIZEK, 1996b, p.327). É por isso que, para Lacan, a ideologia é a própria totalidade empenhada em apagar os vestígios da sua impossibilidade.

E mais, para Zizek, a ideologia, enquanto “fantasia social”, é o que permite “construir a visão de uma sociedade que ‘exista’, de uma sociedade que não seja antagonicamente dividida” (1992, p.123). Daí o uso das imagens de “unidade nacional” ser tão cara aos regimes autoritários. A “fantasia” é, pois, “precisamente a maneira como a clivagem antagônica é mascarada” (ZIZEK, 1992, p.124).

Por equivaler a uma estrutura significante, é comum as fantasias ideológicas reencenarem imaginariamente o mito histórico fundador da sociedade: os heróis fundadores e as tradições ancestrais, que a ligam a esse passado fantasioso. E, ao mesmo tempo, apontarem para o responsável — igualmente mitológico — pela sua desarmonia. Esse Outro histórico, ameaçador, pode ser o negro, o imigrante, o judeu, o comunista.

As condições socioeconômicas do Brasil dos anos cinquenta e sessenta do século passado permitiram que setores da sociedade brasileira tradicionalmente marginalizados da cena política fizessem sua aparição.¹⁸ Camponeses, estudantes, operariado urbano, enfim, contingentes populacionais passaram exigir a ampliação do Estado de Direito e, alguns, até mesmo a

¹⁸ Referimos-nos especificamente ao processo de industrialização do Brasil que, a partir dos anos quarenta, mas, sobretudo na segunda metade dos anos cinquenta, motivou uma intensa urbanização do País. Ambas, industrialização e urbanização foram responsáveis pelo crescimento, em intensidade e qualidade, dos movimentos populares.

propor a substituição da ordem vigente. O elitismo das classes dominantes brasileiras, vendo-se ameaçado, ainda que de alguns pouquíssimos privilégios, construiu um sistema doutrinário que justificou a manutenção do seu *status quo* — a DSN — e promoveu, calcada nela, o Golpe de 1964 e a instalação da ditadura.

A DSN reforçou a tão acalentada fantasia ideológica de união nacional. Nela, a ameaça de conflito social teve um papel fundamental, atribuindo-se a um outro, “estrangeiro”, ameaçador, a não concretização dos ideais nacionais. No nazi-fascismo, por exemplo, esse papel foi atribuído aos judeus; no stalinismo, coube ao burguês o papel de desagregar a ordem proletária; nas ditaduras latino-americanas dos anos sessenta e oitenta, o “estrangeiro” era o comunista. Todas essas imagens do “inimigo da Pátria”, contudo falam muito mais daquilo que se pretende ocultar da própria sociedade do que de ameaças concretas. E o que se pretendia esconder era, precisamente, a secular opressão das classes trabalhadoras, situação que estava sendo questionada em plena praça pública pelo crescente movimento político dessas mesmas classes. Daí o caráter “ordeiro”, autoritário e “unificador” da DSN.

Por isso, entendemos que a DSN cumpriu rigorosamente essa função de fantasia ideológica, jogando a verdade da opressão capitalista para baixo da barra de recalque, tamponando-a. Eventualmente, a DSN basculava sua posição para a de “tudo-saber”, ou seja, S2, colocando-se como agente no Discurso Universitário: nessa posição, apresentando-se como saber neutro, como “tecnocracia”, dissimulava seu caráter classista (ZIZEK, 1992, p.91).

No Brasil da ditadura, cremos serem emblemáticas as palavras do general Ernesto Geisel, quarto presidente da ditadura (1974 – 1979). Geisel aludia à luta contra as organizações de esquerda durante o governo do general Médici, seu antecessor: “era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão: se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou” (D’ARUJO, 1997, p. 224). Como vemos, a ideologia militarista, anticomunista, no lugar dominante no Discurso do Mestre, dispara, no campo do outro, no escravo, o “saber-fazer” da repressão. O resto, o “a”, o gozo, vem como produção: é um gozo mortífero, explicitando a pulsão de morte que preside essa montagem perversa, plenamente justificada pela “fantasia ideológica” da DSN.

7 O Sujeito e a Ética da Psicanálise na Dimensão da Tortura¹

O desejo é o avesso da lei.

“Kant com Sade”
Jacques Lacan

No capítulo seis, “O mal-estar na civilização” (1930), analisando o enigmático mandamento bíblico de “amar ao próximo como a ti mesmo”, Freud se perguntou se seria esse “próximo”, merecedor desse meu tão caro sentimento? E, ele se apressou em responder:

os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa dose de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo (p. 67).

João Lucena Leal, ex-policia federal, atuante na repressão política no Estado do Ceará, no início da década de setenta, comentando seu desempenho nos “interrogatórios”:

eu dava dez, quinze socos, mas não na cara, pois arrebenta o maxilar, quebra os dentes. Eu batia na barriga, no peito. Não deixa marca, hematoma, nada. Aí eles [os torturados, presos políticos] davam a informação. Eu sempre procurei prender vivo. Assim a gente podia desenvolver a investigação e avançar no trabalho (Veja, 9/12/1998, p. 50).

Jacques Lacan, nas páginas finais do seu “Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964; 1998) fez um triste prognóstico do futuro próximo da humanidade:

Afirmo que nenhum sentido da história, fundado nas premissas hegeliano-marxistas, é capaz de dar conta dessa ressurgência, pela qual se verifica que a oferenda, a deuses obscuros, de um objeto de sacrifícios, é algo a que poucos sujeitos podem deixar de sucumbir, numa captura monstruosa.

A ignorância, a indiferença, o desvio do olhar podem explicar sob que véu ainda resta escondido esse mistério. [...] e, ainda uma vez, há certamente poucos que não sucumbam à fascinação do sacrifício em si mesmo, o sacrifício significa que, no objeto de nossos desejos, tentamos encontrar o testemunho da presença do desejo desse Outro que eu chamo aqui de *Deus obscuro* (p. 259).

¹ Uma versão preliminar desse capítulo foi lida e discutida no Núcleo de Psicanálise e Sociedade, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, da PUC-SP. Agradeço a todos os colegas pelas contribuições, especialmente a Anderson Schirmer e Conrado Ramos, incumbidos que foram de arguir o trabalho. Não tive escrúpulos em incorporar ao texto suas valiosas sugestões.

Novamente damos a palavra ao ex-policial João Lucena Leal que, posteriormente, se tornaria bacharel em direito, delegado de polícia, e foi o advogado de defesa de Darli Alves dos Santos, o assassino de Chico Mendes.

Ou me postava do lado da lei, ou virava terrorista. Era o único jeito. Estou dizendo isso porque dei minha contribuição no combate ao terror e agora tenho que contribuir para que fique registrado na História o que realmente aconteceu. [...] Não vejo motivo para o Exército continuar escondendo isso até hoje. [...] dizer que ninguém morreu ou foi espancado é negar a própria História (p. 50).

E, por fim, ainda mais uma vez, recorremos a Freud:

Via de regra, essa cruel agressividade espera por alguma provocação, ou se coloca a serviço de algum outro intuito [...]. Em circunstâncias que lhe são favoráveis, quando as forças mentais contrárias que normalmente a inibem se encontram fora de ação, ela também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com a própria espécie é algo estranho (p.68).

Freud falou em “circunstâncias favoráveis”. Vejamos, então, a título de exemplo, o que nos disse a esse respeito o general Adyr Fiúza de Castro, importante oficial das mais atuantes agências da repressão política entre 1969 e 1974.

Eu também sou muito acusado de torturador. Acho uma graça extraordinária. Não me incomodo com isso, porque tenho minha consciência tranqüila. [...] eu acho que em certas circunstâncias ela é necessária. [...] não sou contra. Guerra é guerra. Se uma neta minha for raptada e eu pegar um camarada que saiba onde ela está, ah! Eu torturo mesmo, faço o diabo, porque estou envolvido. Não tenho nenhum escrúpulo. Não sou cristão, não acredito em vida eterna [...]. Agora, não sou um homem mau, não me considero um homem mau. Mas não sou contra tortura. Acho que ela é válida em certas circunstâncias — para adquirir informações (D’ARAUJO, 1994, p.72-73).

Até o presente momento de nossa tese, realçamos a importância do coletivo na ocorrência do fenômeno a que nos propusemos analisar; vimos como a sociedade brasileira forjou as condições necessárias para a erigção de subjetividades submetidas a uma montagem social perversa. Porém, nosso leitor, por certo, deve estar se perguntando: — “mas, e o sujeito?” Afinal, a Psicanálise é, por excelência, a ciência do sujeito, aliás, é a única que não o perde de vista conservando-o sempre no seu horizonte. A isso equivale dizer que a cultura e as relações de produção não dão conta, sozinhas, da dimensão pulsional do homem, até porque, ela também é determinada por uma história pessoal. Enfim, é por isso que, para a Psicanálise, o sujeito não desaparece. E, ante a essa condição inseparável da própria prática analítica — mesmo aquela “em extensão” — o objeto nos impõem a questão o quanto há de escolha do sujeito na

adesão às montagens. E, além disso, se há uma dose de consentimento na submissão ao Mestre (LACAN, 1969-1970, p. 28), por que não buscar nesses sujeitos algo que aponte para a sua responsabilização pessoal pelas suas escolhas?

Com efeito, para resguardarmos a necessária tensão dialética entre o geral e o particular, preservando desse modo a coerência epistemológica da psicanálise, devemos necessariamente “individualizar sua dimensão, sob o registro da relação com o significante” com “a lei do discurso”. (LACAN, 1969-1970, p. 28). Quer dizer, devemos buscar compreender como cada sujeito se vincula à montagem social, e essa vinculação é absolutamente singular, pois, cada sujeito se remete ao seu próprio Outro. Noutras palavras, se não escutamos pessoalmente a cada um desses sujeitos, procuramos noutros canais de expressão, os significantes que apontem para o posicionamento desses sujeitos.

Nos capítulos anteriores, vimos que há uma dimensão gozosa no assujeitamento do neurótico a uma montagem perversa. Vimos também como os neuróticos são “fisgados” por laços dessa natureza que, aliás, representam o usual dos laços sociais. Mas, a alienação é o destino irremediável? Ela é inescapável? A partir do nosso material empírico, será possível localizar algo nos torturadores que aponte para esse reposicionamento? O sujeito, de assujeitado, pode tornar-se o sujeito ativo da ação?

7.1 A ética

A tortura é um daqueles temas que, reiteradamente, voltam à baila na sociedade brasileira, provocando reações apaixonadas. Afinal, infligir deliberadamente qualquer tipo de sofrimento não consentido a outro ser humano ultrapassa até mesmo os limites de uma ação criminosa e, diriam alguns, nos coloca diante daquilo que Kant denominou de “Mal Radical”. Por isso, adjetivos como “desumano”, “hediondo” etc. são arrolados com o intuito de dar mais dramaticidade à sua qualificação. Sem dúvida, a luta pela abolição da tortura está na pauta do dia dos setores mais progressistas da população brasileira e das entidades de defesa dos direitos humanos, mas enfrentam, como sempre, severas resistências.²

Inegavelmente, a tortura é uma ação ímpia, cruel, mas ela é, como já ressaltamos, uma ação humana e, por isso mesmo deve ser compreendida também na sua dimensão subjetiva,

² Quando redigimos essas considerações, tínhamos em mente a polêmica causada pela intenção de alguns membros da cúpula do Governo Lula de punir os torturadores durante o Regime Militar. Essa iniciativa, que fez eco à voz de familiares de desaparecidos políticos e das vítimas das torturas, foi encabeçada pelo próprio Ministro da Justiça, Tarso Genro, foi rápida e efusivamente condenada por comandantes militares.
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil> Acesso em 31/7/2008.

quer dizer, no âmbito da subjetividade do seu perpetrador.³ Obviamente, isso não significa que os torturadores — e o Regime que se utilizou deles, nem tampouco os segmentos sociais que se beneficiaram com a ditadura — não devam prestar contas para a sociedade por suas escolhas. Mas, não seria de grande valia para a psicanálise, tampouco para nosso trabalho, avaliarmos a tortura tão somente do ponto de vista da moral dominante. Ou ainda, se o senso comum acerca da ética e da moral fosse por nós encampado sem que dele se fizesse uma análise crítica, sempre a partir do referencial analítico. É o que faremos a seguir e, a partir de então, definiremos o que estamos entendendo por ética da Psicanálise.

É bastante comum que a referência à ética nos remeta à dimensão pública das ações morais. E, nesse caso, o paradigma é o pensamento aristotélico, especialmente sua obra “Ética a Nicômano” (EN), reconhecida como o fundamento filosófico e milenar de todo o discurso sobre a ética. Essa foi apresentada, conforme leitura de Lacan desse livro de Aristóteles, “como a ciência, a ‘episteme’, a ciência do que deve ser feito”, ou seja, a “norma de um certo caráter, ‘ethos’”. Esse “ethos” se traduz pelo “discurso reto”, pela “temperança” (*sophosyne*), pela boa ação. (1959-1960, p. 33-34) É, com efeito, no seu contexto original, a ética da pólis, do mestre antigo no convívio público com os seus pares, seus concidadãos.

Essa concepção parte da premissa aristotélica de que toda a ação visa a um fim, e esse fim é sempre um bem para quem a realiza. E, ainda conforme o filósofo grego, o mais desejado desses bens é a felicidade, o “sumo bem”. (EN, 1049a p. 20) Sendo impossível a um cidadão grego conceber a si mesmo fora do âmbito da pólis, o bem do indivíduo — prova disso é a importância da pena de ostracismo — e o bem do Estado são consequentes, sendo esse mais importante que o primeiro. Por essa razão que a ética aristotélica diz respeito, primeiramente, à esfera da pólis. Consequentemente, a felicidade do Estado se confunde com a do indivíduo. Isso leva à responsabilização de cada cidadão por seus atos perante o coletivo. Maior exemplo dessa ética cidadina e da submissão às suas leis é o fim trágico do filósofo Sócrates que, mesmo diante de uma decisão injusta do tribunal de cidadãos, que o condenou à morte, ele se manteve leal às suas leis.

Herdeiro da tradição aristotélica, o ponto de vista da ontologia racional-iluminista, ou mais precisamente, no legado cartesiano e kantiano, a concepção contemporânea de ética e dos direitos humanos se sustenta sobre dois pilares:

³ Ao dizermos que a tortura é humana, não estamos sugerindo a resignação cínica da sua “inevitabilidade”, nem tão pouco a sua naturalização. Por fazer parte do laço social, a tortura não escapa ao enlaçamento simbólico. Mas, no tocante ao torturado, ela é também da dimensão do “Real fora de sentido”, daí a dificuldade de muitos em falar dela. Mas, mesmo ante essa dificuldade que lhe é inerente, e, também por isso mesmo, é preciso que dela se fale.

- a- na noção de indivíduo, e de que ele é portador de direitos naturais que lhe seriam inalienáveis;
- b- na presunção da existência metafísica do mal, aliás, de um “Mal Radical” e, por conseguinte, do seu antônimo, do Bem.

Disso, Kant concluiu que “existem exigências imperativas, formalmente representáveis, que não devem ser subordinadas a considerações empíricas ou a exames de situação; que esses imperativos se referem aos casos de ofensa, de crime, de Mal [...]” Estamos ante a “fundamentação metafísica dos costumes”, da defesa de uma ética que estaria acima de qualquer materialidade empírica, exigindo submissão incondicionada, mesmo sob o risco de morte, tal e qual o exemplo socrático é modelar.

O Estado de Direito — um dos filhos diletos do Iluminismo — seria, para os que propugnam essa concepção, a única salvaguarda contra o Mal, pois apenas ele transformaria em leis positivas o que a razão prática prescreve imperativamente, como podemos depreender da citação de Kant.

Mas, dialetizando essa proposição, vemos que se, por “Estado de Direito” subentende-se as democracias parlamentares ocidentais criadas na pura tradição iluminista, teríamos como resultado que o modelo ocidental europeu de política teria o monopólio da ética e a ela estaria subordinado⁴ (apud BADIOU, 1995, p. 23). Consequentemente, princípios éticos fundamentados noutras bases seriam refutados aprioristicamente. Além disso, essa ética, ao pressupor o Bem e o Mal como entidades metafísicas fundamentais e transcendentais, ampara-se numa visão idealista de homem, concebendo a existência de uma natureza humana universal, anterior a toda e qualquer relação social. Essa concepção, se levada ao seu extremo perverso, pode sustentar posições racistas ou totalitárias, ao permitir a pressuposição de que existam grupos étnico-culturais ou políticos dotados de uma malignidade natural.

Também Alain Badiou fez severas críticas a esse entendimento de ética que, para ele, estaria identificada ao sofrimento individual alheio, além de subordiná-la às democracias liberal-burguesas. (apud BADIOU, 1995, p. 24). E, ainda conforme Badiou, já nos anos sessenta e setenta do século passado, a existência de uma natureza humana universal, proposta pelo Iluminismo, havia sido refutada por diversos pensadores, assim como a noção de indivíduo denunciada como ideológica. E, para exemplificar, Badiou cita três deles: Michel Foucault, que demonstrou que o Homem não passa de um conceito e, por isso, mesmo, historicamente

⁴ Mero lembrete: o Brasil era anunciado, pelos governos militares, como um Estado de Direito. E, a rigor, jamais deixou de sê-lo do ponto estritamente legal, uma vez que o sistema jurídico jamais foi abolido. Alegar que eram leis ilegítimas, ainda assim, não as abole.

datado e circunscrito a uma dada modalidade de civilização. Louis Althusser, que revelou o assujeitamento estrutural do indivíduo à ideologia, confirmando assim a inconsistência dos argumentos que procuravam sustentar a noção do homem enquanto ser “indiviso”. E, ainda nos termos da análise de Alain Badiou, foi Jacques Lacan quem mostrou que, psicanaliticamente falando, o “eu” da consciência [*moi*] é um sintoma, fruto de uma miríade de identificações, e que o “eu” propriamente dito [*je*] só é acessível através desses mesmos sintomas, chistes, atos falhos e dos sonhos. Daí, não haver uma natureza humana universal, exceto a sua “excentração social”, quer dizer, sua absoluta imersão no universo simbólico da linguagem.

Contudo, em que se pese toda a força do social na constituição do sujeito, suas respostas frente às demandas e ao desejo será sempre singular. Isso nos leva a concluir, e aqui novamente concordamos com A. Badiou, que não há “um único Sujeito, mas tantos sujeitos quantas verdades haja, e tantos tipos subjetivos quantos procedimentos de verdade”⁵ (apud BADIOU, 1995, p. 42). Consequentemente, a defesa da ética como descrevemos acima pode ser tomada como defesa de um princípio ideológico ocidentalizante, pois postula haver existência metafísica do “mal”, o que também a aproxima da religião.

Quanto ao qualificativo “mal”, Badiou está subentendendo não apenas a prática da tortura, mas toda e qualquer forma de sofrimento imposta a um semelhante sem o seu consentimento, inclusive os padecimentos de natureza econômica.

Finalmente, em relação a esse “mal”, Badiou considera que o homem, nas suas “rotinas de sobrevivência”, é indiferente a qualquer presunção metafísica da existência do Bem e do Mal. (apud BADIOU, 1995, p. 71) Sintetizando, para Badiou: “sem a consideração do Bem, e, portanto, das verdades, não existe senão a inocência cruel da vida, que está aquém do Bem e do Mal” (grifo do autor). Com esta conclusão, o filósofo acaba aproximando-se bastante da ética da Psicanálise, pois, para ele, “não há ética, senão das (grifo do autor) verdades” (apud BADIOU, 1999, p. 42).

E qual a “verdade” na ética da Psicanálise?

É a verdade que anima o sujeito, isto é, a verdade do seu desejo.

⁵ Badiou (1995) entende por “verdade” um acontecimento de tal consistência que destrutura o sujeito, levando-o a buscar novas formas de vida e de laço social. Nesse caso, o sujeito está sendo “fiel” à verdade desse acontecimento, cujo conteúdo, a rigor, já estava de posse do sujeito, mas era um saber não sabido.

7.2 A ética da Psicanálise

O ritual da tortura era praticamente o mesmo em todas as agências repressivas. “Caído” o guerrilheiro, de imediato, quase sempre na própria viatura que o levava até a sede da agência, tinha início o seu espancamento. Socos, chutes, tapas, tudo muito rústico e grosseiro, acompanhado sempre de xingamentos aos berros, impropérios e ameaças: “comunista filho da puta”, “bicha comunista”, “maconheiro”, “vai falar ou morre”, “vâmo vê se tu é macho mesmo”. A intenção óbvia era aterrorizar o suspeito e debilitar suas resistências psíquicas para facilitar o trabalho da equipe de interrogatório. Os xingamentos, aliás, não cessavam em instante algum. Mesmo sem ter “aberto” nada, o preso era chamado de “covarde”, “traidor” etc.

Todos esses impropérios, do ponto de vista psicanalítico, não deixavam de corresponder a elementos do psiquismo de qualquer sujeito humano. Por isso sua eficácia, a exemplo do frei Tito, que sonhava pesadelos com um Fleury gritando-lhe: “todo padre é homossexual”, “comunista traidor da Bíblia” etc.

Os espancamentos a mão nua ajudavam a realçar o aspecto grotesco, bárbaro, da tortura. O contato com pele do torturador visava a evidenciar a total submissão da vítima à sua vontade que, no porão, era a lei. Esse contato físico direto, não só era sentido com asco pela vítima, mas muitos dos presos afirmaram sentirem-se mais humilhados e atemorizados com os tapas na cara do que com os choques elétricos ou o pau de arara. O torturador tinha que convencer o torturado de que ele estava absolutamente acima de qualquer regra e lei, e que o preso dependia totalmente dele.

Entregues às equipes de interrogatório, os presos eram imediatamente despidos, encapuzados, e os espancamentos prosseguiram. Se, ao ser despido, o preso se sentia ainda mais fragilizado, ao ser-lhe vestido o capuz, passava a ter certeza de que, doravante, não passava de um mero objeto nas mãos dos seus sequazes. O ar pesado da sala de torturas, sem ventilação, onde se misturavam o odor fétido de sangue pisado, excrementos e suor, e a fumaça dos incontáveis cigarros que, invariavelmente eram apagados no corpo do preso, agravava a tensão. A posição da vítima no pau-de-arara facilitava o espancamento, pois, além de imobilizada, partes bastante sensíveis do corpo ficavam à mostra. Dependendo das suspeitas que recaíssem sobre o preso e também da disponibilidade de equipamentos, a tortura prosseguia com o uso de choques elétricos. Na falta desses equipamentos, a rica imaginação dos torcionários encontrava substitutos tão eficazes quanto a “pimentinha” ou a “cadeira do dragão”.

Cremos ser desnecessário aprofundarmos em detalhamento a cena da tortura. Somente o “Projeto BNM” recolheu quase dois mil depoimentos, atualmente disponíveis nos sítios eletrônicos das entidades de defesa dos direitos humanos. Todo pesquisador interessado encontrará, ali, um repertório fabuloso da engenhosidade humana no tocante a submeter seu semelhante a sofrimentos. Nossa questão é saber o que a Psicanálise tem a dizer sobre isso. E, para tentar responder mais uma vez a essa questão, apoiamo-nos na psicanalista espanhola Carmen Gallano, para quem,

Si sostenemos que el psicoanálisis es una experiencia que lleva a un sujeto a examinar cómo ha respondido frente a lo real fuera del sentido, en sus avatares de trauma particulares a cada cual y no universalizables, como psicoanalistas nos interesamos por como cada analizante es parlêtre al haber sido hablados por sus antecesores.⁶

Jacques Lacan abre o “Seminário 7”, precisamente aquele que tem por objetivo discutir a ética da Psicanálise, lançando um desafio aos analistas: “encontramo-nos diante da questão de saber o que a análise permite formular em relação à origem da moral”. (1959-1960, p. 14)

Vimos no tópico acima que desde Aristóteles a ética ocidental postula a temperança, a *sophosyne* como o caminho para a felicidade. Assim sendo, ela se opõe ao princípio do prazer: o homem ético deve, por definição, guiar-se pelo princípio da realidade, mais apropriado à vida cívica. Nas palavras de Lacan, “para Freud, tudo o que vai em direção à realidade exige não sei que temperança, baixa de tom do que é, propriamente falando, a energia do prazer”. (1959-1960, p. 23) Noutros termos, a lei moral se anuncia contra o prazer; nos moldes kantianos ela se impõe acima de qualquer benefício ou consideração de ordem material. É por isso que ela pode se transformar num “imperativo categórico”.

Porém, Freud nos mostrou a existência de algo para além do princípio do prazer e que, nas palavras de Lacan, prevalece acima de tudo e de todos como “uma lei superior”, com “um caráter de ‘*Wunsch*’ imperioso”, bem nos moldes kantianos. (1920, p. 35) É a pulsão de morte. Foi o automatismo da repetição, nos termos do “Além do Princípio do Prazer”, que apontou a Freud a ocorrência de “algo mais elementar e mais instintual que o princípio do prazer” (1920, p. 37), ou seja, a própria pulsão de morte. Para Lacan, o alcance da pulsão de morte vai muito além de uma tendência de retorno da matéria orgânica ao inanimado; ela não é “senão uma vontade de destruição direta” (1959-1960, p. 259).

Façamos, portanto, uma pequena digressão metapsicológica para verificarmos o impacto dessa descoberta freudiana nas concepções sobre ética.

⁶ Frase extraída de um “e-mail” da autora - psicanalista espanhola -, que circulou entre os membros da Escola do Campo Lacaniano, nos dias 16 e 17 de outubro de 2008.

Toda a organização do sujeito consiste em rodear o “das Ding”, ou seja, em manter-se nas cercanias daquilo que restou após seu ingresso na linguagem e que, se tornou eternamente desejado, mas para sempre inatingível. Essa “Coisa”, denominada de “objeto *a*” por Lacan e que se situa no campo do Real, ante a sua avassaladora insistência em retornar, da qual a brincadeira do “fort Da” é o prematuro prenúncio de toda uma vida, é determinante da “primeira escolha, o primeiro assento da orientação subjetiva”. É aquilo que Lacan, citando Freud, chamou de “*Neurosenwahl*”, isto é, “a escolha da neurose”, e que “regulará doravante toda a função do princípio do prazer”, (1920, p. 72) e que revela a inextinguível tendência de retorno ao Real, tão emblematicamente denominada por Freud de “além do princípio do prazer”.

Mas, o encontro com o Real, o retorno à “Coisa” é mortífero, pois equivaleria à anulação do sujeito, por isso ele não é simbolizável; referir-se ao “das Ding” é referir-se à morte. Portanto, para aceder a ele, é preciso transgredir a Lei.

O sintoma, essa repetição sintomática é dialética e paradoxalmente, um flerte pulsional com o Real, e simultânea e contrariamente uma defesa contra ele. Eis o paradoxo: o “das Ding” é o “bem supremo” do sujeito, mas ele não pode suportá-lo, e é por isso que “a relação do sujeito com ‘das Ding’ se apresenta como um mal — o sintoma”. (1959-1960, p. 95) É o “bem no mal”, ou seja, o sintoma protege o sujeito da aniquilação psíquica, por isso ele é um “bem”, mas é ao mesmo tempo um mal, porque impede o sujeito de aceder ao objeto causa do seu desejo. Citando textualmente Freud, no “Além do Princípio do Prazer”: “os processos envolvidos na formação de uma fobia neurótica [...] nada mais é do que uma tentativa de fuga da satisfação de uma pulsão [...]” (1920, p. 60).

Esse rodear, o “das Ding”, é o que Lacan precisamente nomeou de gozo. Por isso o gozo é imperioso. Por isso o gozo pode ser mortífero. E é por isso que, em relação ao inconsciente, não cabe falar em “bem” ou “mal”. Para além de toda a moral, o isso se anuncia “eu sou o que sou”. Por essa razão que o “das Ding” se apresenta, ao nível da experiência inconsciente, como aquilo que constitui a Lei. (1959-1960, p. 93) O “das Ding” é, portanto, o fundamento, derrubado, invertido, em Freud, da lei moral. Daí a ação moral, para Lacan (1959-1960, p. 35) ter se enxertado no Real.

Retomando nossa discussão acerca da ética, mais precisamente da ética da Psicanálise, o supereu, tão bem retratado na sua origem e função civilizatória pelo “mito” freudiano do parricídio original, reprime o desejo e impõe ao sujeito a “experiência do dever”. E o faz, normalmente, nas palavras de Lacan, por “imperativos frequentemente estranhos, paradoxais, cruéis [...]”. (1959-1960, p. 16) Diante dessa verdadeira opressão do isso sobre o eu, através do supereu, impõe-se saber qual o verdadeiro dever do sujeito. Lacan responde: “não é ir con-

tra esse imperativo”. (1959-1960, p. 17) Ora, essa é a ética da Psicanálise, e que propõe que o sujeito não deva ceder de seu desejo, sendo esse o verdadeiro “imperativo categórico” da ciência freudiana.

E, desde o texto de 1948, “Agressividade em Psicanálise”, que Lacan já observara que a estrutura neurótica obsessiva destinava-se a “camuflar, negar, dividir e atenuar” o que ele chamava então de “intenção agressiva”. (1948, p.111) E, também nesse texto (p. 107), Lacan já alertava para a ocorrência do gozo (sem usar essa palavra, que lhe é posterior) nas relações sociais, inclusive naquelas com os indivíduos mais próximos. Aliás, a agressividade, conforme Lacan está na origem do próprio sujeito humano desde os seus primórdios, quando do “estádio do espelho” até a fase edípica. São imagens identificatórias, responsáveis pela formação do sujeito, tais como:

imagens de castração, emasculação, mutilação, desmembramento, desagregação, eventração, devoração, explosão do corpo, em suma, as *imagos* que agrupei pessoalmente sob a rubrica ,que de fato parece estrutural, de *imagos*.(LACAN, 1948, p. 107).

Quando o sujeito coloca a si próprio a pergunta “que o Outro quer de mim?”, está escamoteando o seu próprio desejo e, portanto, supondo que o Outro sabe sobre o seu próprio desejo. Eis então o questionamento fundamental da ética da psicanálise: “devo ir à direção do meu dever de verdade na medida em que ele preserva o lugar autêntico do meu gozo, mesmo que ele fique vazio? Ou devo resignar-me a essa mentira [...]?” (1959-1960, p. 232) Mas, essa resignação, muitas vezes cínica, garantia gozo aos torturadores; ao obedecerem às interpelações do Outro, satisfaziam-se. Supomos serem exemplares nesse sentido as palavras do ex-tenente do DOI mineiro, Marcelo Paixão de Araújo, reconhecido por cerca de vinte torturados, que admite, não sem certo tom de orgulho, ter seviciado mais de trinta presos. Vejamos, então

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o ponto, os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo pra ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. [...] Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória.

A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. [...] eu gostava de ligar nas duas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado.

O ultimo estágio em que cheguei foi o pau-de-arara com choque. Isso era para o queixo duro, o cara que não abria nas etapas anteriores.

Conrado Ramos já havia alertado para o fato de que o gozo perverso é ideológico, e que não passa de uma “mimese da satisfação real” (2004, p. 222). O tenente Marcelo Paixão, qua-

lifica sua atividade nos porões da ditadura, reconhece-se “bom na palmatória” e admite que “gostava” de certas modalidades de choque elétrico. É a anulação do outro, tal e qual no tema do Discurso Universitário, que reduz o outro a um mero objeto. Marcelo Paixão não nos parece ter sido um apaixonado pela tortura, tão pouco pela farda que vestia. Revela-se muito mais um eficiente burocrata. Por isso mesmo foi condecorado pelos superiores: a perversão içada à posição de paradigma das relações sociais na ditadura.

7.3 O sujeito e sua responsabilidade

No capítulo seis, destacamos como o sujeito recai continuamente em alienações porque ele é estruturalmente alienado — daí a repetição, a busca pelo tamponamento da sua falha estrutural através de fantasias de completude. Por isso, os neuróticos constroem um suposto saber coletivo, o Grande Outro, que se constitui numa ilusão coletiva compartilhada. Aliás, a montagem é a própria encarnação do Grande Outro, observou noutra ocasião, Conrado Ramos. Por esse motivo a ideologia e a religião ocupam o mesmo lugar: são respostas, na forma da fantasia coletiva, aos apelos do Grande Outro. E isso é feito como uma alternativa ao gozo individual, isso, pois excluído do grupo, mostrou-nos Freud, “um neurótico é obrigado a substituir por suas próprias formações de sintomas as grandes formações de grupo.” (1921, p. 178) Resultado: os neuróticos buscam o gozo da instrumentalidade ao gozo do Outro. Cremos que ser a frase a seguir exemplo dessa sujeição: “Eu estava cumprindo meu dever. Se não cumprisse, perdia o emprego [...]. Era meu papel. E a ordem era baixar o pau. Então eu baixava o pau (ex-policial João Lucena).

Mas, se há espaço para o desejo na vinculação a uma montagem perversa, então o sujeito deve se responsabilizar por sua vinculação. Vimos nos tópicos acima que, para a ética da Psicanálise, cada sujeito deve se responsabilizar pelo seu próprio desejo: “o analista se autoriza de si mesmo” (LACAN, 1973, p. 313) . Disso decorre uma consequência fundamental para o nosso trabalho, que diz respeito ao laço social.

O sujeito deve se responsabilizar pelos seus atos, sejam eles inconscientes ou não, pois esses remetem à esfera do “ethos”, da qual o sujeito, mesmo o psicótico, não consegue escapar. E, por conseguinte, ele será alcançado pelo “longo braço” da lei, ou da Lei. Suas escolhas decorrem de seus desejos que, por mais que estejam calcados no “desejo do Outro”, têm repercussões no âmbito da cidade. Por isso, para se posicionar ante suas próprias escolhas, é

indispensável que o sujeito admita uma perda de gozo, isto é, do “desejo de reconhecimento”, conforme veremos a seguir.

Cremos ser pertinente nesse ponto de nossa tese, fazermos algumas considerações acerca da dialética Senhor/Escravo tal como Alexandre Kojève (2005) a apresentou e que, assimidamente, influenciou de modo decisivo o pensamento de Lacan.

Na sua “Introdução à leitura de Hegel”, Kojève propôs que o “eu” não surge de nenhuma contemplação metafísica ou racionalização, como sugere a Filosofia, mas do “desejo”. Para ele, apenas o “desejo consciente” tem capacidade de revelar o “eu” ao sujeito humano. O desejo, por sua vez, leva o homem a agir, produzindo como resultado a destruição do objeto desejado, ou, no mínimo, a sua transformação. Mas, dialeticamente falando, o “eu” também sofre alteração consecutivamente ao ato da realização do desejo. De “puro vazio” que era o “eu” do desejo, ele ganha positividade ao assimilar o que foi desejado.

Todavia, para que o desejo do homem seja, de fato, humano, quer dizer, para além da mera conservação animal, é preciso que ele tenha como objeto algo que transcenda a sua natureza animal imanente. E, o que transcende a animalidade é o próprio desejo. Logo, o homem, só se humaniza, se torna uma “consciência-de-si”, no termos kojevianos, ao desejar o desejo de outro homem. E, nesses termos, o que o homem mais deseja de outro, é o seu reconhecimento: o homem só se torna “consciência-de-si” ao ser reconhecido por outro.

Essa busca por reconhecimento acaba, por fim, engendrando uma luta entre os homens. É uma luta mortal; uma luta por puro prestígio, da qual ambos podem sair mortos. Mas, para que haja reconhecimento, é necessário que a luta não chegue a um termo fatal. E, isso só é possível se os adversários, conforme Kojève,

se comportarem de modo diverso durante a luta. Por atos de liberdade irreduzíveis, até imprevisíveis ou indeduzíveis, devem constituir-se como desiguais nessa e por essa luta. Um, sem ter sido a isso predestinado, deve ter medo do outro, deve ceder, deve recusar-se a arriscar a vida em nome da satisfação de seu desejo de reconhecimento. Deve abandonar seu desejo e satisfazer o desejo do outro: deve reconhecê-lo sem ser reconhecido por ele. Ora, reconhecê-lo assim é reconhecê-lo como senhor e reconhecer-se (e fazer-se reconhecer) como escravo do senhor (p. 15).

É por isso que Lacan afirmou que, na posição de escravo, há algo da ordem de um consentimento:

Nada indica, com efeito, de que modo o senhor imporia sua vontade. Não há dúvida de que aí é preciso um consentimento, e o fato de que Hegel não possa se referir nessa ocasião, como signifiante do senhor absoluto, senão à morte, é, por ora, um sinal [...]. Quanto ao escravo, é a mesma coisa — ele renunciou precisamente a se confrontar com ela (1969-1970, p. 28).

Vejamos um exemplo histórico.

O sargento Marival Dias Chaves do Canto serviu no DOI-CODI/SP entre 1970 e 1976. Sua função era a de “analista de interrogatórios”, ou seja, averiguar a veracidade das informações obtidas junto aos presos pelas equipes de torturadores. Quer dizer, ele não participava diretamente das torturas, mas trabalhava com os informes conseguidos a partir delas. Em 1992, Marival prestou um longo depoimento à revista “Veja” (18.11.1992, p. 20-32).

A partir do seu relato, podemos depreender diferentes posições subjetivas dos torturadores. Primeiramente, ressalta uma posição absolutamente “funcional”, quando o sargento Marival pondera que:

matar subversivos era uma atividade altamente profissional. Nas casas de São Paulo (aludindo aos centros extraoficiais de prisão e tortura) havia uma equipe especializada na ocultação de cadáveres.

Seu depoimento segue descrevendo em detalhes o esquartejamento dos corpos para dificultar a localização e a identificação dos assassinados. Era uma operação minuciosa, executada de maneira fria e calculada, o que sugere duas coisas: que a vítima teve toda a sua humanidade apagada; e o executor agia como um “operário da violência”, gozando sua própria sujeição ao suposto gozo do outro.

E, prosseguindo no depoimento do sargento Marival:

Na repressão existiam dois tipos de pessoas. O primeiro, com vocação para matar, inspirado pelo ódio. O outro, não tinha vocação para o crime, mas estava impregnado pela Doutrina de Segurança Nacional. Eles matavam por achar que estavam salvando o País do comunismo.

Ao lado de homens absolutamente tomados pela inércia totalitária do laço social (CALLIGARIS, 1986), Marival apontou para a ocorrência de sujeitos perversos que, certamente, ao lado dos neuróticos “banais”, também atuavam na polícia política.

Mas todas essas posições trazem consigo alguma dose de submissão, de “consentimento”. Afinal, por medo da morte, o escravo aceitou reconhecer o senhor. Não há, então, escapatória para o sujeito? A dialética kojéviana nos indica uma saída diferente daquela escolhida por Antígona — paradigma de toda a ética do desejo.

Repetindo, a consciência servil é aquela que se submeteu por medo da morte: é o escravo. Mas, Kojève nos mostrou que, ao final, dialeticamente, essa consciência irá suprimir sua sujeição e construir sua autonomia: “como consciência reprimida em si mesma, a sujeição vai entrar em si e *inverter-se-e-falsear-se* de modo a se tornar verdadeira autonomia”(CALLIGARIS, 1986, p. 24). Quer dizer, é possível uma mudança de posição; a alienação não é, de fato, definitiva.

Creio que, a título de exemplo, seria interessante trazer outro episódio histórico.

O 3º. sargento Carlos Roberto Pittoli dividia seu tempo entre o 2º Batalhão de Polícia do Exército (PE), onde servia, e a militância na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que congregava vários dos militares insatisfeitos com a ditadura. Suspeito de estar envolvido no planejamento de uma ação de libertação de presos políticos encarcerados no mesmo quartel onde servia — ação que não chegou a ser realizada — Pittoli foi preso (05/2/1969) e duramente torturado por seus antigos companheiros de farda, nas próprias celas da PE.

Em agosto deste mesmo ano, foi transferido para a Fortaleza Itaipu, na Praia Grande, que na ocasião era comandada pelo coronel Erasmo Dias. Já não sofria mais espancamentos, nem qualquer outra forma de violência física direta, mas as condições carcerárias eram tão agressivas que equivaliam às torturas que havia sofrido na PE. Dando voz ao próprio Pittoli:

Foram quase dez meses de isolamento, de solitária, haja vista que fui colocado numa masmorra, próxima da praia, prédio de construção do tempo do Brasil Colônia. [...] Sol, nem pensar. Banho de chuveiro, idem. Comida trazida de qualquer modo, com as mais sórdidas sacanagens que se possa imaginar, fruto de uma cabeça doente, cuja paranóia se alastrava pelo resto do corpo da tropa, com raras exceções (grifo nosso) (FREIRE, p. 112).

Soldados indignados com o tratamento recebido pelo preso procuravam amenizar seu sofrimento. Mesmo sob risco de serem encarcerados em condições idênticas, alguns deles, responsáveis por sua guarda, lhe forneciam livros, bebidas, cigarros, enfim, objetos aparentemente insignificantes, mas que o mantinham lúcido e esperançoso. Esses pequenos gestos, se não “derrubavam” a ditadura, ao menos davam apoio moral a Pittoli. Para Benjamin, “o cronista que narra os acontecimentos” não deve fazer distinções “entre os grandes e os pequenos”, pois, “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. (1940; 1987, p. 223) Logo, posições diferentes daquela assumida pela maioria eram possíveis.

7.3.1 O ato analítico

O fim da análise se dá com o ato, o “ato analítico”. Com ele, o neurótico atravessa o fantasma e torna-se um analista, ou seja, fala a partir do lugar do desejo, remetendo-se a um sujeito barrado que, por sua vez, irá se haver com o seu próprio Grande Outro, o S1.

O “ato”, tal qual pensado por Lacan (ato analítico) e por Badiou (ato político) é o que permite ao neurótico escapar da trama dos ideais, ou melhor, se reposicionar ante ela e se colocar em relação às suas próprias escolhas.

Lacan dedicou seu seminário de 1967-1968 ao tema do ato analítico. A questão central do seu ensino daquele ano era a de saber o que pode advir ao final de uma análise. Essa ocorre quando o sujeito se dá conta da falha do “sujeito suposto saber”, ou seja, quando Outro já não

responde mais à indagação sobre o que quer de mim. Ao interpelar o Outro, “que queres de mim?”, e obtendo o silêncio como resposta, a falha do Outro se evidencia. Ato contínuo, o “objeto a” se apresenta ao sujeito barrado, produzindo uma interrupção na cadeia significante, que permite a “travessia do fantasma”. A envergadura dessa situação é de tal monta que provoca uma verdadeira dessubjetivação, ou, como disse Lacan, é um “ato tal que destitua em seu fim o próprio sujeito que o instaura” (1967-1968).

É dessa situação que pode advir um analista, é por isso também que Lacan afirmava que “o psicanalista faz-se do ‘objeto a’”. Vale lembrar que os pressupostos desse ato já estavam no próprio sujeito, ainda que ele não o soubesse. Era um “saber não-sabido”; um “saber que já estava lá, esperando-nos [...]” (1967-1968, Lição de 03/11/1967, p. 10). Assim, o sujeito neurótico, ao invés de ficar repetindo sintomaticamente suas lamúrias, pode consumir o fato, atuar. Em tempo, no ano seguinte ao desse seminário, Lacan trouxe a público sua teoria dos quatro discursos.

Mas, adverte Lacan, se a análise é condição necessária ao advento do analista, ela, por si só, não é suficiente. É verdade que “o analista autoriza-se de si mesmo” (1973; 2003, p. 312), mas para que tal fato ocorra, é preciso algo da ordem do “entusiasmo” (1973; 2003, p.313). Daí a pertinência da lembrança do libelo sadista, tão enfatizado por Lacan no “Seminário 7”: “franceses, mais um esforço para serem republicanos”. (1959-1960, p. 100) Noutras palavras, “só existe analista se esse desejo lhe advier”. (LACAN, 1973; 2003, p. 313)

O ponto de partida disso é o “desejo de saber”, ou seja, a posição histórica. Impulsionada pela busca da “verdade”, a histórica interroga o Mestre, o “todo-saber”. E, sem resposta, ante a iminência do horror do “a”, angustiada, a histórica se reposiciona, efetuando um quarto de giro. Ascende, portanto, para a posição de agente, aquele saber não-sabido, causa do horror. Aí se situa o analista, aquele que para Lacan, “deve ter circunscrito a causa de seu horror, o dele próprio, destacado de todos — o horror de saber” (LACAN, 1973; 2003, p.313).

7.3.2 O ato político

Outra digressão, igualmente histórica. E, novamente, recorremos ao ex-tenente Marcelo Paixão. Indagado pelo repórter da “Veja” que o entrevistou em 1998, sobre o porquê da sua participação nas torturas, respondeu:

Eu poderia alegar questões de consciência e não participar. Fiz porque achava que era necessário. É evidente que eu cumpria ordens. Mas aceitei as ordens. Não quero passar a idéia de que sou um bitolado. Recebi ordens, diretrizes, mas eu estava pronto para aceitá-las e cumpri-las. Não pense que eu

fui forçado ou envolvido. Nada disso. Se deixássemos VPR, Polop ou o que fosse tomar o poder ou entregá-lo a alguém, quem se aproveitaria disso seriam os comunistas. [...] O pau comia mesmo. Quem falar que não havia tortura é um idiota. (Veja, 9/12/1998, p. 45).

O ato é da ordem do Real: falha da palavra, o não-simbolizável, a travessia do imaginário. (BADIOU, 1999, p. 64) Explicando: a verdade do sujeito, do \$, é o que resta após o seu ingresso na linguagem. Estamos, pois, no âmbito do Real. Por isso, a verdade não pode ser dita, uma vez que ela não está no registro do simbólico, mas ela é sabida, aliás, é um saber não sabido: é o saber do escravo. Por isso, Badiou afirma que o “ato é um passe do saber [...]”. (BADIOU, 1999, p. 56) Para Lacan (1969-1970), é próprio da psicanálise que ela “se possa constituir um saber sobre a verdade”.

O ato político, assim como o seu análogo, o ato psicanalítico, não está a serviço de nenhum senhor. Por isso, tal como ele foi proposto por Badiou (1999, p. 79) e por Célio Garcia (1994, p. 5), pensar a política psicanaliticamente é ir além dos modelos pré-estabelecidos, das estruturas alienantes.

As políticas empíricas não têm compromisso com a verdade; elas são uma mistura de poder e opinião. As subjetividades que as organizam é o interesse, o lucro, as finanças (BADIOU, 1999 p. 84).

Esses equivalem a “Nomes-do-Pai”, e funcionam como Mestres. Se essa é a realidade crua de muitas das práticas políticas, sua “essência” mesquinha e egoísta precisa ser escamoteada — eis a função precípua das ideologias, quer se coloquem na posição de Mestre, quer na posição de Ciência. O ato político é uma ruptura, é uma efetiva “transvaloração de valores”, e, por isso mesmo, é um ato “arquipolítico”:

pois que se propõe a revolucionar a humanidade inteira, num nível mais radical que aquele dos cálculos da política. Retenhamos aqui que arquipolítico não designará o propósito filosófico tradicional de encontrar para a política um fundamento (BADIOU, 1999, p. 79).

A lógica desse ato é a do acontecimento, não é, portanto, aquela “com pretensões de fundar alguma coisa” (BADIOU, 1999, p. 79) É a política sem partidos. A singularidade de cada acontecimento impede a construção de um programa, de um projeto previamente concebido. Para Badiou,⁷ (1994, p. 43-51) o ato político resulta do advento de uma verdade que interrompe as repetições. Ela interrompe a cadeia significante. Quer dizer, a verdade resulta de um evento, de um acontecimento. Este, por seu caráter de novidade é indecível, incalculável, e por isso não responde ao desejo de nenhum Outro. Evidentemente, foram pouquíssimos

⁷ BADIOU, Alain - Verdade e sujeito. In: **Para uma nova teoria do sujeito**. RJ: Relume-Dumará, 1994, p.43-51.

mas as políticas que, na opinião de Badiou, “na história tiveram ou terão relação com uma verdade”.⁸

É o tempo “recheado de agoras”, de experiências únicas, das quais nos falou Benjamin (1940; 1987, p. 229 e 231), que singulariza a ação humana, ao contrário das narrativas historiográficas pela ótica dos vencedores, que homogeneíza o tempo, tecendo uma cadeia indiferente de acontecimentos. Interrogar o acontecimento, evitar que ele seja despido de sua unicidade, cristalizado numa cadeia homogênea e vazia, é tarefa do historiador que busca destacar e compreender a tensão dialética inerente ao seu objeto.

Perguntamo-nos se o Discurso do Analista depende do *setting* ou mesmo da psicanálise para provocar seus efeitos? Badiou nos mostra que o sujeito, mesmo fora do *setting* analítico pode se dessubjetivar, reposicionando-se e passando a atuar socialmente a partir de outras bases. Quer dizer, o efeito obtido pela análise não é causado apenas por ela — Lacan já havia sugerido, por exemplo, que Sócrates, nas suas andanças por Atenas, funcionava da mesma forma.

Vimos que o ato analítico é provocado pela angústia da histórica, e que para provocá-la não é indispensável um “analista fazendo sintoma”. Mas, o ato político? O pode provocá-lo? O que leva um sujeito a ser fiel ao “acontecimento” das verdades? Lamentamos não ter uma resposta definitiva a essa questão crucial para o devir histórico, e nos perguntamos se ela, efetivamente existe, mesmo que seja plural. Mas, certamente, em existido, guarda similaridades com o ato analítico. O sujeito deve renunciar ao gozo do Outro, atravessar as fantasias ideológicas e estabelecer laços sociais noutras base que não aquelas decorrentes do Mestre. E, pelas palavras de todos os policiais que trouxemos à baila, nada nos permite apontar para a ocorrência de alguma dúvida. O Mestre não tinha históricas questionando-o.

E, para concluir, damos novamente a palavra ao tenente Marcelo Paixão.

Por que sabem o meu nome completo? Por que eu nunca escondi o meu nome. Eu não tinha codinome, como quase todo mundo. Tinha convicção quanto ao que estava fazendo. Portanto, não sou o maior torturador do mundo, mas sim um dos poucos que agiu de cara limpa (Veja, 9/12/1998, p. 48-49).

O depoimento desse, na época, jovem tenente, nos parece paradigmático da eficácia da administração do gozo pela montagem. Mesmo após anos de afastamento dos porões, mesmo após anos do final da ditadura, o tenente Paixão continuava a sacrificar “tudo o que é objeto do amor em sua ternura humana” em nome desse “Deus obscuro” (LACAN, 1964;1998, p. 260).

⁸ Ele enumera situações revolucionárias, como a França de 1792-1794, Lênin em 1917, Mao em 1949. (1994, p. 90)

8 Considerações Finais

Interrogatório é a coisa mais crucial que existe. A mais difícil. [...]. Quando se tem tempo, há os métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas, quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos.

General Adyr Fiúza de Castro

A tortura se revelou um daqueles objetos que evidenciam o absoluto entrelaçamento do particular com o coletivo, e até que ponto as condições histórico-sociais autoritárias podem assujeitar de forma praticamente irreversível o ser humano. Mas, para além das condições políticas, há o homem, o sujeito humano que se permite ser torturador, que se permitiu tornar-se uma presa do Regime. E, nesse caso, parece-nos oportuna a frase de Badiou, de que a vítima não vale mais do que o carrasco, quer dizer: se as condições históricas contribuía para o assujeitamento, o sujeito propriamente dito também obteve um ganho de gozo.¹ Isso ocorre porque a vinculação a uma montagem perversa permite ao neurótico, ou seja, aquele atravessado pela castração, a realizar aquilo que ele, sozinho, apenas fantasiaria. Isso porque, todo neurótico fantasia o que o perverso atua, de forma que, participando de uma montagem dessa natureza, o neurótico estará autorizado pelo Outro coletivo a gozar. Não cabe nas dimensões deste trabalho dizer se o gozo é a dimensão do particular tomada e controlada pela barbárie de uma sociedade administrada, ou se é uma dimensão construída exatamente por essa modalidade de barbárie. (RAMOS, 2004, p. 32) Mas, podemos concluir que o Exército Brasileiro, no tocante ao período estudado neste trabalho, participou ativamente desse processo, ora como ator, colaborando com o golpe e formulação de uma doutrina autoritária, ora como instrumento a serviço de uma elite conservadora e preconceituosa.

Uma das teses que ora pretendemos provar é a de que, através do cientificismo da “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (DSN), que visava a anular os conflitos de classe e o debate político, e feito isso, substituí-los pelo apoliticismo e pela tecnocracia. Desse modo, o Regime Militar estabelecia laços sociais a partir do Discurso Universitário, pelo qual, com a proposta de um suposto saber científico, anulava o outro sujeito e impunha-se como saber universal.

¹ Certamente não aludimos às vítimas das torturas. A estas não cabia mais nada exceto o desejo de que a dor cessasse.

A origem da DSN se deu com a fusão de certo modelo de positivismo, especificamente o castilhistas, com o pensamento autoritário dos sociólogos brasileiros das décadas de 1910-1930, acrescidos do doutrinismo militar do general Góes Monteiro. Conforme Bolívar Lamounier, essa fusão equivale à “formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (LAMOUNIER, 1985, p. 356). “Tutelar sociedade”, por isso a ditadura visivelmente oscilava entre duas posições discursivas que visam à maestria: a do Mestre e a do Universitário.

Pela DSN, criticavam-se o liberalismo, o federalismo, os políticos profissionais, o fisiologismo das elites e os valores da modernidade. Propunha, no lugar dos valores de mercado e da liberal-democracia, o retorno à lealdade às supostas tradições nacionais, e o culto aos valores pátrios. Para Lamounier, tratava-se de uma típica “reação romântico-conservadora ao racionalismo, ao iluminismo e ao utilitarismo” (LAMOUNIER, 1985, p. 361). Uma vez criticada a democracia e a solução política dos conflitos, como dissemos, essas foram substituídas pela solução tecno-administrativa dos mesmos: é a gênese da tecnocracia, hegemônica durante o Regime Militar. Nos termos lacanianos, é a assunção do Discurso Universitário ao poder. Mas, a implantação de soluções, doutrinariamente orientadas para a segurança nacional, dos conflitos cotidianos e típicos de uma sociedade capitalistas por meio do ocultamento desses conflitos, só poderia ser obtida pela coerção aos opositores e a referida tutela da sociedade. Portanto, não estava fora do horizonte da DSN o uso da violência contra a própria sociedade.

Creemos ser oportuna a referência às observações Adorno (1951; 2006, p. 170) acerca do fascismo. Segundo o sociólogo, essa modalidade de pensamento e de prática política, “como uma rebelião contra a civilização, o fascismo não é simplesmente a recorrência do arcaico, mas sua reprodução na e pela própria civilização. Daí a recorrência aos “semióforos”, conforme definição da Marilena Chauí, a exemplo dos mitos da nacionalidade, dos vultos heroicos etc. Esse procedimento foi adotado pela DSN ao recorrer a noções vagas e historicamente indefinidas, como “civilização ocidental”, “cristandade”, “caráter do brasileiro” e “regime das liberdades”. Chauí (2000) teve a clara percepção de que o uso das imagens “produz efeitos de cunho psicológico”, ou seja, “preservar a identidade contra o risco desintegrador da contradição da modernidade”. E, além disso, objetivava a construção da fraternidade: os elementos do ego-ideal comum a todos os “irmãos da horda” e que, simultaneamente,

definiam os não irmãos, isto é, “o estranho” (2000, p. 37). Oportunamente, o sentimento anticomunista, que provinha da “Intentona de 1935”, tendo sido desde então habilmente manipulado pelos ideólogos das Forças Armadas, acabou transformado-se num dos “semióforos” do Regime de 1964. E, a esse sentimento anticomunista, foi canalizada toda a “estranheza” a que nos referimos acima. Com isso, o comunista não poderia ser visto como inimigo de classe, pois isso evidenciaria a cisão de classes típica do capitalismo. Então, ele foi transformado num inimigo da nacionalidade e do mundo ocidental, um ser doentio, a ser combatido com todas as forças, inclusive a tortura.

Vimos que a prática da tortura, apesar do seu uso recorrente pela humanidade, é moralmente repudiada pelo senso comum e pela concepção liberal-burguesa de ética. Vimos também como a ontologia iluminista engendrou argumentos que justificaram seu banimento da ordem jurídica em alguns países, onde era praticada como instrumento processual, desde o século XVIII. Contudo, o alegado espanto de alguns intelectuais ante o seu “ressurgimento” (?) no século XX, espanta nós, os habitantes de latitudes meridionais, pobres rincões do planeta, onde o disciplinamento foucaultiano nunca deixou de ser aplicado através da vigorosa pedagogia da “porrada”. E foi para sustentarmos que a violência repressiva contra a sociedade brasileira, praticada pela polícia e pelas Forças Armadas, tem sido um fato recorrente na história brasileira, da qual arrolamos vários exemplos desde o período colonial.

Em tempo, para Lacan, “esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição” (1950; 1998a, p. 128). Quer dizer, a violência não está fora da sociedade, tampouco do sujeito. Aliás, ela lhes é estrutural. Para nós, esse repúdio ante aquilo que se revela estrutural às sociedades revela muito mais o recuo do sujeito em face do horror da sua própria agressividade do que um propósito humanista e universal de encerrar definitivamente a *quaestio*.

Exemplo disso é o recente veto do então o presidente George W. Bush à lei proposta pelo Congresso Nacional de seu país, que proibia o uso de simulação de afogamento nos interrogatórios realizados pela agência de inteligência, a CIA, no combate ao “terrorismo”. Para o maior dignatário da mais poderosa nação do mundo contemporâneo, tratava-se de um ato de guerra defensiva: “como o perigo continua”, argumentou o presidente, “nós temos que assegurar aos nossos funcionários da inteligência todas as ferramentas que eles precisem para conter os terroristas”.²

²www.swissinfo.ch/por/noticias/internacionais/detalis/Bush_veta_lei_que_pribia_simula_o_de_afogament_o_pela_CIA.html Acesso em 1/03/2008, às 17:00 horas.

A frase contém a síntese do pragmatismo do torturador: sua funcionalidade, a inércia do laço perverso, a localização do “estranho” ameaçador. Ela exprime magistralmente os ingredientes necessários para a aceitação tácita da tortura: os séculos de cultura de desprezo ao outro, ao “estranho”, a ponto de leva-lo à total objetificação; a identificação com os significantes das elites dominantes; o individualismo interesseiro. Nesse cenário, construiu-se a tragédia da tortura. Que se repete diariamente.

Temos clareza de que não foi a ditadura, nem a DSN, causa suficiente para o assujeitamento dos seus policiais na defesa de um modelo econômico tão excludente e mais selvagem do que se alegava ser o comunismo que combatiam. Nesse caso, a Academia Militar e todas as formas de identificações utilizadas pela ditadura apenas devolviam ao sujeito o que já se encontrava nele. Por isso, podemos concluir que elas funcionavam como eficientes dispositivos da administração do gozo. Os intensos treinamentos para o convívio cotidiano com a violência, certamente contribuía bastante para formar o chamado “espírito de corpo” e para o próprio exercício da violência contra o “inimigo da pátria”.

Essa submissão é, pois, anterior, e põe em evidência a eficácia da interpelação ideológica da qual nos falou Althusser (1980), que aliena o sujeito desde a sua constituição na infância. As promessas de gozo na adesão a uma montagem perversa são muito mais consistentes do que as prometidas pela via da autonomia. Mas como a satisfação nunca é absoluta, cria-se uma frustração que pode se voltar contra a civilização, no caso, contra os “estranhos” eleitos pelo sistema, quer dizer, os comunistas.

Mas, para que isso ocorra, primeiramente, o torturador não pode reconhecer na sua vítima um semelhante. Na pequena, mas expressiva epígrafe a estas Considerações, vimos com cristalina clareza que a opção pela violência é fato consumado, ou melhor, opção pela violência e pelo tipo de violência a ser praticada. Decisão meramente burocrática, decorrente do tipo de “inimigo” que se tem nas mãos. E quão estranha é a concepção de violência do General, pois exclui o “psicológico”. Portanto, toda e qualquer possibilidade de estabelecer um vínculo identitário entre o algoz e o prisioneiro está, *a priori*, vedado. Essa condição é *sine qua non* para o sucesso do torturador: sua vítima é uma coisa, no máximo, um manancial de informações úteis para a preservação da segurança nacional e não, um semelhante. E para isso, a ditadura promoveu todo o esforço em instrumentalizar o sentimento de estranheza, transformando-o em ódio aos “comunistas e subversivos”. Toda a depreciação dos

comunistas e engrandecimento xenófobo dos valores pátrios — os semióforos — e o esforço das fantasias ideológicas servem para burlar a castração e dirigir ao outro toda a pulsão agressiva.

Nossos acusadores reclamam com frequência de nossos interrogatórios. Alegam que presos inocentes eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam, também, de nossas “invasões de lares”, sem mandatos judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo amparado nas leis normais, eficientes para um cidadão comum. Os terroristas não eram cidadãos comuns. [...] Assim, tanto para a Guerra Convencional, como para a Guerra Revolucionária, é absolutamente certo o ditado que se generalizou: “GUERRA É GUERRA” (USTRA, p. 84-85).

As palavras “comunismo”, “subversão” e a expressão “guerra é guerra” funcionavam como significantes-mestres que, por si só, bastavam para disparar toda a cadeia S2, calcada na pulsão de morte. Assim, um gozo destrutivo, mortífero, evidenciava toda a perversão da montagem ao mesmo tempo em que satisfazia aos guardiões da ordem.

Maria Aparecida Morgado, após estudar casos de violência policial contra cidadãos brasileiros, os quais a sociedade, de forma alienada, aplaudiu, concluiu que historicamente a população brasileira, mesmo as classes menos favorecidas e, portanto, mais exposta a essa violência, está identificada com as autoridades que secularmente as oprime. Ocorre, portanto uma identificação por filiação, em que o Estado autoritário, como historicamente tem sido o caso no Brasil, segundo Morgado, “é aquele que mais se amolda às características tirânicas da ‘imago’ parental [...]” (1997, p. 171) É modelar da identificação com o agressor, o que nos remete novamente à frase de Badiou: “a vítima muitas vezes não vale mais do que o carrasco.”

Mas, ao mesmo tempo, e com igual importância, notamos que entre os membros da polícia política também se dava a identificação horizontal, aquela entre os “irmãos”. Prova disso é a frequente rebeldia da chamada “comunidade de informações” contra o governo ditatorial, a quem consideravam “mera delegação das Forças Armadas”. A autonomia operacional, a flexibilização na cadeia hierárquica e o isolamento organizacional contribuíam para o acirramento desse sentimento de fraternidade entre os agentes da repressão. E assegurava o gozo.

Freud, em “O Futuro de Uma Ilusão” (1927, p. 25), mostrou-nos que as camadas oprimidas de uma dada civilização, malgrado sua condição desfavorável, poderá, de modo masoquista, identificar-se com os ideais dos opressores. Esse fato, ainda segundo

Freud, explica a sobrevivência por tão longo tempo de sociedades opressoras. Nesse mesmo sentido é que Lacan, no seu “Seminário 17”, observou que há uma dose de voluntarismo naquele que ocupa a posição de “outro” nos matemas discursivos. Esse voluntarismo só se explica porque ele é uma forma de gozo — o desejo de alienação do qual nos fala C. Dunker (2005, p. 52), e que está tão presente no fascismo assim como nas sociedades administradas. Isso reforça nossa constatação empírica quando trabalhamos com os depoimentos dos torturadores. Os valores pátrios ou as insígnias de consumo predominavam, ao passo que as alusões à dor do torturado eram operacionais, ou seja, os métodos para se obter mais sofrimento em vista do resultado esperado.

Slavoj Žižek (2005) afirmou que nossa sujeição “a um mecanismo de poder [...] é sempre, e por definição, sustentada por um investimento libidinal: a própria sujeição gera um mais-prazer particular”. (ŽIZEK, 2005, p. 272) Esse prazer, que da esfera do gozo, decorrente da “servidão voluntária”, é uma manifestação sintomática. Isso porque as figuras de autoridade, por serem equivalentes da imago paterna, simbolizam as demandas do grande Outro, e que, ao serem simbolizadas, aplacam o desamparo. É o caso de figuras como o papa, o general, Deus, o “rock-star”, a ciência Positiva etc.

Michel de Certeau considerou o ofício do historiador uma operação imaginária do presente ao ler o passado à sua maneira, dotando-lhe de um sentido, a rigor, tautológico, pois diz respeito ao próprio historiador e à sua época. Nessa ótica, os mortos que convocamos, esse desfile de horrores e de violência que reencenamos em nossa narrativa que por ora se conclui, sepulta o passado “como ele de fato foi”, e permite ao historiador tentar simbolizar o seu próprio horror. Assim, nos termos de Michel de Certeau, a escrita da história “enterra” o passado e ao mesmo tempo exorciza seus mortos.

A realidade da tortura foi revisitada; seus mortos “ganham” voz. Álibi. O discurso historiográfico ocupa um campo de saber constituído, institucionalizado, o que lhe confere privilégios e prebendas sociais. Escrever historiograficamente sobre a tortura é procurar pô-la nesse lugar social que a História ocupa hoje. Por isso, não estaria o historiador falando, antes, de si mesmo? Não conseguimos deixar de pensar na compulsão à repetição; no gozo decorrente da constatação de próprio horror; o mal-estar contemporâneo repercutido historiograficamente.

Referências

- ADORNO, Theodor. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista (1951). In: **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas**. nº 7. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 164-189.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Notas para uma investigação. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- _____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro, 1967.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARISTOTELES. **Ética a Nicômano**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (dir.). **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ASKOFARÉ, Sidi. O sintoma social (1989). In: GOLDENBERG, Ricardo. **Goza!:** capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Ágalma, 1997, p. 164-189.
- ATXOTEGI, Joseba; CUEVA, Justo de la. **Tortura y Sociedad**. Madrid: Revolución, 1982.
- BADIOU, Alain. **Ética: um ensaio sobre a consciência do mal**. (1993) Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____. **Conferências de Alain Badiou no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BASTOS, Daisi Rocha. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: uso das Normas da ABNT**, 2005 (digitado).
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. (1764), 11. ed. São Paulo: Hemus, 1995.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História (1940). In: **Obras Escolhidas I**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232.
- BETTELHEIM, Bruno (et alli). **Psicologia del torturador**. Buenos Aires: Rodolfo Alonso Editor, 1973.
- CALLIGARIS, Contardo. **Perversão — um laço social?** Introdução a uma clínica psicanalítica. Salvador: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.
- _____. A sedução totalitária. In: ARAGÃO, Luiz Tarlei de (et alli) . **Clínica do Social: Ensaio**. São Paulo: Escuta, 1991, p. 107-118.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na 1ª. República: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 13-61.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHEMANA, ROLAND. Um sujeito para o objeto. In: Goldenberg, Ricardo (Org.). **Goza!:** capitalismo, globalização e psicanálise. Salvador: Agalma, 1977, p. 23-39.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**. O exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o Espírito Positivo** (1841). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978a.

_____. **Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo** (1848). Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1978b.

_____. **Reorganizar a sociedade**. (1824) Lisboa: Guimarães, 1990.

CORRÊA, Arsênio. **A ingerência militar na República e o Positivismo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

COSTA, Ângela M. da e SCHWARCZ, Lilia M. **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Cia. das Letras: 2000.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Francisco Alves, 1946.

D'ARAUJO, Maria Celina (et all). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DUNKER, Christian. Zizek: um pensador e suas sombras. In: ZIZEK, Slavoj (et alli) **Zizek Crítico**: política e psicanálise na era do multiculturalismo. São Paulo: Hacker, 2005, p. 47-80.

FERREIRA, José Martins. **Os novos bárbaros. Análise do discurso anticomunista do Exército**. Dissertação de mestrado São Paulo: PUC, 1986.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. **A Escola Superior de Guerra e o jornal O Estado de S. Paulo na passagem do regime democrático para o regime militar**: afinidades e discordâncias (1963 – 1965). Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2001.

_____. O Estado da Crueldade: notas psicanalíticas sobre o Estado autoritário brasileiro pós-64. In: **Percursos**, nº 33, segundo semestre de 2004, São Paulo, p. 21-28.

FINGERMAN, Dominique. O nome e o pior. In: FINGERMAN, Dominique; DIAS, Mauro Mendes. **Por Causa do Pior**. São Paulo: Iluminuras, 2005, p. 21-40.

FOUCAULT, Michel. **Vigia e punir**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione, 1997.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu** (1913). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 13-191.

_____. **O interesse científico pela psicanálise** (1913). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 199-226.

_____. **O Estranho** (1919) Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB). V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 273-318.

_____. **Além do princípio do prazer** (1920). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 13-85.

_____. **Psicologia de massas e análise do eu** (1921). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 89-179.

_____. **O eu e o isso** (1923). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 13-83.

_____. **O Futuro de uma Ilusão** (1927). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud. (ESB). V. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 12-71.

_____. **O Mal-estar na Civilização** (1930). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud. (ESB). V. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 75-171.

_____. **Construções em análise** (1937). Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud (ESB). V. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 271-287.

FRIEDLANDER, Saul. **Histoire et Psychanalyse**. Essai sur les possibilités et les limites de la psychohistoire. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6ª ed. São Paulo, Ática, 1999.

GOULART, José Alípio. **Da palmatória ao patíbulo. Castigos de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.

HOBBS, Eric. **A Era das Revoluções (1789–1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A caminho da República: da maçonaria ao positivismo. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, V. 5. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HUGGINS, Marta (et ali). **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: UnB, 2006.

_____. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In: JORGE, M. A. C. (et. ali). **Saber, verdade e gozo:**

leituras de O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002, p. 17-32.

JULIEN, Philippe. **O Estranho Gozo do Próximo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à Leitura de Hegel** (1933-1936). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

KOLTAI, Caterina (Org.). A segregação, uma questão para o analista. In: KOLTAI, C. (Org.). **O Estrangeiro**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 1998, p. 105-111.

_____. **Política e psicanálise**. O Estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.

LACAN, Jacques. A agressividade em psicanálise (1948). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.104-126.

_____. O estágio do espelho como formador da função do eu (1949). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 96-103.

_____. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 127-151.

_____. **O Seminário, livro 7**. A ética da Psicanálise. (1959-1960) Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

_____. Kant com Sade (1963) . In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 776-803.

_____. **O Seminário, livro11**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967). In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **O Seminário, livro 17**. O avesso da psicanálise. (1969-1970) Rio de Janeiro: Zahar, 1992; Escuta, 2000.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento autoritário brasileiro. In: FAUSTO, B. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3. ed. Tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 343-374.

LEVALLOIS, Anne. **Une psychanalyste dans l'histoire**. Paris: Campagne Première, 2007.

LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.

LOBO, Amílcar. **A hora do Lobo, a hora do Carneiro**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MARTINS FILHO, João Roberto. A memória militar sobre a tortura. In: TELES, Janaína. **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2000, p. 110-115.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. (1846) 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. (1848) São Paulo: Global, 2000.

MEGALE, Fernando. **Discurso e Laço social**: debates entre a análise de discurso e a Psicanálise Lacaniana. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2003.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MORGADO, Maria Aparecida – **Personalização da Lei**: um Mal-Estar na Cultura Brasileira. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1997.

NAFFAH NETO, Alfredo. **Poder, vida e morte na situação de tortura**. São Paulo: Hucitec, 1985.

PACHECO FILHO, Raul Albino. O Capitalismo Neoliberal e Seu Sujeito. In: **Mental**. Revista de Saúde Mental e Subjetividade da UNIPAC. Volume II, nº. 4. Barbacena, 2005, p. 153-171.

_____. **A Posição do Sujeito no Laço Totalitário do Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo, mimeo., 2007.

PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Convívio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1984.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência, e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. In: **Estudos Avançados**. volume 13, nº. 35, São Paulo, 1999.

PETERS, Edward. **A Tortura**. São Paulo: Ática, 1989.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política. In: PAOLI, Maria Célia. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57-91.

PLON, Michel. A política em *O mal-estar* ao mal-estar da política. In: _____ (et alli). **Em torno de “O mal-estar na Cultura”, de Freud**. São Paulo: Escuta, 2002, p. 145-185.

RAMOS, Conrado. **A Dominação do Corpo no Mundo Administrado**. São Paulo: Escuta e Fapesp, 2004.

_____. **Comentários Acerca de Psicanálise e História**: possíveis afinidades. São Paulo, mimeo., 2007.

REBELLO, Gilson. **A Guerrilha do Caparó**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

ROZITCHNER, Léon. **Freud e o problema do poder**. São Paulo: Escuta, 1989.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio: a política do Real de Slavoj Žižek. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 179-191.

SÈVE, Lucien. Psicanálise e materialismo histórico. In: SÈVE, Lucien (et alli). **Para uma crítica marxista da Teoria Psicanalítica**. Lisboa: São Paulo: Estampa, Edições Mandacaru, 1975-1990, p. 197-265.

SILVA, Maurício. **O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

SINTONI, Evaldo. **Imaginário e política: o golpe de 1964**. Tese de Doutorado São Paulo: PUC, 1994.

SOUZA, Percival de. **Eu, cabo Anselmo**. Depoimento a Percival de Souza. São Paulo: Globo, 1999.

_____. **Autópsia do Medo**. Vida e morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.

SUANO, Marcelo J. Ferraz. **O pensamento político e militar do general Góes Monteiro**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

TAMAS, Elisabete F. B. **A tortura e o discurso do poder: um estudo dos registros da repressão e suas formas de representação (1968-1978)**. Dissertação de Mestrado São Paulo: PUC-SP, 2002.

TAVARES, Flávio. **Memórias do Esquecimento**. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999.

VERRI, Pietro. (1728-797) **Considerações sobre a tortura**. (1770) São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ZIZEK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. O espectro da ideologia. In: _____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996a, p. 7-38.

_____. Como Marx inventou o sintoma. In: _____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996b, p. 297-331.

_____. Posfácio: A escolha de Lenin. In: _____. **Às portas da Revolução. Escritos de Lenin de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 171-342.

_____. e DALY, Glyn. **Arriscar o Impossível. Conversas com Zizek**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZIGOURIS, Radimila. Alhures ou de outrora o sorriso do xenófobo. In: KOLTA, Caterina. **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta-FAPESP, 1998, p. 193-210.